UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

ASSENTAMENTO LAGOA GRANDE, EM DOURADOS, MS: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

ADRIANA RITA SANGALLI

DOURADOS/MS
2013

ADRIANA RITA SANGALLI

ASSENTAMENTO LAGOA GRANDE, EM DOURADOS, MS: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, para obtenção do Título de Mestre em Agronegócios.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MADALENA MARIA SCHLINDWEIN

DOURADOS – MS
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

Adriana Rita Sangalli

ASSENTAMENTO LAGOA GRANDE, EM DOURADOS, MS: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA: Profa. Dra. Madalena Maria Schlindwein - UFGD

Prof. Dr. Moacir Piffer - UNIOESTE

Prof. Dr. Milton Parron Padovan – EMBRAPA/CPAO

Março de 2013

ADRIANA RITA SANGALLI

ASSENTAMENTO LAGOA GRANDE, EM DOURADOS, MS: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

Esta dissertação foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios, com área de Concentração em Agronegócios e Desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados (MS), 11 de março de 2013.

Profa. Erlaine Binotto. Dra.
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Profa. Madalena Maria Schlindwein. Dra. (Orientadora)
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Milton Parron Padovan. Dr.
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Centro de Pesquisa Agropecuária Oeste

Prof. Moacir Piffer. Dr.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

DEDICATÓRIA

À minha mãe, minha primeira professora, pelos ensinamentos e valores transmitidos.
À minha irmã Andréia, pelo incentivo e apoio em todos os momentos.
Ao meu filho Pablo, o maior dos meus bens, por tudo o que vivemos e viveremos.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho deve-se à colaboração direta e indireta de várias pessoas e instituições, sem as quais certamente eu não teria conseguido concluí-lo. Manifesto a minha gratidão a todas elas e de forma especial:

Primeiramente a Deus, cuja fé foi meu alicerce em todos os momentos de dificuldades, que me permitiu superar limites e realizar esta conquista.

Aos meus pais e avós, que me ensinaram a importância de cultivar a terra e produzir alimentos, fato que certamente influenciou na escolha do tema desta dissertação.

Aos familiares e amigos, os quais privei muitas vezes de minha companhia, mas que em todos os momentos me incentivaram, deram força e coragem para persistir.

A minha imensa gratidão à minha orientadora, Profa. Madalena, que além de orientar, me incentivou a produzir artigos para eventos e periódicos. Pela paciência, conhecimento, compreensão e amizade na condução dos trabalhos e na superação dos desafios.

À coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Profa. Erlaine, pelo apoio de sempre e aos professores, em especial àqueles que transmitiram seus valiosos conhecimentos nas disciplinas que cursei: Edson, Edvaldo, Erlaine, Erlandson, Hiraldo, Luciana, Madalena e Milton (estes três últimos são merecedores de minha especial gratidão, pela valiosa colaboração intelectual na construção deste trabalho).

Aos professores doutores Moacir Piffer e Olivier François Vilpoux (membros externos) que participaram das minhas bancas de defesa de dissertação e qualificação do projeto, respectivamente, agradeço pelas importantes contribuições e sugestões para melhoria do trabalho.

Aos colegas: Airson, Anderson, Andréia, Amilton, Célia, Daniela, Eduardo, Fábio, Francis, Gisele, Ivânia, Kátia, Rhaysa e Wesley, agradeço pelo privilégio de ter convivido com vocês na primeira turma de Mestrado em Agronegócios da UFGD. Foi muito bom partilhar conhecimentos e experiências, alegrias, angústias e materiais nos ricos debates em sala de aula e também nos momentos de descontração nas aulas práticas, nos trabalhos em grupo, nas viagens técnicas e para eventos. Agradeço em especial à Ivânia Freire, uma grande amiga que o Mestrado me proporcionou. Obrigada pelas conversas, pelos trabalhos produzidos em conjunto, pelas caminhadas, as quais eram para relaxar, mas as conversas giravam sempre em torno do curso (disciplinas, artigos e dissertação).

Meu agradecimento, mais que especial, aos colegas do Mestrado em Agronegócios (Francis, Heloiza, Ismael, Ivânia, Juliana, Leandro e Manfredo) e, Eduardo e Marciele, alunos do curso de graduação em Economia, pela colaboração e dedicação na aplicação dos questionários no assentamento Lagoa Grande. Vocês que junto comigo enfrentaram o sol escaldante, o vento frio, os cachorros, a boiada solta nas estradas arenosas do assentamento e muitas outras emoções, muito obrigada! O que seria dessa dissertação se não fossem vocês!

Agradeço carinhosamente a minha "praticamente nora", Letícia, que além de ajudar na aplicação de questionários, sempre me socorreu nos momentos de dificuldade com certos detalhes de informática.

À Universidade Federal da Grande Dourados, pelo privilégio de usufruir de uma universidade pública e de qualidade, bem como pela disponibilidade de transporte e motorista ao assentamento Lagoa Grande.

À Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia pela disponibilidade de laboratórios e salas de aula para a condução dos trabalhos. Aos seus funcionários, em especial à Ludimylle e Anderson, que sempre atenderam com presteza e qualidade na secretaria do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios.

À minha instituição de origem, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela liberação para dedicação integral aos estudos, sem a qual acredito que não seria possível desenvolver este trabalho no espaço de tempo em que foi concretizado.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul pelos doze meses de bolsa de estudos, que muito contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos funcionários do Instituto de Colonização e Reforma Agrária do escritório regional de Dourados que forneceram informações e viabilizaram o acesso a documentos e, aos funcionários da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Dourados, pelas informações prestadas e contribuição na investigação proposta.

Por fim, a minha especial e eterna gratidão às famílias do assentamento Lagoa Grande que nos receberam em suas casas e compartilharam suas histórias de vida, de lutas e conquistas, permitindo-nos a aproximação da realidade sobre a qual escrevemos. De modo especial, ao casal Sr. Adonias e Jucineis (Juci) que abriram as porteiras de sua propriedade (Sítio Nova Canaã) por várias vezes, nos horários de almoço e também nos deram informações valiosas sobre o assentamento, local onde começamos e fechamos a pesquisa de campo.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

O Cio da Terra

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel,
Se lambuzar de mel

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
De fecundar o chão.

Milton Nascimento

RESUMO

Viver e criar estratégias de subsistência para permanecer nos lotes em assentamentos rurais, em terras pouco produtivas, distantes dos centros urbanos e carentes de infraestrutura de serviços básicos, tem sido um grande desafio para os agricultores familiares em todo o país e, especialmente, em Mato Grosso do Sul. Nesta perspectiva, este estudo procurou fazer uma análise da configuração demográfica e socioeconômica do assentamento rural Lagoa Grande, localizado no município de Dourados – MS, com o intuito de identificar fatores propulsores para o seu desenvolvimento. A metodologia utilizada constou de uma pesquisa de campo, com a realização de coleta de dados por meio da aplicação de questionários aos moradores, tendo sido visitados todos os lotes do assentamento. Os resultados corroboram a significativa relação entre a reforma agrária brasileira e a importância que a agricultura familiar possui no Brasil. Contudo, a área ocupada pelos estabelecimentos familiares ainda continua em proporção muito inferior se comparada à agricultura não familiar, especificamente no estado de Mato Grosso do Sul, onde ainda se verifica uma significativa concentração de terras. No que se refere ao assentamento Lagoa Grande, foram identificados alguns fatores negativos. No entanto, destacam-se os fatores propulsores, como o nível de satisfação com a vida no assentamento, a experiência dos assentados com as atividades agrícolas e pecuárias e a sua população, em grande parte jovem e estudando que, se incentivada por meio de políticas públicas adequadas, pode ser determinante para a sobrevivência e o desenvolvimento dos lotes do assentamento.

Palavras-Chave: Agricultura familiar. Economia rural. Políticas públicas.

ABSTRACT

To liveand create livelihood strategies to stay in properties of rural settlements, on land unproductive, far from urban centers, where there is lacking basic infrastructure services, has been a major challenge for family farmers across the country and especially in Mato Grosso do Sul State. From this perspective, this study intends to analyze the demographic and socioeconomic setting of rural Lagoa Grande settlement, located in Dourados-MS City, in order to identify driving factors for its development. The methodology consisted of a field research, with the completion of data collection through the use of questionnaires to residents, having visited all the properties of the settlement. The results confirm the significant relationship between the brazilian agrarian reform and the importance that the family farming had been acquiring Brasil. However, the area occupied by family farms still continues in much lower proportion when compared to unfamiliar agriculture, specifically in Mato Grosso do Sul State, where there is still a significant concentration of land. In what concerns to Lagoa Grande, was identified some negative factors. However, we highlight the driving factors as the level of satisfaction with life in the settlement, the experience of the settlers with farming activities and livestock population and its major formed by young students, that if encouraged through appropriate public policies, may be crucial for the survival and development of the properties of the settlement.

Keywords: Familiar agriculture. Rural economy. Public policies.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do assentamento rural Lagoa Grande com as coordenadas geográficas (janeiro/1998)..... 47

Figura 2 - Mapa do assentamento rural Lagoa Grande com a sinalização dos lotes onde foram realizadas as entrevistas..... 49

Figura 3 - Pessoal ocupado na agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, por gênero..... 53

Figura 4 - Comparativo de projetos de assentamentos implantados na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2010..... 59

Figura 5 - Comparativo da área (em ha) destinada aos projetos de assentamentos na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2010..... 60

Figura 6 - Comparativo de famílias assentadas na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul no Centro-Oeste e em MS, no período de 1995 a 2010..... 61

Figura 7 - Representatividade das principais atividades produtivas do assentamento Lagoa Grande..... 68

Figura 8 - Entendimento sobre o sistema orgânico de produção pelos moradores do assentamento Lagoa Grande..... 71

Figura 9 - Entendimento sobre o sistema agroflorestal pelos moradores do assentamento Lagoa Grande..... 72

Figura 10 - Níveis de satisfação dos assentados com a vida no assentamento Lagoa Grande..... 82

Quadro 1 - Tipos de assentamentos rurais brasileiros classificados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)..... 28

Quadro 2 - Relação de tipos e características dos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil..... 29

Quadro 3 - Relação de tipos e características dos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária de mercado no Brasil..... 29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição agrícola no Brasil, conforme Censo Agropecuário de 2006.. 51

Tabela 2 - Distribuição agrícola em Mato Grosso do Sul, conforme Censo Agropecuário de 2006..... 52

Tabela 3 - Pessoal ocupado no estabelecimento, por sexo, segundo a agricultura familiar - Mato Grosso do Sul – Censo Agropecuário de 2006..... 52

Tabela 4 - Projetos, área e famílias assentadas nas regiões brasileiras no período de 1994 a 2011..... 55

Tabela 5 - Projetos, área e famílias assentadas nos estados da região Centro-Oeste, no período de 1994 a 2011..... 57

Tabela 6 - Total de projetos, área e famílias assentadas no Brasil, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul, no período de 1994 a 2011..... 58

Tabela 7 - Idade da população residente no assentamento Lagoa Grande..... 62

Tabela 8 - Responsabilidade dos membros familiares pelas principais atividades desenvolvidas nos lotes do assentamento Lagoa Grande..... 63

Tabela 9 - Níveis de escolaridade da população residente no assentamento Lagoa Grande..... 64

Tabela 10 - Principais ocupações no meio rural dos chefes de família ou responsáveis pelo domicílio no assentamento Lagoa Grande antes do assentamento..... 65

Tabela 11 - Práticas utilizadas para conservação do meio ambiente pelos responsáveis pelos domicílios no assentamento Lagoa Grande..... 66

Tabela 12 - Principais atividades agropecuárias produtivas geradoras de renda nos lotes do assentamento Lagoa Grande (valores médios anuais)..... 69

Tabela 13 - Produtos do assentamento Lagoa Grande com maior aceitação no mercado e locais de comercialização..... 72

Tabela 14 - Fatores necessários para melhorar a produção nos lotes, facilitar a comercialização e a agregação de valor aos produtos no assentamento Lagoa Grande (valores em percentuais)..... 74

Tabela 15 - Fontes de renda das famílias do assentamento Lagoa Grande..... 75

Tabela 16 - Fontes de renda complementar das famílias do assentamento Lagoa Grande..... 76

Tabela 17 - Comparativo entre a renda familiar com o fato do(a) responsável pelo lote no assentamento, trabalhar fora ou não (valores nominais)..... 77

Tabela 18 - Problemas do assentamento Lagoa Grande que poderiam ser solucionados ou amenizados com o auxílio e acompanhamento de assistência técnica..... 78

Tabela 19 - Motivos que levam à falta de atendimento às expectativas dos assentados pela associação e o que seria necessário para fortalecer a associação de moradores do assentamento Lagoa Grande (valores em percentuais)..... 79

Tabela 20 - Dificuldades enfrentadas nos lotes do assentamento Lagoa Grande e ações que podem ser realizadas pelas pessoas da comunidade para diminuí-las (valores em percentuais)..... 81

Tabela 21 - Comparativo do nível de satisfação com a renda total das famílias no assentamento Lagoa Grande (valores em percentuais)..... 82

Tabela 22 - Críticas e sugestões para a melhoria das condições de vida no assentamento Lagoa Grande, apontadas pelos assentados por ordem de prioridade..... 83

Tabela 23 - Fatores que limitam e potencializam o desenvolvimento do assentamento Lagoa Grande..... 84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MS	Estado de Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
P.A.	Projeto de assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA	Reforma Agrária
RAM	Reforma Agrária de Mercado
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 15
1.1 O problema e sua importância..... 17
1.2 Justificativa..... 19
1.3 Objetivos..... 21
1.4 Estrutura do trabalho..... 21
2 REVISÃO DE LITERATURA..... 23
2.1 Agricultura familiar..... 23
2.2 Reforma agrária e assentamentos rurais..... 25
2.2.1 Atividades produtivas e geração de renda em assentamentos rurais..... 31
2.2.2 Alguns aspectos sobre os assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul..... 34
2.3 Desenvolvimento rural e políticas públicas..... 38
3 METODOLOGIA..... 44
3.1 Técnicas de pesquisa..... 45
3.2 Área de estudo..... 46
3.3 População estudada..... 48
3.4 Obtenção e análise dos dados..... 50
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES..... 51
4.1 Análise histórica da reforma agrária no Brasil, Grandes Regiões e do estado de Mato Grosso do Sul..... 51
4.1.1 Agricultura familiar no Brasil e em Mato Grosso do Sul..... 51
4.1.2 Os números da reforma agrária no Brasil e nas Grandes Regiões..... 53
4.2 Caracterização demográfica e socioeconômica do assentamento rural Lagoa Grande..... 61
4.2.1 Dados demográficos e socioeconômicos da população do assentamento Lagoa Grande..... 61
4.2.2 Características dos lotes, atividades produtivas, comercialização e fontes de renda no assentamento Lagoa Grande..... 65
4.2.3 Capacitação, assistência técnica e associativismo no assentamento Lagoa Grande..... 77
4.3 Fatores limitantes e propulsores para o desenvolvimento do assentamento Lagoa Grande..... 80

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 86
REFERÊNCIAS 91
APÊNDICE A – Questionário aplicado no assentamento rural Lagoa Grande..... 100

1 INTRODUÇÃO

A agricultura ocupa um terço da superfície da terra, constituindo a principal atividade de grande parte da população mundial (BARBIERI, 2011). Conforme a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL, o Brasil tem disponíveis 134 milhões de hectares de terras agricultáveis para produzir, dos quais, 11,42 milhões de hectares estão no estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, o estado possui em torno de 8,5% das terras brasileiras com possibilidade de produção agrícola (MS, 2009).

A utilização de terras para a produção de alimentos a fim de sanar a fome da população mundial tem sido alvo de pesquisas e discussões em várias áreas acadêmicas. A FAO[1] (2012) considera a agricultura familiar como um poderoso segmento da sociedade que pode garantir a segurança alimentar da população mundial na atualidade e, principalmente, para as futuras gerações. Para esta Organização, o fortalecimento da agricultura familiar é a chave para reduzir a fome e a pobreza, desde que o pequeno produtor tenha acesso à terra, água, mercados, tecnologias e crédito.

Abramovay (1992, p. 210) observa ser: "(...) em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas avançados". Algumas nações desenvolvidas fizeram opção pela agricultura familiar, sendo a Dinamarca a pioneira, com uma virada política que permitiu sua expansão e consolidação no final do século 18. O último foi o Japão e outras nações como a Coréia do Sul, Taiwan, China e mais recentemente a África do Sul (VEIGA, 2000).

Nos Estados Unidos, a agricultura familiar surgiu como uma forma de agrupamento social de interesse sociológico e focado na ação governamental, influenciando na colonização das suas regiões mais ao norte, fronteiriças com o Canadá, conforme aborda Navarro (2010). O autor destaca que os colonos foram transformados em produtores e posteriormente identificados como *farmers*, os quais foram se integrando aos múltiplos mercados e se articulando à vida econômica. Esse processo foi acelerado após a independência americana e a partir de 1930, com estímulo governamental, para a transformação da base produtiva, a fim de consolidar a agricultura moderna.

Ao Estado compete analisar e implementar políticas agrícolas e de segurança alimentar que influenciem a ocupação da terra considerando a demografia, os movimentos

[1] Food and Agriculture Organization of the United Nations for a world without hunger

populacionais e as áreas improdutivas. Além disso, melhorar as condições de manejo, produção e comercialização, as redes financeiras rurais, o acesso aos insumos, serviços agrícolas, mercados e às pesquisas (BARBIERI, 2011).

Guilhoto (2005) observa que, assim como no Brasil, nos Estados Unidos os agricultores familiares são dependentes de apoio governamental, com políticas de crédito e pesquisas agropecuárias direcionadas aos sistemas de menor escala, assistência técnica, acesso à terra, apoio ao cooperativismo e à educação, para que possam sair da pobreza e alcançar a classe média.

Segundo Manzanal e Schneider (2011, p.51): "Foi na primeira metade da década de 1990 que a noção de agricultura familiar se firmou no Brasil como uma categoria política, sendo rapidamente assimilada por estudiosos e responsáveis pelos projetos políticos". Os autores apontam três principais fatores que legitimaram a agricultura familiar no país: a recuperação da força política do movimento sindical e dos trabalhadores rurais durante a década de 1990, a criação em 2006 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e da Lei da Agricultura Familiar.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2012), a agricultura familiar é responsável por mais de 80,0% da ocupação no setor rural do Brasil, gerando sete de cada dez empregos no campo, e em torno de 40,0% da produção agrícola. A maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros, na atualidade, é oriunda dos pequenos lotes. Essa modalidade de agricultura favorece a utilização de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, a agricultura familiar é responsável por cerca de 60,0% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras, representando 85,0% dos municípios rurais do país. Também corresponde a 10,0% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e responde por 77,0% das ocupações produtivas e empregos no campo (BRASIL, 2011a).

A região Centro-Oeste, de acordo com Guanziroli *et al.* (2001), tem a menor presença de agricultores familiares do Brasil, porém seu papel na ocupação deste vasto território e na estruturação da economia foi de grande importância. Essa ocupação se deu por meio dos agricultores oriundos principalmente das regiões Sul e Nordeste, que deram impulso ao atual processo de modernização agrícola, transformando a região em principal pólo graneleiro do país. Hoffmann e Ney (2010) constataram que houve crescimento nas pequenas unidades produtivas (inferior a 10 ha) na região Centro-Oeste, entre os dois últimos Censos

Agropecuários (1996-2006), passando de 32 mil para 52 mil (em torno de 62,0%), sendo este o maior aumento entre as grandes regiões brasileiras.

No estado de Mato Grosso do Sul, apesar do agronegócio patronal estar se destacando cada vez mais devido às grandes extensões de terras e às tecnologias utilizadas, a agricultura familiar também vem ganhando expressividade, impulsionada pelas políticas públicas que, nos últimos anos, foram intensificadas em nível federal. Trata-se de um setor que, mesmo a índices inferiores, contribui não só com o agronegócio do estado mas, principalmente, na ocupação e geração de renda a um grande número de famílias de agricultores que dependem da terra para a sua sobrevivência.

Neste sentido, Guilhoto *et al.* (2007) destaca que a participação do PIB[2] do agronegócio familiar no PIB total, de 2004 para 2005, em Mato Grosso do Sul, aumentou em 16,1% no PIB da lavoura e em 12,3% no PIB da pecuária.

1.1 O problema e sua importância

Apesar de sua importância, a agricultura familiar encontra obstáculos que limitam o seu desenvolvimento, principalmente a escassez de terra, a falta de assistência técnica e a insuficiência de recursos financeiros. Esses fatores limitam o alcance do padrão tecnológico necessário para tornar esse segmento competitivo (SOUZA *et al.*, 2011). Esses obstáculos são ainda mais evidentes nos assentamentos rurais de reforma agrária.

Os primórdios da reforma agrária no estado iniciaram na Era Vargas, na década de 1940, com o objetivo de colonizar e ocupar espaços. De acordo com Carli (2008), a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada pelo Decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943 e instituída em 1º de janeiro de 1944, integrava o projeto da constituição de Colônias Agrícolas Nacionais (Decreto-lei 3.059/1941), promovido pelo governo federal, com a colaboração dos governos estaduais e municipais, intermediado pelo Ministério da Agricultura. "Objetivava-se, com isso, receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros pobres, desde que tivessem aptidão para o trabalho na lavoura" (CARLI, 2008, p. 56).

Conforme Carli (2008), o discurso de Vargas, acelerado pela propaganda da Marcha para o Oeste, movimentou a população do país. Com isso, foram atraídas para a região da CAND, pessoas de todas as regiões brasileiras, como paulistas, mineiros, nordestinos,

[2] Produto Interno Bruto

japoneses, paraguaios, na busca de adquirir um pedaço de terra, único meio de subsistência para eles, cujas raízes estavam na agricultura.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Brasil, 2011c), no município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, foram criados, no ano de 1997, dois assentamentos rurais, denominados: Lagoa Grande, com 151 lotes distribuídos em uma área de 4.070,7679 hectares; e, Amparo, com 67 lotes distribuídos em uma área de 1.126,8933 hectares. Conforme Andrade (1998), o projeto de assentamento demarca o fim de um ciclo e o início de outro. Trata-se de um processo de transformação pelo qual famílias de trabalhadores rurais têm a oportunidade de desenvolver seus projetos de vida, mudando seus destinos e resolvendo o problema da própria sobrevivência.

Os objetivos dos projetos de reforma agrária devem observar os fatores que afetam o desenvolvimento das famílias assentadas, como: a fertilidade dos solos, relevo, localização, água, dimensão, armazéns, máquinas e equipamentos, instalações, agroindústrias, sistema de produção adotado, crédito, assistência técnica e o acesso aos serviços básicos (educação, saúde e moradia). A interação entre estes fatores é determinante no desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos (BITTENCOURT, 1998).

Lazzaretti (2003) destaca que a trajetória dos assentamentos e dos assentados não se insere dentro de uma proposta política governamental completa de reforma agrária como política agrícola, mas de uma política que apenas tem por eixos evitar tensões sociais, a fim de não realizar transformações significativas na estrutura agrária do país, justificando assim a falta do acompanhamento de um plano para a realização de desapropriações, com apoio financeiro, sanitário e educacional. Neste sentido, pesquisas envolvendo a área socioeconômica são muito importantes para evidenciar a realidade dos assentamentos rurais e de seus habitantes, promovendo os debates que possam contribuir para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento para os assentamentos rurais.

A questão agrária brasileira tem motivado diversos estudos acadêmicos e programas governamentais. A compreensão dos mecanismos de geração de renda dentro das unidades produtivas e das condições de vida das famílias dos agricultores assentados é um fator muito importante para a promoção do desenvolvimento destas famílias, dos assentamentos rurais e, consequentemente, do município onde estão situados.

Conforme Sparovek (2003), a reforma agrária modificou a paisagem fundiária do Brasil. Existem registros sobre a quantidade de assentamentos, embora muitas vezes sejam contraditórios, porém, são inexistentes as informações atualizadas e abrangentes em relação à qualidade de vida nos assentamentos, os impactos ambientais ocasionados com a implantação

dos mesmos, a eficácia na execução das ações governamentais e a eficiência que tiveram na alteração da matriz fundiária. A falta de informações precisas sobre o desempenho positivo ou negativo das unidades familiares pode resultar em avaliações ou ações que não refletem a realidade cotidiana dos assentamentos.

Muitos assentamentos são instalados em locais sem boas condições de solos, água e acesso ao mercado consumidor, tornando-se dependentes de políticas públicas para a fixação dos assentados. Para Valadares *et al.* (2011, p. 136): "É condição imprescindível à formação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural o aprimoramento constante das informações relativas aos modos de vida e produção da população do campo". Somente com o acompanhamento e suporte do Estado, principalmente na divulgação e incentivo à participação das políticas públicas aos assentados, é possível proporcionar-lhes perspectiva futura e qualidade de vida em seus assentamentos.

Após conquistarem a terra, os assentados defrontam-se com novas incertezas, expectativas e desafios quanto às organizações econômica e social nos assentamentos e em relação à sociedade como um todo. Muitas famílias nem sequer possuem os meios básicos para os trabalhos mais simples das lidas do campo, algumas ferramentas essenciais como a enxada, o facão e demais instrumentos elementares são precários e ainda a falta de crédito adequado, sementes e orientação técnica, tornam impossível a sobrevivência das famílias isoladas (VALADARES *et al.*, 2011).

Barbosa *et al.* (2002) ressaltam a inexistência de diagnósticos socioeconômicos que visem a compreensão e análise de redes de cooperação nos assentamentos para a sustentabilidade do sistema e a melhoria da qualidade de vida dos assentados. Na observação de Lazzaretti (2003), os levantamentos nem sempre levam em conta as transformações que a sociedade brasileira sofreu nas últimas três décadas, principalmente em relação à importância da saída do homem do campo, a evolução da atividade agropecuária, ao êxodo rural e aos fenômenos de centralização das terras. Para Carmo e Comitre (2011, p. 436): "Os diagnósticos sobre a realidade nos assentamentos rurais são de fundamental importância quando se busca o desenvolvimento sustentado em seus eixos mais relevantes, socio-econômico e ambiental".

1.2 Justificativa

Muitos estudos já foram e estão sendo feitos em assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul, destacando-se: Lamas *et al.* (2000a) que elaboraram um plano de

desenvolvimento para o assentamento Indaiá, no município de Itaquirai – MS e Lamas *et al.* (2000b) que investigaram os sistemas de produção praticados em onze assentamentos rurais do estado; Barbosa *et al.* (2002), que realizaram um diagnóstico socioeconômico nos assentamentos da fronteira Brasil – Paraguai; Tomich *et al.* (2004) investigaram o sistema produtivo em cinco assentamentos do município de Corumbá; Moreira (2005) realizou um estudo na fronteira, em relação à dinâmica da agricultura familiar; Almeida (2008) aborda o autoconsumo em seis assentamentos rurais de MS; Santos (2009), avaliou se a agricultura praticada pelas famílias do assentamento Corona possibilitava-lhes continuar vivendo na localidade.

E ainda, Menegat (2009) pesquisou a trajetória das famílias e os projetos para a nova vida na terra no assentamento Taquaral, em Corumbá e Menegat (2010), aborda questões relacionadas ao PRONAF mulher e as perspectivas de empoderamento feminino nos assentamentos de Mato Grosso do Sul; Pacheco (2010) descreve sobre a questão agrária e a regularização fundiária no estado e Helfenstein (2010) pesquisou a política de desenvolvimento e inclusão social do 'Programa Luz para Todos' para os assentamentos do estado. Na maioria destes trabalhos, nota-se a necessidade de maior enfoque na situação socioeconômica dos assentados.

Especificamente para o assentamento Lagoa Grande, destacam-se os estudos de Daniel *et al.* (2008), que avaliam o uso da terra por meio de imagens de satélite; Castro *et al.* (2010) caracterizam a pecuária leiteira; Fernandes *et al.* (2010), analisam a fitossociologia de um sistema agroflorestal no assentamento; e, Silva *et al.* (2012), avaliam a produção de alimentos em sistemas agroflorestais. Estes estudos apontam que um grande número de lotes apresentam deficiências comuns aos demais assentamentos do estado. Essas deficiências envolvem a baixa produtividade, devido à precariedade dos solos, assistência técnica inadequada e muitas áreas degradadas, com poucas áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal, fato que prejudica a certificação de produtos cultivados sob manejo agroecológico. Destaca-se que nenhum dos estudos enfoca as questões socioeconômicas, objeto desta pesquisa.

Existem importantes fatores socioeconômicos e demográficos associados às problemáticas dos assentamentos rurais, tais como: a produtividade do lote, a renda, o quadro familiar, a escolaridade, a capacitação técnica, o associativismo, entre outros. Entender como esses fatores interferem no desenvolvimento destes locais foi o fator motivador para a realização desta pesquisa.

O desafio maior deste estudo foi reproduzir a configuração atual do assentamento Lagoa Grande, retratar os anseios e as estratégias de resistência dos assentados em seus lotes,

suas alternativas de sobrevivência, muitas vezes temporárias e sem perspectiva futura. O estudo torna-se relevante à medida que visa colaborar na elaboração de políticas públicas relacionadas à qualidade de vida dos assentados, à produtividade e consequente geração de renda pelos seus lotes, fator indispensável para suprir suas necessidades básicas. Neste contexto, considerando a deficiência de estudos sobre a temática no assentamento Lagoa Grande, em Dourados-MS, propôs-se a realização deste estudo. O intuito foi identificar a configuração socioeconômica e demográfica das famílias residentes no assentamento Lagoa Grande, bem como, os fatores positivos e negativos, no que se refere à fixação dos assentados em seus lotes. Dessa forma, procurou-se responder as seguintes questões de pesquisa: (i) Qual a configuração socioeconômica e demográfica das famílias residentes no assentamento Lagoa Grande? (ii) De que forma os fatores como a produção, a renda, o número de membros da família, a capacitação técnica, entre outros, podem ser determinantes para a fixação da família e para eficiência produtiva da propriedade?

1.3 Objetivos

O objetivo geral deste estudo foi analisar a configuração socioeconômica e demográfica do assentamento rural Lagoa Grande, localizado no município de Dourados – MS, para identificar suas potencialidades e deficiências.

Especificamente objetivou-se:

a) Fazer uma análise histórica da reforma agrária e sua evolução no período de 1994 a 2011, no Brasil, na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul;
b) Analisar o perfil demográfico e socioeconômico da população de assentados residentes no assentamento Lagoa Grande, destacando as atividades produtivas, o nível de produção e o rendimento gerado;
c) Caracterizar e analisar os fatores limitantes e propulsores, com base nas deficiências e potencialidades para o desenvolvimento do assentamento, identificadas no estudo.

1.4 Estrutura do trabalho

Esta dissertação divide-se em seis capítulos, sendo que este primeiro inclui a introdução que destaca o problema e sua importância, a justificativa e os objetivos deste estudo. O segundo capítulo refere-se a uma revisão de literatura sobre agricultura familiar, reforma agrária e assentamentos rurais, desenvolvimento rural e políticas públicas. No

terceiro capítulo apresenta-se a metodologia, destacando as técnicas de pesquisa, a área de estudo, a população estudada e a obtenção e análise dos dados. No quarto capítulo são apresentados os resultados e discussões, divididos em uma análise histórica da reforma agrária e no perfil demográfico e socieconômico do assentamento Lagoa Grande. No quinto capítulo estão as considerações finais e, o sexto capítulo engloba as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo refere-se a uma revisão de literatura sobre os aspectos que envolvem a temática do estudo, dividindo-se em: agricultura familiar, reforma agrária, assentamentos rurais, desenvolvimento rural e políticas públicas.

2.1 Agricultura familiar

As políticas públicas foram essenciais para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no desenvolvimento do mundo capitalista, não sendo caracterizada como camponesa uma agricultura familiar altamente integrada com o mercado e incorporada aos avanços técnicos e políticas governamentais (ABRAMOVAY, 1992).

A agricultura familiar se articula sob diferentes formas e intensidades entre seus elementos: família, terra e trabalho, adaptando-se a diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Do ponto de vista conceitual, Caume (2009) observa que não se pode contrapor agricultura familiar e agronegócio, pois são categorias de processos sociais e econômicos diferentes. A agricultura familiar é uma forma de organização social da produção, e o agronegócio é o processo de articulação da atividade agropecuária, desempenhado tanto por formas familiares como patronais de produção, com os demais setores da economia.

As diferenças entre empresas capitalistas e unidades familiares na agricultura estão baseadas na forma de organização do processo de produção e nas relações de parentesco. A produção doméstica organiza o trabalho partindo das relações de parentesco e não nos contratos salariais, sendo que a posse dos meios de produção não está separada de quem executa o trabalho. Na produção simples de mercadorias, a produção doméstica é especializada, competitiva e os meios de produção e subsistência precisam ser comprados. Já nas unidades capitalistas, ocorre o recrutamento de empregados (FRIEDMANN, 1978).

Nesse sentido, Fuller (1990) destaca que o domicílio agrícola (*farm household*) é uma entidade dinâmica que envolve grupo de recursos humanos, a terra e o capital; local de consumo, de produção e reprodução e, um conjunto de alocações de trabalho dos indivíduos que compõem a família, dentro e fora da propriedade.

A junção da propriedade, da gestão do trabalho e das relações de parentesco no desenvolvimento da produção familiar também se configuram na legislação brasileira. A Lei Federal nº 11.326, de 24 de junho de 2006, considera agricultor ou empreendedor familiar

rural aquele que desenvolve atividades no meio rural, cuja área não exceda a quatro módulos fiscais, a mão-de-obra utilizada seja oriunda da própria família e a renda familiar seja originada dessas atividades (BRASIL, 2012a).

Conforme o Decreto nº 84.685/1980, o módulo fiscal de cada município, expresso em hectares, é fixado pelo INCRA que considera os seguintes fatores: tipo de exploração que predomina no município; renda obtida dessa exploração; outras explorações não predominantes, mas expressivas em renda e área utilizada e o conceito de propriedade familiar da Lei nº 4.504/1964 (BRASIL, 2012b,c). A Instrução Normativa Especial do INCRA nº 20/1980, estabelece que um módulo fiscal no município de Dourados equivale a 30 hectares (BRASIL, 2012d). O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964, Art. 4º, II), define 'propriedade familiar' como:

> "(...) o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, 2012c).

Como base de desenvolvimento rural no Brasil, a agricultura familiar não pode ser caracterizada apenas por ser uma forma que predominou em todas as agriculturas de países desenvolvidos, conforme destaca Veiga (2000). O autor considera que o predomínio das grandes fazendas patronais, com força de trabalho abundante e barata, torna-se prejudicial ao desenvolvimento rural.

Conforme Guilhoto *et al.* (2006, p. 2): "(...) o setor agropecuário familiar faz parte da história do Brasil e da própria humanidade. Sua influência foi reduzida ao longo dos séculos devido ao desenvolvimento tecnológico do próprio setor agropecuário e dos outros setores produtivos da economia". Para o autor, o mundo contemporâneo colocou o sistema de produção familiar em um contexto socioeconômico próprio e delicado, considerando que sua importância está relacionada com o futuro das pessoas que dependem do campo, com a problemática do êxodo rural e, com a desigualdade social no campo e nas cidades.

A evolução do PIB do agronegócio familiar no período de 1995 a 2005 mostra que os pequenos agricultores, ou os agricultores familiares, respondem por parcela expressiva da riqueza nacional. O que ocorre mesmo com deficiências, como a insuficiência de terras, as dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico, a fragilidade da assistência técnica e a subutilização da mão-de-obra. Cerca de um terço do agronegócio brasileiro é atribuído à produção agropecuária realizada pelos agricultores familiares (GUILHOTO *et al.*, 2007).

Para Carmo e Comitre (2011, p.450): “A potencialidade técnica dos agricultores familiares em seus diferentes matizes, coloca a necessidade de políticas diferenciadas, concebidas em um processo interativo junto aos agricultores nas suas regiões produtoras”. De acordo com Bambil e Vilpoux (2011), as propriedades familiares sujeitam-se às leis de mercado e demanda de consumidores, onde incluem-se a concorrência, o capital, a utilização intensiva do solo e a inovação tecnológica. Conforme os autores, sem a demanda de mercado a utilização de tecnologias apropriadas tornam-se inúteis.

Na abordagem de Guilhoto *et al.* (2005), parte dos agricultores familiares está mais inserida na lógica de inovação tecnológica, os quais, possivelmente, ampliarão a sua estrutura produtiva, comprando ativos daqueles que se retiram da atividade. Uma grande parte dessa massa só conseguirá progredir por meio da pluriatividade, diversificando as suas atividades para que a renda familiar não dependa exclusivamente da produção agropecuária. Neste contexto, figuram os assentamentos de reforma agrária - pensados a partir da agricultura familiar, resultantes de um processo social e econômico com possibilidades de desenvolvimento rural, porém com alto grau de dependência de políticas públicas para sobreviverem e progredirem.

2.2 Reforma agrária e assentamentos rurais

O termo ‘assentamento’ surgiu inicialmente no vocabulário jurídico e sociológico da reforma agrária da Venezuela em 1960, difundindo-se para outros países. Pode ser definido como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra, a fim de beneficiar trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) considera reforma agrária um conjunto de medidas com o objetivo de promover melhor distribuição de terra, por meio de modificações no regime de posse e uso, para atender aos princípios de justiça social e o aumento de produtividade e produção (BRASIL, 2012c).

No final dos anos de 1950 e 1960, as políticas fundiárias se configuram como resposta às pressões dos movimentos sociais, difundidos em todo o Brasil em forma de associações civis, sendo muitas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Neste período, onde o êxodo rural estava acentuado, a terminologia assentamento começou a ser utilizada no país (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Segundo Branford e Rocha (2004 *apud* GUEDES, 2006), na década de 1970, em diversas partes do Brasil, ocorriam conflitos pela terra, marcados pela violência do governo militar e por iniciativas particulares, incentivadas pelo Estado. Na região Sul, trabalhadores sem terra (apoiados por setores da esquerda da Igreja Católica) começaram a se organizar.

Conforme os autores, o marco inicial da ocupação de terras no país, foi a invasão de parte da fazenda Sarandi, no município de Ronda Alta – RS, em 7 de setembro de 1979. Em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel – PR, foi realizado um encontro que deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

De acordo com Instituto de Colonização e Reforma Agrária, em outubro de 1985 foi aprovado, via decreto presidencial, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o qual gerou amplo debate nacional, coletando contribuições que ajudaram a compor o documento. O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi apresentado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília. Este também foi elaborado baseado em um amplo diálogo social e reflexão acadêmica (BRASIL, 2012a).

A reforma agrária é um termo que descreve processos diferenciados que dão acesso e posse da terra e aos meios de produção para trabalhadores rurais que tenham, ou não, pequeno lote de terras. Para o autor, nos programas de reforma agrária no mundo a análise é geralmente positiva, no que se refere aos ganhos sociais e ao desenvolvimento econômico. Nas regiões brasileiras onde a reforma agrária é realizada com menos intensidade, as opiniões do governo, dos movimentos sociais, dos assentados e da academia, também são de que houve melhora na qualidade de vida dos trabalhadores rurais (SPAROVEK, 2003).

De acordo com Fabrini (2008), o monopólio da posse de terra no Brasil iniciou no período colonial, com a Lei das Sesmarias que regulava a apropriação da terra, vigorando até o início do século XIX. No latifúndio, ocupando os melhores solos, as atividades destinavam-se à exportação. A produção de alimentos era realizada por pequenos produtores ou pelos escravos, em solos de menor fertilidade, os quais pagavam uma renda aos proprietários.

Para Bergamasco (1997), a discussão da reforma agrária no Brasil tem sido constante desde a década de 1950, quando aparecia como solução para as questões nacionais. O golpe militar de 1964 apenas institucionalizou a questão por meio da promulgação, em novembro de 1964, do Estatuto da Terra. O Estatuto da Terra apenas respaldou o longo processo de colonização, principalmente na região Norte e Centro-Oeste, por meio da implantação de assentamentos de colonos do Sudoeste e do Sul do país. Neste aspecto, Hoffmann e Ney (2010) observam que a criação de pequenos lotes rurais por intermédio do programa de reforma agrária contribui para a redução da concentração de terras.

O INCRA utiliza diversos procedimentos para a obtenção de terras para a reforma agrária. As desapropriações contemplam o maior número de assentamentos (53% das famílias assentadas). As áreas públicas estaduais e federais provenientes de reconhecimento, arrecadação e discriminação, correspondem a 64% do total das áreas com projetos de assentamentos. A compra e venda foi responsável pela constituição de 918 projetos de assentamentos em 2,6 milhões de ha, sendo essa modalidade realizada em menor proporção, tendo apresentado maior crescimento no período de 2007 a 2010 (IPEA, 2011).

Souza (2009, p. 204) observa que: "Possuindo terra, o agricultor precisa produzir com eficiência para elevar a renda média e gerar um excedente acima do nível de subsistência". O autor ressalta que devem ser seguidas as leis de mercado, em virtude da insuficiência de recursos públicos para o subsídio agrícola. Com a elevação da produtividade agrícola reduzem-se as migrações rurais e melhora a distribuição de renda.

De acordo com Bergamasco (1997), o acesso à terra promove uma reorganização social nas famílias de trabalhadores rurais, por dois fatores: o espaço para a construção habitacional e o aumento na disponibilidade de alimentos para o autoconsumo da família. Dessa forma, os programas de assentamentos precisam ser planejados e estruturados em áreas localizadas em solos férteis, com apoio financeiro na implantação, para a compra de equipamentos e, principalmente, com orientação técnica que forneça o suporte necessário para as atividades produtivas, de agregação de valor e comercialização.

A reforma agrária estruturada poderia solucionar muitos problemas sociais do país, diminuindo a pobreza da zona urbana, gerando emprego, renda e desenvolvimento econômico para o campo e para as cidades. Leite (2007, p. 4) observa que: "A reforma agrária constitui-se, seguramente, num dos principais mecanismos de política com amplo grau de cobertura e baixo custo de realização". Contrariando essa perspectiva, verifica-se que desde que iniciou tem funcionado como um mero paliativo para amenizar conflitos a fim de atender determinados grupos políticos.

Bergamasco e Norder (1996) classificam a origem dos assentamentos em cinco tipos: projetos de colonização (constituídos durante o regime militar, a partir dos anos 1970, objetivando ocupar terras devolutas e expandir a fronteira agrícola); reassentamentos de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; planos estaduais para valorização de terras públicas e regularização de posse; projetos constituídos via desapropriação por interesse social, a partir de 1986 (baseados no Estatuto da Terra de 1964); reservas extrativistas para exploração de seringais na região amazônica e outras atividades de aproveitamento de recursos renováveis.

De acordo com o MDA/INCRA (Brasil, 2012b), os projetos de reforma agrária estão divididos em dois grupos:

I - criados pelo INCRA por meio de obtenção de terras, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamentos (PA), e ambientalmente diferenciados, denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF). Contemplam atualmente vinte e nove tipos de assentamentos, conforme Quadro 1:

II – reconhecidos pelo INCRA, criados por instituições governamentais para acesso às políticas públicas do PNRA.

ORD	TIPO	SIGLA
1	ASSENTAMENTO FEDERAL	PA
2	ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA FEDERAL	PAE
3	ASSENTAMENTO ESTADUAL	PE
4	ASSENTAMENTO MUNICIPAL	PAM
5	PROGRAMA CÉDULA DA TERRA	PCT
6	ASSENTAMENTO ESTADUAL SEM CONVÊNIO	PE
7	ASSENTAMENTO CASULO	PCA
8	COLONIZAÇÃO	PAP
9	ASSENTAMENTO DIRIGIDO	PAD
10	ASSENTAMENTO RÁPIDO	PAR
11	ESPECIAL DE ASSENTAMENTO	PEA
12	COLONIZAÇÃO OFICIAL	PC
13	ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO	PEC
14	INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO	PIC
15	ASSENTAMENTO CONJUNTO	PAC
16	ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PF
17	ASSENTAMENTO QUILOMBOLA	PAQ
18	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PDS
19	RESERVA EXTRATIVISTA	RESEX
20	TERRITÓRIO REMANESCENTE DE QUILOMBOS	TRQ
21	ASSENTAMENTO FLORESTAL	PAF
22	FLORESTA NACIONAL	FLONA
23	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	RDS
24	REASSENTAMENTO DE BARRAGEM	PRB
25	RECONHECIMENTO DE ASSENTAMENTO FUNDO DE PASTO	PFP
26	TERRA INDÍGENA	TI
27	RECONHECIMENTO DE PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO	PPI
28	ASSENTAMENTO AGROINDUSTRIAL	PAG
29	FLORESTA ESTADUAL	FLO

Quadro 1 – Tipos de assentamentos rurais brasileiros classificados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Fonte: Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT). Coordenação Geral de Implantação (DTI). INCRA (2012b).

Gonçalves e Fernandes (2009) denominam as diferentes modalidades de assentamentos rurais como: de Reforma Agrária (RA), quando criados pelo INCRA e de Reforma Agrária de Mercado (RAM) quando criados pelas instituições governamentais por

meio de financiamentos. No Quadro 2 destacam-se as características de algumas modalidades de assentamentos de RA e no Quadro 3 algumas modalidades de assentamentos de RAM.

Tipo/Sigla	Características
Projeto de Assentamento Federal (PA)	A União, por meio do INCRA é responsável pela obtenção de terras, criação do projeto, seleção de beneficiários, aporte de recursos de crédito de apoio, instalação e produção (PRONAF A e C), infraestrutura básica (estradas, água e energia elétrica) e titulação.
Projeto de Assentamento Estadual (PE)	As Unidades Federativas são responsáveis pela criação do projeto, seleção de beneficiários, aporte de recursos de crédito (PRONAF A) e infraestrutura, com possibilidade de participação da União mediante convênio. A titulação é de responsabilidade das unidades federativas.
Florestas Nacionais (FLONA)	De competência do IBAMA. São unidades de conservação de uso sustentável, reconhecidas pelo INCRA, que viabilizam o acesso das comunidades aos direitos básicos de crédito de implantação e produção (PRONAF A).

Quadro 2 – Relação de tipos e características dos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil.
Fonte: Adaptado de Gonçalves e Fernandes (2009, p. 3).

A reforma agrária (RA) e a reforma agrária de mercado (RAM) são modalidades distintas, com diferentes impactos nas esferas social, econômica, política, ambiental e fundiária onde são implantados. A RA está vinculada aos movimentos socioterritoriais que reivindicam acesso à terra por meio de manifestações, acampamentos, ocupações e outros embates políticos (COCA; FERNANDES, 2009).

Programa Cédula da Terra (PCT)	Criado pela União com participação de Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS. A terra é obtida por compra e venda e nunca por desapropriação. Os beneficiários recebem financiamento para obtenção de recursos fundiários e implantação da infra-estrutura básica. A seleção dos beneficiários e titulação é responsabilidade da União.
Banco da Terra (BT)	Os assentamentos podem ser implantados pelo Governo Federal, entidades públicas estaduais e municipais e por cooperativas ou associações de assentados. O financiamento das terras se dá por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
Combate à Pobreza Rural (CPR)	Público alvo: trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário à terra e proprietários de minifúndios (imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar. Os recursos são oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)	Aquisição de imóveis rurais com benfeitorias já existentes e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva. Público alvo: trabalhadores rurais sem terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas, etc.), pequenos produtores com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros, etc.), proprietários de minifúndios, associações ou cooperativas que agreguem estes grupos. O proponente deverá dispor de renda familiar anual pré-determinada e os recursos são oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
Nossa Primeira Terra/ Consolidação da Agricultura Familiar (NPT/CAF)	Criado para atender a demanda de jovens sem terra ou filhos de agricultores familiares, de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade. Visa diminuir o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. Os beneficiários devem estar organizados em associações. O financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável e os recursos são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. O financiamento para investimentos comunitários não é reembolsável e os recursos são do Banco Mundial. A linha de financiamento é liberada pelo programa de Consolidação da Agricultura Familiar.

Quadro 3 – Relação de tipos e características dos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária de mercado no Brasil
Fonte: Adaptado de Gonçalves e Fernandes (2009, p. 3-5)

Coca e Fernandes (2009) observam que na modalidade de reforma agrária (RA) os assentamentos são originados por vários tipos de processos (desapropriação, compra, confisco, doação, arrecadação, etc.), sem ônus para o assentado, diferentemente da RAM, que é implantada por meio do financiamento de terras.

A reforma agrária de mercado (RAM) surgiu a partir da necessidade de repensar as políticas agrárias, como uma alternativa ao modelo tradicional de reforma agrária. O foco de atuação desta modalidade está na região Nordeste do Brasil, onde visa o combate da pobreza rural, por meio de linhas de financiamento. Já nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, esta modalidade de reforma agrária objetiva incentivar a consolidação da agricultura familiar (COCA; FERNANDES, 2009).

De acordo com o IPEA (2002), a Portaria MDA nº 080/2002 define que os projetos de reforma agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário, obedecendo sete fases de implementação, conforme segue:

1. Pré-Projeto de Assentamento – fase em que os imóveis já estão selecionados e decretados para a desapropriação, ou pré-selecionados para a aquisição pelos programas de crédito fundiário, sendo preparados sob os aspectos técnicos e jurídicos para receber as famílias classificadas como pré-assentadas, selecionadas para projetos em elaboração;
2. Assentamento em Criação – fase em que a clientela já selecionada pelos programas de acesso à terra está aguardando a elaboração da Relação do Beneficiário (RB), para ser assentada em imóvel devidamente identificado, em vias de desapropriação, arrecadação ou aquisição, cujos cadastros estejam disponíveis nos bancos de dados de identificação do INCRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária/SIPRA), do Banco da Terra/BT e do Programa de Combate à Pobreza Rural/ PCPR;
3. Assentamento Criado – fase em que o imóvel está sob o domínio ou posse do INCRA, na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação delas com a assinatura dos contratos de assentamento;
4. Assentamento em Instalação – nesta fase, com o projeto já criado, os beneficiários estão instalando-se no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação;
5. Assentamento em Estruturação – quando está na fase de implantação de infra-estrutura básica: abastecimento de água, eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias;
6. Assentamento em Consolidação – os beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infra estrutura básica e acesso ao PRONAF - A, estando em fase de titulação definitiva. Nesta

fase, as famílias já possuem condições socioeconômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do PRONAF;

7. Assentamento Consolidado – quando tem mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao município ou estado.

De acordo com informações do INCRA/Dourados (INCRA, 2012c), a maioria dos 203 projetos de assentamentos de reforma agrária do estado de Mato Grosso do Sul estão na fase 3 (assentamento criado) e o menor número na fase 7 (assentamento consolidado). Entre os assentamentos rurais do munícipio de Dourados, o Amparo está na fase 7 (consolidado), sendo que muitas famílias já detém o título definitivo da propriedade, enquanto que o assentamento Lagoa Grande está na fase 6 (em consolidação), onde as famílias já utilizaram o crédito do PRONAF A e estão migrando para acessar outras linhas de créditos.

2.2.1 Atividades produtivas e geração de renda em assentamentos rurais

A questão agrária no país foi retomada entre as décadas de 1980 e 1990, pelos movimentos sociais, sendo motivo de diversos estudos acadêmicos e programas governamentais, que buscam compreender os mecanismos de geração de renda pelas unidades produtivas e as condições familiares dos agricultores assentados, fator relevante para o desenvolvimento destas famílias e do país (ROSA; GUIMARÃES, 2011).

Santos (2011) destaca que, atualmente, os assentamentos rurais do Brasil enfrentam o dilema de conquistarem a terra e converterem os sistemas de produção, pois a replicação das tecnologias convencionais torna-os reféns dos mecanismos estruturais do país.

Menegat (2009) observa que o assentamento deve ser pensado pelo Estado, considerando o projeto e os sujeitos que o compõem, e não ser enquadrado na lógica estatal e visto somente como um viés político, que busca os resultados econômicos da reforma agrária e exclui os assentados do debate em que deveriam ser os sujeitos principais. Nesta ótica, Bittencourt (2008) observa que entre os objetivos de um projeto de reforma agrária, está incluído o acesso às políticas de infraestrutura que promovam a implantação de um sistema produtivo viável com justiça social e cidadania, através do autoconsumo e da renda monetária.

A modernização da economia e as exigências dos mercados consumidores obrigam famílias assentadas a tornarem-se mais eficientes nos processos produtivos, reduzindo custos e melhorando a qualidade, no entanto, o porte reduzido das unidades de produção familiares limita a produção em maior escala, tornando ainda mais importante o agrupamento das

famílias agricultoras em cooperativas, associações ou outras formas de interação (VILPOUX; OLIVEIRA, 2011).

Entre as tecnologias de baixo custo para a agricultura familiar, Crevelin e Scalco (2007, p. 9) destacam: "(...) utilização do pastejo rotacionado, descarte de animais improdutivos, desmame precoce, práticas de vacinações, controle de parasitas, uso da cana-de-açúcar como volumoso, na alimentação animal na época seca, refrigeração do leite e adoção de práticas gerenciais". A adoção de sistemas alternativos de irrigação são tecnologias viáveis e eficientes para a agricultura familiar, que podem ser confeccionados por meio de potes, xique-xique, mandala, entre outros (COELHO, *et al.*, 2012). Dessa forma, verifica-se que a adoção dessas alternativas nos assentamentos rurais requer a transferência de conhecimento por profissionais capacitados e o acompanhamento durante a sua implantação.

As políticas públicas para orientação dos sistemas produtivos nos assentamentos devem ser direcionadas e sustentadas nos seguintes eixos: fomento, extensão rural qualificada e em quantidade suficiente, investimento/logística e segurança alimentar, dessa forma podem conduzir a um processo de desenvolvimento econômico democrático, com a participação dos assentados e suas organizações (SILVA, 2012).

Neste sentido, a Nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) prioriza ações educativas, as quais devem ser desenvolvidas de forma participativa e direcionada para os agricultores familiares tradicionais ou de assentamentos rurais, além de quilombolas, pescadores artesanais, entre outros (Tarsitano *et al.*, 2011). Para os autores, é papel dos técnicos a socialização de tecnologias apropriadas, especialmente em Associações, Cooperativas ou grupos informais, que são mediadores na busca de melhorias tecnológicas, gerenciais ou de outra natureza. Na observação de Santos (2011, p.32):

> Os desafios são muito grandes, embora, em termos tecnológicos/produtivos, já exista bastante acúmulo para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à agricultura familiar. O maior dos desafios reside, portanto, no processo de capacitação e formação dos agricultores e agricultoras. E, é nesse sentido que precisamos ganhar escala e profundidade, exigindo métodos adequados. Esse é o desafio de todos.

O desenvolvimento do capitalismo no campo impôs aos trabalhadores rurais brasileiros, uma lógica na qual a simples posse da terra não garante a reprodução das unidades produtivas familiares. Para tanto, é necessária a articulação com a economia de mercado a fim de elaborar alternativas de sobrevivência para que os trabalhadores rurais com pequenos lotes

de terra e produção em pequena escala, possam ter níveis de produtividade e produção agrícola competitivos (LAZZARETTI, 2003).

Uma estratégia capaz de reter a população rural pobre do campo e elevar sua renda, é através da criação de empregos não-agrícolas (Silva, 2002). Conforme Bittencourt *et al.* (1998), a renda familiar dos assentados é composta da renda da produção agropecuária, do valor da produção que é destinada ao autoconsumo e da renda complementar, que é oriunda de outras fontes, como: aposentadoria, venda de serviços, agrícolas ou não, entre outras. A renda agrícola é composta da produção consumida pela família mais a renda monetária da produção.

Silva (2002) observa a necessidade da criação de políticas não-agrícolas que objetivem impulsionar o desenvolvimento rural, tais como: desprivatização do espaço rural (com programas de moradia, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas de lazer); urbanização do meio rural (com infraestrutura de transportes e comunicações e serviços básicos de saúde, educação, água potável e energia elétrica); geração de renda e ocupações não-agrícolas (estímulo à pluriatividade para outros usos da propriedade rural); políticas sociais compensatórias (aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo aos jovens); e, reordenamento político-institucional (fortalecimento das estruturas locais para descentralização das políticas públicas).

A sociedade na União Européia compreendeu que para manter a população no campo através da pluriatividade, devem ser criadas políticas públicas para o suporte necessário. No Brasil a pluriatividade na agricultura está presente em todas as regiões, principalmente nas mais pobres, como na região Nordeste (NASCIMENTO, 2008).

Segundo Guanziroli *et al.* (2001), os agricultores com poucos recursos podem ter acesso a rendas extras para suprir as necessidades de consumo da família, as quais podem ser geradas por trabalho assalariado de membros da família, confecção de artesanatos, pequenos comércios e aposentadorias. Nesta proposta, as mulheres têm papel fundamental.

Conforme a Organização para o Desenvolvimento Econômico - OECD (1998 *apud* NASCIMENTO, 2008), a pluriatividade reflete várias estratégias familiares, como: a inserção em novos mercados, devido às dificuldades financeiras; a redução de riscos da atividade agrícola; ou, como uma resposta às oportunidades dos mercados de trabalho e produtos. São atividades intensivas, agrícolas e não-agrícolas, que vêm ganhando destaque no meio rural no Brasil, como: a piscicultura; a criação de aves nobres, de rãs e outros animais de corte; produção orgânica de ervas medicinais; produção orgânica para o mercado internacional diferenciado; produção de verduras e legumes para redes de supermercados e de *fast-food*,

floricultura e mudas de plantas ornamentais; fruticultura de mesa, produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada; reprodução de plantas extrativas (palmito pupunha, entre outras); cultivo de cogumelos; turismo rural, entre outras (SILVA, 2002).

Vê-se, portanto, a necessidade de um planejamento adequado na criação dos projetos de assentamentos, que sejam estruturados. Para tanto, tornam-se necessários levantamentos em relação à fertilidade do solo, acesso a mercado consumidor e disponibilidade de serviços de saúde e educação próximos ou mesmo nestes locais, a fim de proporcionar qualidade de vida mínima aos assentados.

2.2.2 Alguns aspectos sobre os assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul

Os assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul estão dispersos em todas as regiões do estado, apresentando características variadas, dependendo da localização e das condições socioeconômicas, demográficas, da extensão territorial e das atividades produtivas. Segundo o INCRA, o estado possui 203 assentamentos rurais federais, onde residem um total de 43.174 famílias, em uma área de 697.688 hectares. Estes assentamentos estão presentes em 54 dos 78 municípios do estado (INCRA, 2012d).

De acordo com o INCRA, o primeiro projeto de assentamento federal do estado de Mato Groso do Sul foi criado em 1984, no município de Corumbá, denominado Tamarineiro, com uma área de 3.812,1735 ha, onde atualmente estão instaladas 156 famílias. O assentamento mais recente foi criado em 2010, no município de São Gabriel do Oeste, denominado Patativa do Assaré. Em 2010 também foram criados outros três assentamentos no estado, sendo um em Bandeirantes, um em Terenos e um outro em São Gabriel do Oeste (INCRA, 2012d).

Entre os estudos realizados no país e principalmente no estado, destacam-se Bittencourt *et al.* (1998), os quais realizaram um estudo em 94 assentamentos de 23 estados brasileiros visando identificar os principais fatores que afetavam o desenvolvimento nessas comunidades. Os autores relacionaram dois assentamentos por estado, com melhor e pior desempenho. Em Mato Grosso do Sul estavam no grupo de pior desempenho os assentamentos Monjolinho, em Anastácio e Tamarineiro, em Corumbá. No grupo de melhor desempenho estavam os assentamentos Mato Grande, em Corumbá e Capão Bonito, em Sidrolândia.

Lamas *et al.* (2000b), realizaram um levantamento em onze assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, nos municípios de Iguatemi, Jateí, Itaquiraí e Terrenos, com o objetivo

de detectar demandas de pesquisa e transferência de tecnologias. A pesquisa tinha como objetivo analisar os sistemas de produção praticados nesses assentamentos.

Os autores detectaram a necessidade de ações visando à conservação do solo, tendo em vista ser arenoso a maior parte do solo encontrado nesses assentamentos, bem como a necessidade de maior número de técnicos, a fim de prestar assistência efetiva. Verificaram que os produtores precisavam de um trabalho de conscientização para se organizarem em associações, a fim de facilitar a aquisição de insumos e a venda da produção; também havia falta de recursos para investimentos nos lotes.

Em outro enfoque, Lamas *et al.* (2000a), objetivando realizar um plano de desenvolvimento para o assentamento Indaiá, no município de Itaquirai, a fim de programar ações que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável e a inclusão dos produtores no sistema produtivo do mercado, concluíram sobre a necessidade de melhorar a estrutura organizacional do assentamento, pois as associações existentes não estavam atendendo os interesses dos assentados. Verificaram ainda que o baixo grau de instrução e de renda dos assentados dificultavam a adoção de algumas práticas agrícolas que requeriam investimentos; a saúde necessitava de infraestrutura e a produtividade estava baixa, pela falta de conservação dos solos, em decorrência da erosão.

Barbosa *et al.* (2002), buscando mostrar a realidade de três assentamentos rurais no município de Ponta Porã (Boa Vista, Corona e Nova Era), por meio de um diagnóstico socioeconômico, concluíram que tais assentamentos necessitam do planejamento e implementação de novas ações, capazes de promover o desenvolvimento local sustentável. Destacam ainda, o papel das mulheres nesses assentamentos que, cada vez mais, exercem papel de liderança local.

Estudos sobre os sistemas produtivos permitem identificar as atividades desenvolvidas nos assentamentos e os nichos de mercado nesses locais. Tomich *et al.* (2004), objetivando caracterizar o sistema produtivo de assentamentos rurais no município de Corumbá (Mato Grande, Paiolzinho, Tamarineiro I, Tamarineiro II e Taquaral), constataram o predomínio da utilização da terra para o policultivo e para a pecuária como forma de subsistência, destacando a cultura do feijão e a bovinocultura de leite, como principais atividades produtivas para geração de renda.

Em estudo relacionado à dinâmica da agricultura familiar na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, especificamente no assentamento rural Dorcelina Folador, Moreira (2005), observou o nível de informalidade com que as relações sócio-produtivas são desenvolvidas. Foram consideradas de suma importância as potencialidades presentes no assentamento, via

produção agroindustrial e sua inter-relação com o lado paraguaio, em virtude da herança histórica dos descendentes brasiguaios.

Almeida (2008), em estudo sobre a reforma agrária e produção de autoconsumo em assentamentos rurais no município de Santa Rita do Pardo - MS, em seis assentamentos da microrregião de Três Lagoas (Pontal do Faia, Mutum, Pedreira, Santa Rita do Pardo, Córrego Dourado e São Tomé), no ano de 2004, verificou que a atividade leiteira é predominante nesses assentamentos e os cultivos mais importantes são: a mandioca, cana, anapier, milho, algodão e feijão. Identificou-se que 45,0% das famílias entrevistadas dependiam de rendas de aposentadoria e pensões, e 32,7% de programas sociais do governo e que a assistência técnica é um grave problema, classificado como irregular no quesito de visitas.

A partir de um estudo desenvolvido em Dourados, MS (assentamento Lagoa Grande), Daniel *et al.* (2008) chamam a atenção para o fato de que a demarcação de assentamentos rurais em solos de baixa capacidade de uso para a agropecuária comprometem as alternativas de exploração agropecuária com preceitos agroecológicos, devido, principalmente, às poucas áreas de preservação permanente – APP, em boas condições, e às reduzidas áreas de reserva legal. Ressaltam ainda que esses fatores poderiam levar o assentamento a ter problemas com a certificação de seus produtos, prejudicando a sua comercialização.

Ao longo dos últimos anos o sistema intensivo de uso da terra, propagado pela revolução verde desde a década de 1960, alavancou a produtividade do estado de MS tornando-o um grande consumidor de recursos não renováveis, conforme constatam Daniel *et al.* (2008). Segundo os autores, esse modelo foi intensamente explorado na microrregião de Dourados, com solos que favoreceram a intensa mecanização e o escoamento da produção facilitado, o que resultou na exploração desenfreada dos recursos naturais, sem a preocupação com o meio ambiente.

Em estudo na região de Ponta Porã, Santos (2009) analisou se a agricultura praticada pelas famílias do assentamento Corona possibilitava a superação da pobreza, a permanência no campo e a contribuição com a produção de alimentos para a sociedade. Identificou-se quatro tipos de produção agrícola no assentamento: a produção de grãos (soja/milho) para *commodities*, produção de leite para comercialização em indústrias de laticínios; produção diversificada (combinação de grãos *commoditizados* com outras lavouras e criação de bovinos), e sistemas extensivos para subsistência em parte do lote e outra parte, de arrendamento para os vizinhos. Entre elas, a agricultura especializada em grãos apresentou um cenário futuro que poderia comprometer a continuidade das famílias no assentamento,

devido ao grau de endividamento, dependência de arrendamento e compra de insumos externos às unidades de produção.

Menegat (2009) pesquisou a trajetória das famílias, os projetos para a nova vida na terra e o processo de reenraizamento no assentamento Taquaral, no município de Corumbá, utilizando metodologia baseada nas histórias de vida e depoimentos. No estudo, observou-se a profunda mudança cultural e identitária, quando boa parte dos assentados, que na chegada ao Taquaral eram agricultores, e tornaram-se pastores, numa estratégia que viabilizou a permanência no lote. Assentados na lama e na areia, sem condições de produzir, mudaram de atividade produtiva para a pecuária.

Pacheco (2010), analisando aspectos de uma área localizada no município de Tacuru, em Mato Grosso do Sul, constatou que foi implementado um assentamento de trabalhadores rurais sem terra, sendo que a mesma área era reivindicada como tradicional pelos indígenas Guarani Kaiowá do estado. A autora observou que, nesse processo de luta pela terra, estão inseridos dois movimentos sociais: os indígenas e o acesso às terras tradicionais, e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, ligado à função social da terra, passando a existir um novo conflito de interesses. Esse fato caracteriza a falta de interesse e organização do poder público pelos órgãos que o representam, no que se refere à regularização fundiária, conforme observa Barbosa (2002, p. 88): "A dificuldade dos assentamentos em se tornarem produtivos e autônomos decorre da falta de interesse político em estabelecer condições ideais ao desenvolvimento sustentável dessas comunidades".

Com a finalidade de analisar a implementação do 'Programa Luz Para Todos' nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul e seu papel enquanto política de desenvolvimento econômico e inclusão social, Helfenstein (2010) destaca a diversidade de características nesses assentamentos, com dificuldades semelhantes à maioria dos assentamentos brasileiros. Dentre as quais, citam-se: a baixa qualidade das terras, a falta de acompanhamento técnico, ausência de infraestrutura de trabalho e fatos de caráter econômico e natural.

Vários estudos identificam a importância do acompanhamento de assistência técnica para o desenvolvimento das atividades produtivas, principalmente devido à precariedade dos solos em muitos assentamentos. Castro *et al.* (2010), buscando caracterizar a atividade leiteira no assentamento Lagoa Grande, em Dourados-MS, detectaram, a partir de indicações dos assentados, a predominância de pastagens degradadas e falta de acompanhamento técnico qualificado e em quantidade adequada, fatores que limitam o desenvolvimento da atividade leiteira no assentamento.

Nestas abordagens, verifica-se que existem muitos pontos deficitários comuns aos assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul, que necessitam de ações por parte do poder público. Uma efetiva assistência técnica e disponibilidade de insumos para correção dos solos degradados podem ser o primeiro passo para a melhoria destas deficiências. O solo mais produtivo e a qualificação dos assentados em suas atividades produtivas, com o uso de tecnologias simples e que demandam poucos custos, podem contribuir, de fato, para o desenvolvimento econômico e geração de renda nos assentamentos do estado.

2.3 Desenvolvimento rural e políticas públicas

O modelo atual de desenvolvimento econômico tem sua base em variáveis pouco eficazes para proporcionarem um crescimento socialmente justo e bem distribuído territorialmente (LIMA FILHO, 2011).

Sen (2000) considera o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades humanas, que dependem não só do crescimento do produto Nacional Bruto (PNB), aumento da renda, industrialização, avanço tecnológico e modernização social, os quais são um meio de expansão das liberdades. Essa forma de desenvolvimento é dada pelo aumento da capacidade dos indivíduos de fazerem escolhas, que envolve um ambiente de liberdade, com disposições sociais, econômicas e direitos civis.

Para Sen (2000), o desenvolvimento acontece à medida que o indivíduo aumenta a sua capacidade de fazer escolhas, ampliando o seu direito de liberdade. Essas capacidades estão ancoradas na formação de valores individuais e podem ser aumentadas pelas políticas públicas, sustentadas pelas instituições sociais. Nesse sentido, Leite (2007) observa que a reforma agrária é um processo estratégico para o desenvolvimento econômico e social sustentável, que transforma o meio rural e viabiliza a expansão das capacidades dos trabalhadores rurais sem-terra. O alto nível de concentração econômica e fundiária impede a promoção da justiça social e resulta em muitas pessoas à margem da cidadania.

A redistribuição de terras e o assentamento de colonos eleva a oferta de alimentos e matérias-primas para o meio urbano, no entanto não se trata de um único mecanismo que reduz a pobreza no meio rural. É imprescindível a adoção de medidas complementares, como o crédito, a extensão rural e a melhoria da infraestrutura (SOUZA, 2009).

Conforme Arbix, Zilbovicius e Abramovay (2001, p. 21): “O desenvolvimento, gerado endogenamente, requer criatividade no plano político, e esta se manifesta quando na percepção dos obstáculos a superar adiciona-se um forte ingrediente de vontade coletiva”.

Para os autores, "(...) somente uma liderança política imaginativa" tem a capacidade de conduzir, com criatividade, a construção de estruturas que permitam avançar na conquista de novas formas de convívio social.

Bittencourt *et al.* (1998) destacam fatores que potencializaram o desenvolvimento de alguns assentados, como: área com melhor fertilidade, relevo, água, etc.; possuir capital inicial acima da média dos demais assentados; capacidade administrativa, de planejamento e de melhor utilização do crédito agrícola; maior dedicação e trabalho de algumas famílias; escolha de sistemas de produção com mais lucratividade; experiência anterior e capacitação. Como fatores que restringiram o desenvolvimento socioeconômico de alguns assentados, os autores destacam: solos fracos e falta de acesso à água para irrigação ou para o consumo dos animais; ausência de capital inicial ou abaixo da média; crédito agrícola mal utilizado; ausência de estradas até o lote ou sem condições de escoamento da produção; falta de experiência e de capacitação e doenças na família, que diminuíram a força de trabalho e aumentaram os gastos.

Analisando a ação pública governamental constituída mediante parcerias entre a união, o estado e os municípios, para o encaminhamento de políticas de desenvolvimento social e econômico dos assentamentos, Barone, Ferrante e Almeida (2010), entendem que as políticas públicas são formuladas, sobretudo nas esferas federal e estadual, com bastante distância desses agentes concretos. Porém, atualmente essas políticas refletem localmente com a participação das prefeituras e conselhos institucionais, construindo um espaço social, no qual os sujeitos da base são chamados a opinar e decidir.

Para Navarro (2010) a ação do Estado poderá ser ampliada e aprimorada a fim de atender as realidades agrárias do Brasil e, dessa forma, surgir uma política real de desenvolvimento rural que emancipe os cidadãos do mundo rural, direcionando-os à modernidade capitalista como padrão civilizatório e não apenas como um setor de produção econômica.

No que se refere à diversidade dos grupos que compõem a agricultura familiar, Navarro (2010, p. 206) conclui que: "(...) as políticas públicas esbarram em crescentes inconsistências, pois não são informadas pelas diferenças socioeconômicas, padrões de racionalidade e graus diferenciados de sociabilidade capitalista que são a marca principal do mundo rural brasileiro".

Nessa perspectiva, constata-se a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico dos assentamentos, via capacitação dos produtores, propondo alternativas sustentáveis e viáveis economicamente, conforme as especificidades locais.

Conforme Ferreira (1994, p. 39): “(...) o conceito de assentamento se transformou e expandiu ao longo do tempo, passando a incluir toda série de medidas complementares necessárias à fixação e transformação de novos proprietários em verdadeiros (e autônomos) produtores rurais”.

Verifica-se que as políticas públicas de custeio agrícola são muito importantes para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, entre outros, que nos últimos anos têm contribuído na melhoria da renda familiar de assentados.

A Lei n° 11.326 de 2006, criou a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, garantindo políticas específicas para o segmento e transforma o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF em política pública (Brasil, 2012a). Para Mattei (2005), o PRONAF é uma política pública que vem sendo aperfeiçoada para transformar-se num instrumento de atendimento que privilegie os agricultores familiares, tornando-os cidadãos.

Conforme o Balanço Social 2005-2006, da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER (2006), o crescimento de recursos liberados por meio do PRONAF é um dos principais fatores responsáveis pela transformação do meio rural e pelo retorno das famílias que já haviam desistido do campo. Dessa forma, torna-se necessária uma análise da influência das linhas de crédito disponíveis aos agricultores assentados na economia dos respectivos assentamentos.

De acordo com Souza *et al.* (2011, p. 106): “ No passado, os instrumentos de política agrícola e, em particular, a política de crédito rural relegaram a um segundo plano a agricultura familiar”. Os autores observam que, atualmente, a operacionalização da política de financiamento do PRONAF vem sendo abordada por diversos autores em relação à baixa abrangência do programa, a concentração dos recursos em determinadas regiões e entre agricultores mais capitalizados.

Mattei (2005), analisando o comportamento de indicadores de impactos do PRONAF sobre a dinâmica econômica dos cem municípios que mais utilizaram o crédito no período de 2001 a 2004, conclui que o programa gera reflexos bastante produtivos sobre a base econômica local, além dos efeitos sobre a dinâmica familiar. O estudo também demonstrou que a expansão do crédito gera efeitos significativos no nível de emprego e na taxa de arrecadação municipal, e o estímulo à produção gera impactos positivos sobre o PIB agropecuário, confirmando a eficácia atual deste programa de política pública e ressaltando a

necessidade de sua continuidade e ampliação para todas as categorias de agricultores familiares.

Conforme Souza *et al.* (2011), entre os estabelecimentos que não obtiveram financiamento pelo PRONAF em 2006, no estado de Mato Grosso do Sul, esse número foi de 88,09%, sendo que os principais motivos foram: 50,10% não precisaram; 21,85% tinham medo de dívidas; 12,90% por outros motivos; 8,40% devido à burocracia; 3,26% possuíam débitos anteriores; 1,92% por falta de garantias e 1,57% por não saber como fazer.

Os autores consideram que a menor necessidade de financiamento pelos agricultores familiares deve-se às características do seu processo produtivo intensivo em mão-de-obra, e constatam que a agricultura familiar tem recebido recursos proporcionalmente inferiores aos concedidos para a agricultura não-familiar. Neste aspecto, Guanziroli (2007 *apud* SOUZA *et al.*, 2011, p. 109) destaca que:

> (...) seja por falta de assistência técnica, de condições físicas, financeiras ou de apoio da política governamental, o fato é que, entre os agricultores familiares, predomina o uso de tecnologias tradicionais, pouco intensivas em insumos e recursos financeiros. Indicativo disso é que cerca de metade dos estabelecimentos familiares emprega somente força manual em suas atividades. No país, somente 23% desses agricultores utilizam tração animal e 27% empregam tração mecânica ou mecânica e animal. Apenas 36,7% dos agricultores familiares usam adubos e corretivos, com taxas de 9% na região Norte, 16,8% no Nordeste, atingindo 77,1% dos estabelecimentos da região Sul.

Ressalta-se a grande importância do PRONAF como política para o fortalecimento e desenvolvimento dos assentamentos rurais e, que pode promover, a partir de uma gestão eficaz, grandes avanços no meio rural brasileiro.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, visando incentivar a agricultura familiar, com ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social, a legislação dispensa licitação na aquisição de produtos agropecuários produzidos pelos agricultores enquadrados no PRONAF, desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais (BRASIL, 2012e).

A criação do PAA foi um marco na política agrícola brasileira. O Estado passou a participar do processo de comercialização da produção familiar em pequena escala, garantindo a aquisição dos produtos a preços justos e proporcionando segurança e incentivo à produção a agricultores de base familiar (FUSCALDI, 2010).

Para o MDS, o PAA trouxe a intervenção do Estado, a fim de configurar uma política pública que se preocupa com as questões sociais. Neste sentido, o PAA é uma das ações estruturadas em outro programa, o Fome Zero e tem os objetivos de promover o acesso a alimentos em quantidade, qualidade, regularidade necessária às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2011b).

Segundo Porto (2009), o PAA paga até 30% acima do preço de mercado para a produção agroecológica dos agricultores familiares, pois visa incentivar a transição do modelo convencional para uma produção sustentável, embora o volume de produtos agroecológicos adquiridos pelo programa ainda seja pequeno, em vista da diversificação em face de um universo de mais de trezentos produtos adquiridos. O PAA tem-se caracterizado, desde sua criação, como um programa em contínuo aperfeiçoamento das suas diferentes modalidades.

Do ponto de vista de Ananias (2009, p. 96): "(...) a diversificação das atividades, contemplando os mais variados tipos de alimentos, inclusive os oriundos da agrobiodiversidade brasileira, permite aproximar a produção e o consumo, barateando os custos". Para o autor, estas variáveis estimulam e resgatam produtos da culinária regional.

Verifica-se que o PAA tem um papel social de extrema importância no combate à pobreza, tanto no campo como na cidade. Trata-se de uma política pública que proporciona o fortalecimento e valorização da agricultura familiar regional, influenciando diretamente na permanência do agricultor no campo. O programa incentiva a diversificação produtiva por meio de suas modalidades e proporciona condições de mercado seguras, a preços justos, bem como, força a união entre os pequenos produtores via associativismo ou cooperativismo, necessários para a comercialização dos produtos.

Também de grande importância para a agricultura familiar é o Programa Nacional de alimentação Escolar que, conforme o Ministério da Educação, foi criado para estimular a alimentação escolar dos alunos matriculados na educação básica em escolas públicas e filantrópicas, cujo objetivo é de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Para tanto, desenvolve ações de educação alimentar e nutricional com oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2012f).

O PNAE foi instituído pela Lei nº 11.947 de 16/06/2009. Sua execução ocorre por meio de transferência automática de recursos federais aos estados, municípios, Distrito Federal e escolas federais, sem a necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante

depósito em conta-corrente específica. A gestão descentralizada dos recursos do PNAE é controlada e fiscalizada pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE) dos municípios. O CAE existe desde o ano de 2000, sendo composto por representantes da sociedade civil, trabalhadores da educação, pais e de alunos, vinculados às Secretarias de Educação, que são eleitos por mandato de quatro anos. Entre as ações do conselho, cabe fiscalizar desde a produção dos alimentos até a prestação de contas dos gastos com a merenda escolar (BRASIL, 2012f).

Conforme o MDA, a Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para a alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Os gêneros alimentícios devem ser adquiridos, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Caso o fornecimento não possa ser feito localmente, as escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade (BRASIL, 2012g).

Hendges (2010) observa que o PNAE estimula as economias locais, possibilitando a diversificação produtiva e o aumento de renda dos agricultores familiares com maiores alternativas de comercialização. Os alunos das escolas públicas ganham alimentos mais saudáveis, pois são da época da safra e das culturas regionais. O programa, além de fomentar a cadeia local, diminui a necessidade de armazenamento, industrialização e transportes distantes.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Dourados, no ano de 2011 e no primeiro semestre de 2012, os programas PAA e PNAE movimentaram juntos 1,7 milhões entre os produtores da agricultura familiar do município de Dourados (DOURADOS, 2012).

Dessa forma, verifica-se que o PNAE é mais uma política pública que pode contribuir efetivamente na melhoria das condições de produção e renda na agricultura familiar.

3 METODOLOGIA

Neste tópico são tratados aspectos relacionados à metodologia utilizada neste estudo, destacando-se tanto a base teórica como os aspectos práticos que dizem respeito aos métodos de análise utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

Conforme Creswell (2010), os métodos de pesquisa específicos envolvem as formas de coleta, análise e interpretação dos dados que os pesquisadores propõem para seus estudos e dividem-se em: a) quantitativos - predeterminados, questões baseadas no instrumento, dados de desempenho, dados de altitudes observacionais e de censo e interpretação estatística; b) qualitativos: métodos emergentes, perguntas abertas, dados de entrevistas, de observação, de documentos e audiovisuais, análise de texto e imagem e interpretação de temas e de padrões; e, c) mistos: tanto métodos predeterminados quanto emergentes, tanto questões abertas quanto fechadas, formas múltiplas de dados baseados em todas as possibilidades, análise estatística e de texto e por meio de interpretação dos bancos de dados.

Segundo Creswell (2010, p. 238): "(...) os métodos mistos são outro passo adiante, utilizando os pontos fortes das pesquisas qualitativa e quantitativa". Observa que as pesquisas das Ciências Sociais e da Saúde abordam problemas complexos, sendo inadequado lidar somente quantitativamente ou qualitativamente, já que o uso combinado possibilita maior compreensão dos problemas de pesquisa. Além disso, a natureza interdisciplinar dessas pesquisas contribui para diferentes abordagens que podem ser tratadas por indivíduos com diferentes interesses.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa social abrange vários campos, por meio dos quais obtém-se novos conhecimentos sobre a realidade social que envolve as instituições sociais, as áreas de cooperação e conflito e os problemas sociais, com todas as variedades de relações humanas neles enfocadas.

Na pesquisa participante, conforme Gil (2010, p. 43): "(...) a população não é considerada passiva e seu planejamento e condução não ficam a cargo de pesquisadores profissionais".

O interesse pela pesquisa participante nas Ciências Sociais cresceu nos últimos anos e envolvem, conforme Gianotten e Witt (1999, p. 158): "(...) programas de desenvolvimento rural, políticas de planificação participativa, educação não formal, capacitação camponesa, etc". Para os autores, na pesquisa participante a investigação serve para determinados setores

sociais e busca coerência nas respostas, democratização da pesquisa e educação, rejeitando a neutralidade científica.

Para Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa-ação participativa tem sido cada vez mais utilizada pelos pesquisadores das ciências sociais, com vários exemplos do seu uso, principalmente nas áreas social e comunitária, na Sociologia, Educação, Medicina e recentemente na Economia, relacionado a temas de desenvolvimento comunitário.

3.1 Técnicas de pesquisa

A estratégia de investigação selecionada nesta pesquisa foi o método misto (pesquisa qualitativa e quantitativa). Quanto às concepções filosóficas, foi parte pragmática e parte construtivista, com o entendimento de significados múltiplos dos participantes e a construção social e histórica. Trata-se, assim, de uma pesquisa social participante.

Para realizar este estudo e coletar os dados necessários à sua execução, optou-se, além de uma ampla pesquisa de revisão de literatura realizada em livros, periódicos, revistas especializadas, trabalhos científicos, entre outros, por duas formas de pesquisa, conforme seguem:

- Pesquisa Documental: realizada em órgãos oficiais específicos, como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Escritório Regional em Dourados e pelo endereço eletrônico nacional), a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – AGRAER (Escritório Regional do Município de Dourados) e endereço eletrônico oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.
- Pesquisa de Campo: por meio da aplicação de questionários (Apêndice 1) às famílias residentes nos lotes do assentamento Lagoa Grande, no município de Dourados-MS.

O foco deste estudo foi o assentamento Lagoa Grande localizado em Dourados – MS e, para a obtenção dos dados, optou-se pela realização de um Censo, com a aplicação de questionários a todas as famílias assentadas, por meio de visitas aos lotes, a fim de que os resultados permitissem um diagnóstico preciso da realidade demográfica e socioeconômica do assentamento Lagoa Grande.

3.2 Área de estudo

A área geográfica do estudo refere-se ao assentamento rural Lagoa Grande, um projeto de assentamento federal (PA), criado pela Portaria INCRA nº 52 de 06/11/1997, por meio da desapropriação (via Decreto presidencial) do imóvel rural denominado Quinhão nº 2, desmembrado da Fazenda Nova Lagoa Grande e conhecido por Fazenda Recreio, o qual pertencia à agropecuarista Venina de Azambuja Almeida (INCRA, 2011a).

O assentamento localiza-se às margens da Rodovia Dourados-Itahum, a cinco quilômetros do Distrito de Itahum, no município de Dourados, MS e conta com 151 lotes distribuídos em uma área de 4.070,7679 ha. De acordo com Daniel *et al.* (2008), o assentamento apresenta área de relevo plano e suave ondulado, banhado pelo Córrego Capão Alto, o clima tem precipitações irregulares, variando de 1000 a 1500 mm/ano, com chuvas no verão e seca no inverno. Na região predomina a vegetação de Cerrado e Campo Cerrado, sendo que parte dela está sob Tensão Ecológica com contato Savana - Floresta Estacional.

Optou-se por fazer a pesquisa neste assentamento, por ser, dos dois assentamentos rurais federais do município de Dourados, o de maior extensão de área e de população, além dos relatos de pessoas de diferentes segmentos da sociedade, de que aquele assentamento enfrentava vários problemas que dificultavam o seu desenvolvimento sustentável. A Figura 1 apresenta o mapa do assentamento Lagoa Grande, com a demarcação dos lotes, hidrografia e área de reserva legal.

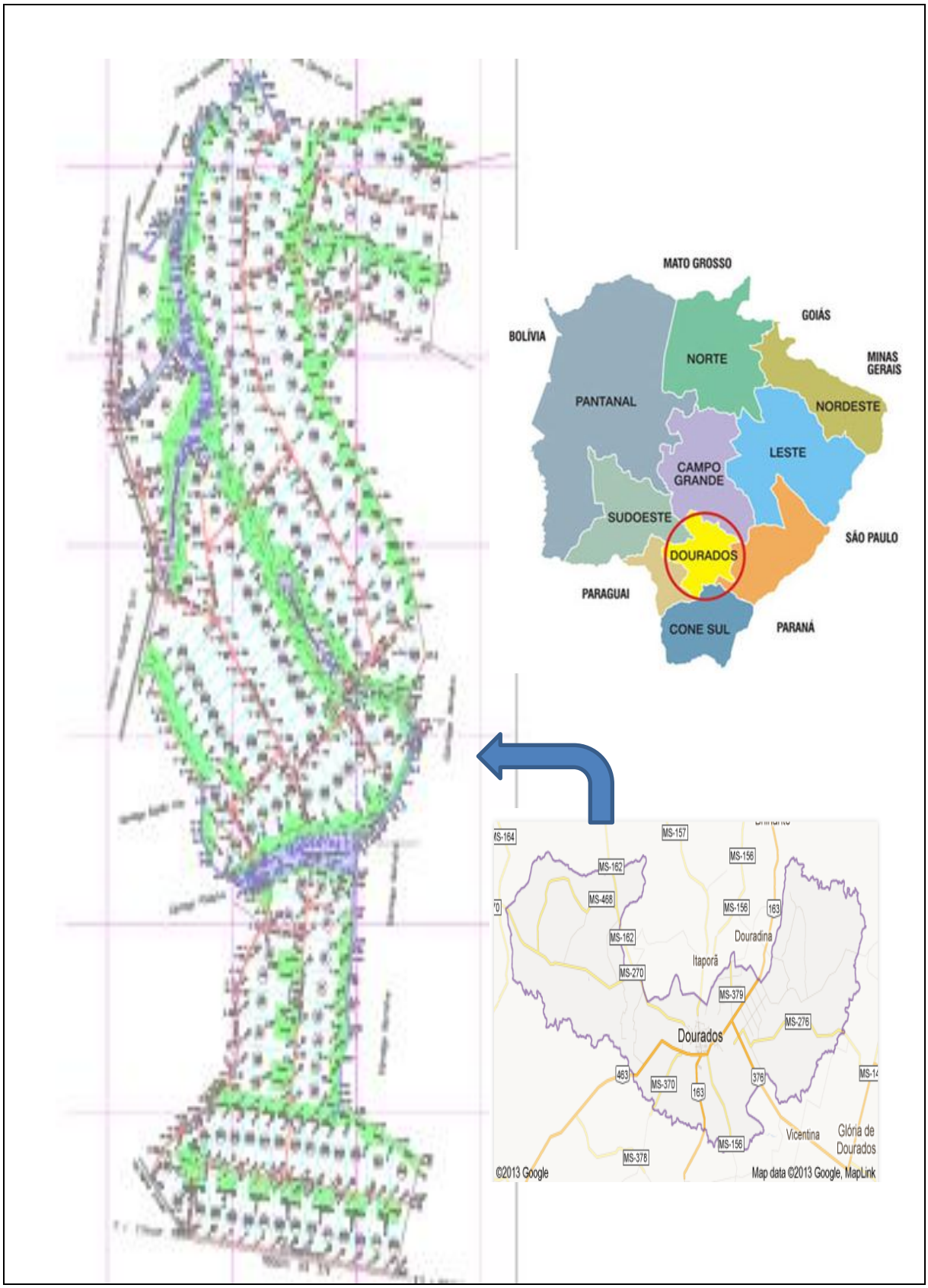

Figura 1 - Mapa do assentamento rural Lagoa Grande com as coordenadas geográficas (janeiro/1998).

Fonte: Adaptado de INCRA, Unidade de Dourados (2011b).

3.3 População estudada

De acordo com Gil (2010), para a realização de um experimento é fundamental selecionar sujeitos. As características relevantes para a definição da população devem ser consideradas.

A população foi estudada por meio de um censo realizado no assentamento Lagoa Grande. Conforme Vieira (2009, p. 16): “Denomina-se censo o conjunto de dados obtidos por meio de recenseamento. Os censos demográficos descrevem as características da população”.

Para a realização do censo no assentamento Lagoa Grande, foram feitas 11 (onze) visitas de março a dezembro de 2012, sendo a primeira em 13/03, quando foi aplicado o pré-teste e as demais foram realizadas nas seguintes datas: 30/06, 11/07, 17/07, 04/09, 14/09, 08/10, 30/10, 07/11, 15/11 e 06/12.

Foram visitados 151 lotes do assentamento (sinalizados na Figura 2), no entanto, foi possível entrevistar apenas os responsáveis pelas famílias residentes em 89 lotes (58,9%). Nos outros 62 lotes (41,1%), não foi possível aplicar questionários, tendo em vista os seguintes motivos, conforme informações verificadas com os vizinhos: em 25 lotes não tinham pessoas ou o (a) responsável pela família na residência; em 22 lotes os proprietários residiam em Dourados ou em outras cidades do entorno, como: Fátima do Sul, Itaporã e Douradina; em 4 lotes os proprietários residiam na vila próxima ao assentamento (Itahum); 6 lotes estavam abandonados e sem moradores; em 4 lotes estavam os empregados (caseiros) que não sabiam dar informações e 1 lote estava arrendado para um assentado proprietário de outro lote no mesmo assentamento. Ressalta-se que nos lotes onde não foi possível aplicar os questionários, ocorreram no mínimo duas visitas, em diferentes datas, na tentativa de obter êxito.

Figura 2 – Mapa do assentamento rural Lagoa Grande com a sinalização dos lotes onde foram realizadas as entrevistas
Fonte: Adaptado de INCRA, Unidade de Dourados (201b).

3.4 Obtenção e análise dos dados

Para a caracterização da situação atual da agricultura familiar, da reforma agrária e dos assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul, foi utilizada a pesquisa exploratória, por meio de ampla revisão documental e bibliográfica.

A análise socioeconômica e demográfica foi realizada por meio da aplicação de questionários às famílias residentes nos lotes do assentamento rural Lagoa Grande. Após a coleta de dados, as informações foram tabuladas e processadas eletronicamente utilizando-se o software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS. Posteriormente, foi realizada a análise dos dados obtidos. A análise e interpretação dos dados coletados foram realizados conforme o método descritivo, utilizando-se ainda, técnicas de análise tabular e gráfica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões estão divididos em duas partes, sendo que na primeira são apresentados alguns números da agricultura familiar e da reforma agrária, cujos resultados estão baseados em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Colonização e Reforma Agrária e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na segunda parte, apresenta-se a caracterização demográfica e socioeconômica do assentamento rural Lagoa Grande.

4.1 Análise histórica da reforma agrária no Brasil, Grandes Regiões e do estado de Mato Grosso do Sul

Neste tópico, são analisadas a agricultura familiar no Brasil e em Mato Grosso do Sul e os números da reforma agrária (projetos, área e número de famílias assentadas) nas Grandes Regiões brasileiras, especificamente na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul.

4.1.1 Agricultura familiar no Brasil e em Mato Grosso do Sul

No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, como pode ser observado na Tabela 1. Os agricultores familiares ocupavam, em 2006, uma área de 80,4 milhões de hectares, o que representa apenas 24,3% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, resultados que refletem a estrutura agrária ainda concentrada no país.

Tabela 1 - Distribuição agrícola no Brasil, conforme Censo Agropecuário de 2006

Tipos de Agricultura	Estabelecimentos agropecuários		Área total (em milhões de ha)	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Familiar	4.367.902	84,4	80,4	24,3
Não familiar	807.587	15,6	249,7	75,7
Total	5.175.489	100,0	330,10	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados, 2006, p. 26.

Os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem apenas 15,6% do total dos estabelecimentos, representava 75,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos

agropecuários em 2006. De acordo com o IBGE (2006), a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, enquanto que a dos não familiares era de 309,18 hectares.

No estado de Mato Grosso do Sul, foram identificados em 2006, 41.104 estabelecimentos da agricultura familiar, representando 63,4% do total, enquanto que 36,6% estavam na agricultura não familiar, como pode ser observado na Tabela 2. Esse grande número de estabelecimentos, ocupavam uma área de 1.190.206 ha, representando apenas 4,0% da área total agrícola do estado, enquanto que a agricultura não familiar ocupava 96,0% da área. Verifica-se, portanto, uma concentração de terras muito superior em Mato Grosso do Sul em relação ao Brasil.

Tabela 2 - Distribuição agrícola em Mato Grosso do Sul, conforme Censo Agropecuário de 2006

Tipos de Agricultura	Estabelecimentos agropecuários		Área total (ha)	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Familiar	41.104	63,4	1.190.206	4,0
Não familiar	23.758	36,6	28.866.741	96,0
Total	64.862	100,0	30.056.947	100,0

Fonte: Adaptado de IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados, 2006.

Analisando-se o pessoal ocupado com mais de 14 anos de idade nos estabelecimentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul (197.863), conforme a Tabela 3 observa-se, que 45,1% estão na agricultura familiar e 54,9% estão na não familiar. Desse total 76% são homens e 24% são mulheres. Na agricultura familiar a participação dos homens com mais de 14 anos, é de 66,6% e das mulheres é de 33,4%, enquanto que na não familiar, a participação dos homens é de 83,7% e das mulheres é de 16,3%.

Tabela 3 - Pessoal ocupado no estabelecimento, por sexo, segundo a agricultura familiar- Mato Grosso do Sul – Censo Agropecuário de 2006

Pessoal ocupado no estabelecimento						
Categorias de Agricultura	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais	Total	De 14 anos e mais
Total	211.191	197.863	157.642	150.338	53.549	47.525
Agricultura Familiar- Lei nº 11.326	97.431	89.142	63.920	59.389	33.511	29.753
Não Familiar	113.760	108.721	93.722	90.949	20.038	17.772

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados, 2006, p. 139.

A maior presença de pessoal ocupado na agricultura não familiar no estado é um reflexo da concentração de terras, uma vez que esta representa 96,0% do total de área agrícola e engloba, além dos empregadores (proprietários de terras), grande número de pessoas que trabalham nas atividades agrícolas nas grandes propriedades rurais de Mato Grosso do Sul.

Fato já identificado por Hoffmann e Ney (2010, p.22), que destacam a concentração de terras em latifúndio, apontando o estado em primeiro lugar neste quesito: "(...) Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Amapá não só estão entre os estados com maior desigualdade de terra, como também com maior área média dos estabelecimentos agrícolas: 465,6, 427,0 e 283,0 hectares, respectivamente".

Conforme dados apresentados nas Tabelas 1 e 3, verifica-se que a porcentagem de ocupação feminina na agricultura familiar ainda é pequena tanto no estado de Mato Grosso do sul como no país. No entanto, sua participação é superior nesse grupo em relação ao grupo não familiar, como pode ser visualizado na Figura 3.

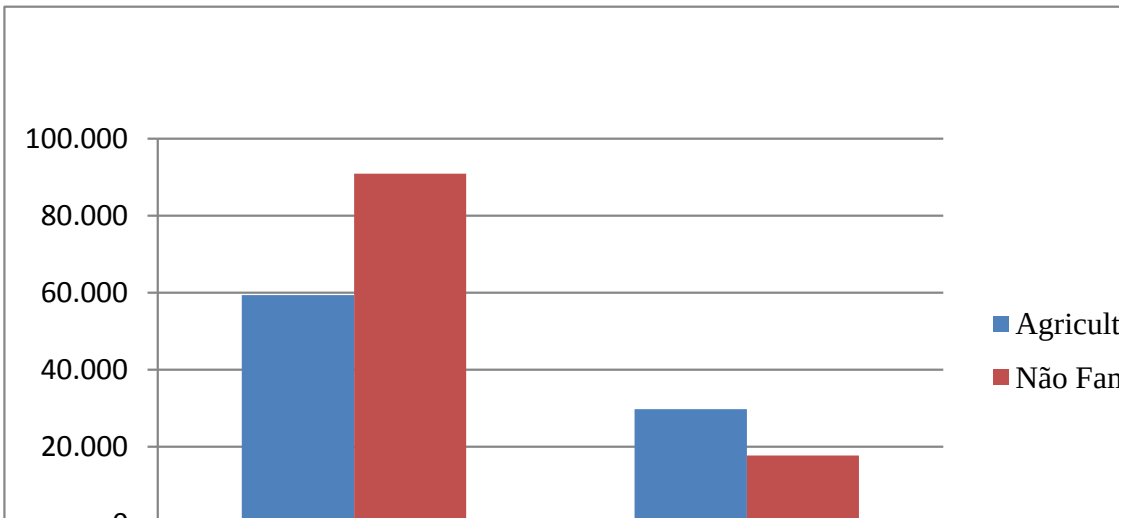

Figura 3 - Pessoal ocupado na agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, por gênero
Fonte: Elaborado a partir dos dados do IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados (2006, p.139).

O maior número de mulheres ocupadas na agricultura familiar deve-se às características deste grupo, de envolvimento de todos os membros da família nas atividades. Enquanto que na não familiar o papel das mulheres fica restrito aos trabalhos domésticos não computados na análise.

4.1.2 Os números da reforma agrária no Brasil e nas Grandes Regiões.

Conforme dados do INCRA (2012f), em 2011, haviam no Brasil 8.865 projetos de assentamentos rurais implantados pelo Programa de Reforma Agrária, em uma área total de 87.559.859 hectares, onde foram instaladas 1.235.130 famílias. A Tabela 4 apresenta os números de projetos, área em hectares (ha) e número de famílias assentadas pela reforma agrária nas regiões brasileiras, no período acumulado até 1994 e anualmente de 1995 a 2011.

Até 1994, a região Centro-Oeste em relação às demais regiões brasileiras, ocupava o quarto lugar em números de projetos de assentamentos, segundo em área e terceiro em número de famílias assentadas. Neste período, a região Nordeste tinha o maior número de projetos e a região Norte, o maior tamanho em área e famílias assentadas. O menor número de projetos e famílias assentadas estava na região Sudeste e de área, na região Sul.

No total acumulado até 2011, a região Centro-Oeste passou a ocupar o terceiro lugar tanto em número de projetos, como em área e famílias assentadas. Quanto às demais regiões brasileiras, a região Norte passou a ter o maior número de projetos, tamanho em área e famílias assentadas. A região Sul apresentava o menor número de projetos e área, e o menor número de famílias assentadas ficou na região Sudeste do país.

Tabela 4 – Projetos, área e famílias assentadas nas regiões brasileiras no período de 1994 a 2011

Período	Centro-Oeste			Norte			Nordeste			Sudeste			Sul		
	Nº Proj.	Área (ha)	Nº Fam.	Nº Proj.	Área (ha)	Nº Fam.	Nº Proj.	Área (ha)	Nº Fam.	Nº Proj.	Área (ha)	Nº Fam.	Nº Proj.	Área (ha)	Nº Fam.
Até 1994	103	1.758.713	15.241	227	12.465.657	18.201	350	1.681.188	16.757	92	224.975	3.089	159	159.536	5.029
1995	82	1.106.764	10.404	65	677.432	10.471	184	793.669	18.551	16	54.642	1.308	45	50.554	2.178
1996	65	421.561	10.815	89	1.297.834	24.682	233	689.538	21.272	29	50.785	3.268	49	56.147	2.007
1997	106	676.322	14.906	99	2.061.744	32.045	373	1.211.522	27.099	66	128.669	3.704	70	87.497	4.190
1998	125	577.759	15.933	175	1.577.116	41.838	329	683.816	34.432	55	90.288	4.757	76	96.020	4.134
1999	87	441.899	12.752	144	1.240.510	25.185	232	417.089	30.990	87	132.787	7.001	120	70.832	9.298
2000	71	698.999	13.943	64	864.789	16.490	197	437.664	23.995	33	100.645	2.702	58	49.478	3.391
2001	73	546.185	14.548	108	885.718	19.866	205	266.469	20.760	28	77.023	3.877	62	54.033	4.426
2002	43	251.834	10.007	55	1.770.453	12.438	235	319.699	16.582	19	35.217	2.418	29	24.723	2.041
2003	70	269.982	4.437	69	3.979.742	16.004	151	248.975	13.256	20	19.950	1.566	10	7.488	1.038
2004	53	171.976	14.861	61	3.637.624	31.774	290	780.011	28.522	32	46.989	2.459	18	50.793	3.638
2005	102	278.031	19.880	218	12.015.143	58.373	427	941.891	39.726	98	175.420	6.540	24	27.073	2.987
2006	55	141.963	14.153	302	8.255.567	81.573	259	783.822	35.313	38	38.977	3.260	18	17.621	2.059
2007	74	306.345	18.471	75	5.093.885	23.502	177	269.626	20.534	37	63.320	3.311	26	13.892	1.717
2008	20	42.070	11.235	110	3.804.929	34.259	157	254.114	20.545	21	20.619	2.316	23	21.514	1.802
2009	45	144.217	7.564	86	4.155.806	25.805	120	280.965	17.757	39	43.835	3.177	9	8.999	1.195
2010	33	96.922	4.205	57	1.574.204	20.184	90	158.154	10.836	19	34.379	2.295	11	14.349	1.959
2011	8	6.494	2.398	46	1.616.450	10.485	44	270.111	6.845	7	6.337	1.075	4	3.491	1.218
Total	1.215	7.938.035	215.753	2.050	66.974.603	503.175	4.053	10.488.323	403.772	736	1.344.858	58.123	811	814.040	54.307

Fonte: Adaptado de DT/Gab.-Monitoria – Sipra Web (INCRA,2012d,e).

A Tabela 5 apresenta os números de projetos, área em hectares (ha) e número de famílias assentadas pela reforma agrária nos estados da região Centro-Oeste, no período acumulado até 1994 e anualmente de 1995 a 2011.

Observa-se que, entre os estados da região Centro-Oeste, até 1994 o estado de Mato Grosso destacava-se com o maior número de projetos (51,5%), área (85,4%) e famílias assentadas (71,3%). Neste período, o estado de Mato Grosso do Sul, ficava em segundo lugar, com 22,3% dos projetos, 8,0% da área e 25,9% das famílias assentadas.

No total acumulado até o ano de 2011, o estado de Mato Grosso continuou liderando, porém em proporções menores, com 44,4% dos projetos, 76,5% da área e 59,4% das famílias assentadas. Em Mato Grosso do Sul também diminuiu a proporção em relação ao número de projetos (16,7%) e de famílias assentadas (20,0%), havendo um pequeno aumento na área destinada aos assentamentos de 8,8%. Neste período, verifica-se maior participação dos estados de Goiás e do Distrito Federal, onde ocorreu aumento significativo de 2004 para 2011, passando o estado de Goiás de uma representação de 17,5% para 23,6% nos projetos de assentamento e o Distrito Federal, de 8,7% para 15,3%. Em área, Goiás representava em 1994, 4,4%, passando em 2011 para 8,4% e, o Distrito Federal de 2,2% passou para 6,3%. Em número de famílias assentadas, Goiás correspondia a 2,8%, em 1994, passando em 2011 para 11,2%, enquanto que o Distrito Federal, que correspondia a 0,03%, passou para 9,3%.

Em uma comparação dos dados para o estado de Mato Grosso do Sul com o país (Tabela 6), até 1994, a participação do estado correspondia a 2,5% dos projetos de assentamentos, 0,9% da área e, 6,8% de famílias assentadas. No total acumulado até 2011, esta participação caiu para 2,3% de projetos, 0,8% de área e, 3,5% de famílias assentadas.

Tabela 5 – Projetos, área e famílias assentadas nos estados da região Centro-Oeste, no período de 1994 a 2011

Período	Mato Grosso do Sul			Mato Grosso			Goiás			Distrito Federal			Total Centro-Oeste		
	Nº Proj.	Área (ha)	Nº Fam.	Nº Proj.	Área (ha)	Nº Fam.	Nº Proj.	Área (ha)	Nº Fam.	Nº Proj.	Área (ha)	Nº Fam.	Nº Proj.	Área (ha)	Nº Fam.
Até 1994	23	140.532	3.947	53	1.501.835	10.859	18	77.158	430	9	39.189	5	103	1.758.713	15.241
1995	1	10.636	280	60	1.024.340	9.098	9	30.970	1.026	12	40.819	-	82	1.106.764	10.404
1996	8	35.028	1.625	28	299.442	7.093	19	45.648	2.097	10	41.443	-	65	421.561	10.815
1997	20	72.469	2.564	46	505.523	10.214	24	44.617	2.128	16	53.713	-	106	676.322	14.906
1998	24	91.567	2.381	39	349.515	9.222	32	68.878	2.303	30	67.799	2.027	125	577.759	15.933
1999	5	4.586	660	41	361.708	8.494	22	43.495	2.115	19	32.110	1.483	87	441.899	12.752
2000	24	77.732	2.142	25	544.915	8.226	11	46.365	1.766	11	29.987	1.809	71	698.999	13.943
2001	10	22.483	1.976	43	484.816	10.013	14	18.407	943	6	20.479	1.616	73	546.185	14.548
2002	2	29.496	2.412	26	201.718	6.131	8	10.980	657	7	9.639	807	43	251.834	10.007
2003	2	500	380	64	252.639	3.130	2	10.406	421	2	6.436	506	70	269.982	4.437
2004	15	44.334	3.512	24	60.769	10.215	9	55.917	377	5	10.957	757	53	171.976	14.861
2005	21	71.795	6.031	41	120.507	10.228	30	60.669	2.490	10	25.060	1.071	102	278.031	19.880
2006	7	13.612	2.627	18	77.364	7.971	24	41.601	3.036	6	9.386	519	55	141.963	14.153
2007	25	52.043	4.956	21	173.499	9.830	21	51.801	1.449	7	29.002	2.236	74	306.345	18.471
2008	8	17.137	2.399	3	7.387	5.307	3	2.160	388	6	15.386	3.141	20	42.070	11.235
2009	4	6.641	3.019	4	51.813	771	21	34.462	1.247	16	51.301	2.527	45	144.217	7.564
2010	4	7.098	1.449	2	51.012	617	18	24.760	1.122	9	14.052	1.017	33	96.922	4.205
2011	-	-	814	1	1.148	695	2	1.116	275	5	4.230	614	8	6.494	2.398
Total	203	697.688	43.174	539	6.069.948	128.174	287	669.412	24.270	186	500.987	20.135	1.215	7.938.035	215.753

Fonte: Adaptado de DT/Gab.-Monitoria – Sipra Web (INCRA,2012d,e).

Tabela 6 – Total de projetos, área e famílias assentadas no Brasil, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso do Sul, no período de 1994 a 2011

Período	Total do Brasil			Total da região Centro-Oeste			Total do estado de Mato Grosso do Sul		
	Nº. Proj.	Área (ha)	Nº. Fam.	Nº. Proj.	Área (ha)	Nº. Fam.	Nº. Proj.	Área (ha)	Nº. Fam.
Até 1994	931	16.290.069	58.317	103	1.758.713	15.241	23	140.532	3.947
1995	392	2.683.062	42.912	82	1.106.764	10.404	1	10.636	280
1996	465	2.515.865	62.044	65	421.561	10.815	8	35.028	1.625
1997	714	4.165.754	81.944	106	676.322	14.906	20	72.469	2.564
1998	760	3.025.000	101.094	125	577.759	15.933	24	91.567	2.381
1999	670	2.303.118	85.226	87	441.899	12.752	5	4.586	660
2000	423	2.151.574	60.521	71	698.999	13.943	24	77.732	2.142
2001	476	1.829.428	63.477	73	546.185	14.548	10	22.483	1.976
2002	381	2.401.925	43.486	43	251.834	10.007	2	29.496	2.412
2003	320	4.526.138	36.301	70	269.982	4.437	2	500	380
2004	454	4.687.393	81.254	53	171.976	14.861	15	44.334	3.512
2005	869	13.437.558	127.506	102	278.031	19.880	21	71.795	6.031
2006	672	9.237.949	136.358	55	141.963	14.153	7	13.612	2.627
2007	389	5.747.068	67.535	74	306.345	18.471	25	52.043	4.956
2008	331	4.143.246	70.157	20	42.070	11.235	8	17.137	2.399
2009	299	4.633.822	55.498	45	144.217	7.564	4	6.641	3.019
2010	210	1.878.008	39.479	33	96.922	4.205	4	7.098	1.449
2011	109	1.902.884	22.021	8	6.494	2.398	-	-	814
Total	8.865	87.559.859	1.235.130	1.215	7.938.035	215.753	203	697.688	43.174

Fonte: Adaptado de DT/Gab.-Monitoria – Sipra Web (INCRA,2012d,e).

De acordo com a Tabela 6, observa-se que o maior número de projetos implantados em Mato Grosso do Sul ocorreu nos anos de 1998 e 2000 (24 assentamentos) e 2007 (25 assentamentos). Em relação à maior área destinada aos projetos no estado, ocorreu nos anos de 1997, 1998 e 2000. Quanto ao número de famílias assentadas no estado, este pode ser destacado nos anos de 2005 (6.031 famílias) e 2007 (4.956 famílias).

Na região Centro-Oeste destacam-se com maior número de projetos implantados, os anos de 1997, 1998 e 2005, com 106, 125 e 102 projetos de assentamentos, respectivamente. Já com relação à maior área destinada aos projetos na região, destacam-se os anos de 1995, com 1.106.764 ha e 2000, com 698.999 ha. No que se refere ao número de famílias beneficiadas, destacam-se os anos de 2005 (19.880 famílias) e 2007 (18.471 famílias).

Em relação ao Brasil, o maior número de projetos implantados ocorreu nos anos de 1998, com 760 e 2005 com 869. Quanto à área, a maior distribuição ocorreu nos anos de 2005, com 13.437.558 ha e em 2006, com 9.237.949 ha. O maior número de famílias assentadas no país também ocorreu nos anos de 2005 e 2006, com 127.506 e 136.358 famílias assentadas, respectivamente.

A evolução dos números de projetos de assentamentos implantados na região Centro-Oeste comparativamente aos implantados no estado de Mato Grosso do Sul no período de 1995 a 2010, descritos na tabela 6 pode ser visualizada na figura 4.

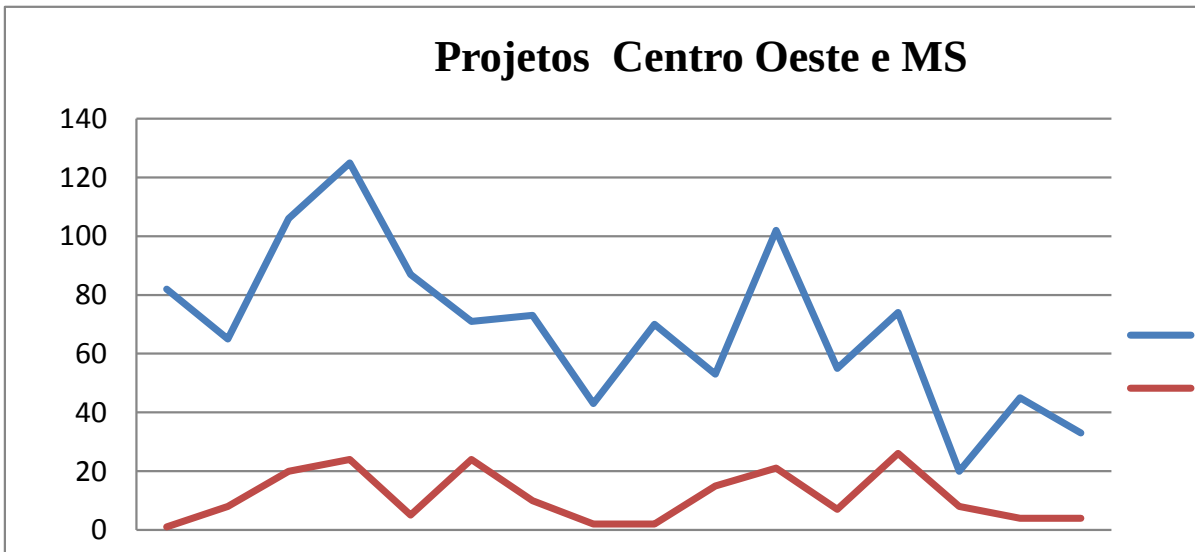

Figura 4 – Comparativo de projetos de assentamentos implantados na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2010
Fonte: Elaborado a partir dos dados do SIPRA (INCRA,2012d).

Comparando os projetos de assentamento implantados no estado de Mato Grosso do Sul com o total de projetos da região Centro-Oeste, observa-se grande variação no período de

1995 a 2010. Enquanto o número de projetos vem oscilando no período em uma análise para o estado de Mato Grosso do sul, verifica-se queda significativa ao longo do tempo para a região Centro-Oeste.

Em 1995, a participação do estado de Mato Grosso do Sul em número de projetos da região Centro-Oeste correspondia a 1,2%, já em 2010, passou para 12,0%. Os maiores picos atingidos foram nos anos de 2000 e 2007 com 33,8% de representatividade em cada período.

A figura 5 apresenta a evolução da área (em hectares) destinada aos projetos de assentamentos implantados na região Centro-Oeste comparativamente à área dos projetos de assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul, implantados no período de 1995 a 2010, conforme discriminado na Tabela 6.

Comparando a área (em hectares) destinada aos projetos de assentamento implantados no estado de Mato Grosso do Sul com a área total da região Centro-Oeste, observa-se que em 1995 o estado participava com 1,0%, já em 2010 passou para 7,3%. Destacam-se como maiores picos de representatividade os anos de 2005, com 25,8% e 1998 com 15,8%. O menor percentual de representatividade de área de Mato Grosso em relação à região Centro-Oeste ocorreu no ano de 2003, com apenas 0,2%.

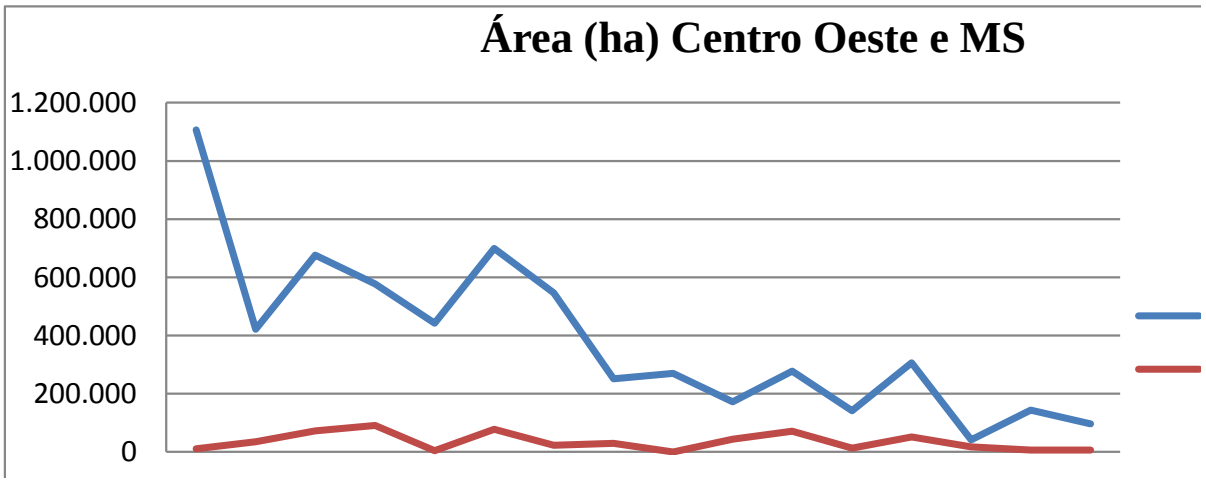

Figura 5 – Comparativo da área (em ha) destinada aos projetos de assentamentos na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2010
Fonte: Elaborado a partir dos dados do SIPRA (INCRA,2012d).

A figura 6 apresenta a evolução do número de famílias assentadas no Centro-Oeste comparativamente ao estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2010, conforme consta na tabela 6.

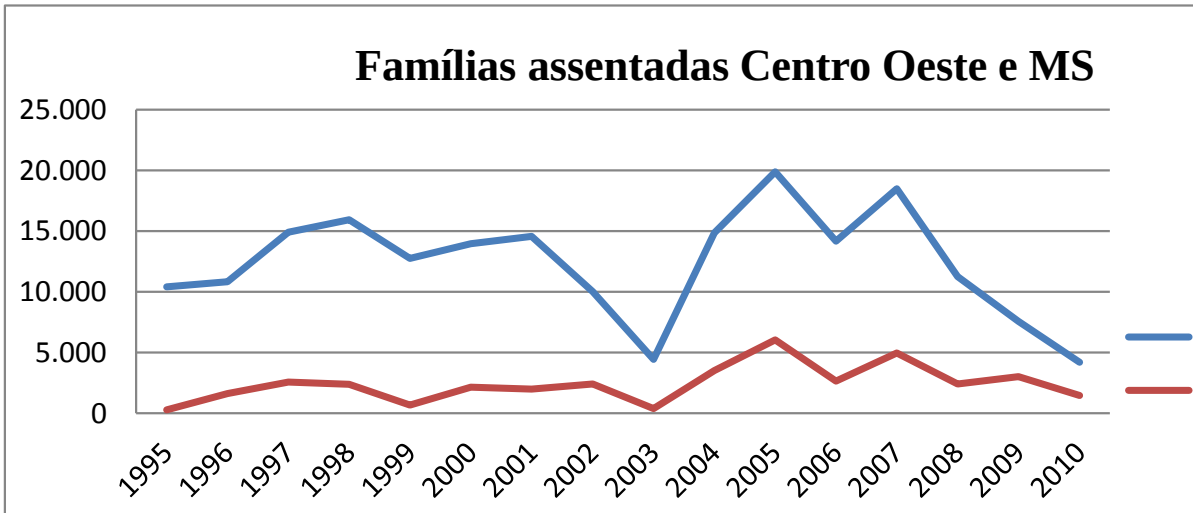

Figura 6 – Comparativo de famílias assentadas na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1995 a 2010
Fonte: Elaborado a partir dos dados do SIPRA (INCRA,2012e).

Comparando-se o número de famílias assentadas em Mato Grosso do Sul com a região Centro-Oeste verifica-se que no ano de 1995 a participação era de 2,7%, enquanto que em 2010 passou a ser de 34,5%. Os maiores picos de representatividade ocorreram no ano de 2005, com 30,3% e no ano de 2007, com 26,8% (Figura 6).

Verifica-se que não há uma sintonia entre os números de projetos, de área a eles destinada e de famílias assentadas, descartando uma padronização de áreas por assentamento e, consequentemente, do lote destinado a cada família assentada.

4.2 Caracterização demográfica e socioeconômica do assentamento rural Lagoa Grande

Neste tópico são apresentados os dados demográficos e socioeconômicos da população do assentamento Lagoa Grande envolvendo as características da população e dos lotes, as atividades produtivas, a comercialização, as fontes de renda, a capacitação e assistência técnica, o associativismo e o cooperativismo, bem como os fatores limitantes e propulsores para o desenvolvimento do assentamento Lagoa Grande.

4.2.1 Dados demográficos e socioeconômicos da população do assentamento Lagoa Grande

Foram entrevistados 89 chefes de família ou responsáveis pelos domicílios, residentes nos lotes do assentamento Lagoa Grande, sendo 49 (55,1%) do sexo masculino e 40 (44,9%) do sexo feminino. A idade dos entrevistados variou de 14 a 85 anos. Na Tabela 7, observa-se

que a maior parte dos entrevistados encontram-se na faixa de idade entre 41 a 50 anos (30,3%). Até 40 anos, destacam-se 25,8% e com mais que 50 anos, totalizam 54%.

A média de idade dos demais membros familiares que totalizam um grupo de 213 assentados é de 20,3 anos, conforme faixas da Tabela 7, sendo que o mais novo tem um mês e o mais velho oitenta e quatro anos.

Tabela 7- Idade da população residente no assentamento Lagoa Grande

Faixa etária	Chefes ou responsáveis pelo domicílio		Membros familiares		População total	
	Nº pessoas	Percentual (%)	Nº pessoas	Percentual (%)	Nº pessoas	Percentual (%)
0 a 10 anos	0	-	30	14,1	30	9,9
11 a 20 anos	1	1,1	55	25,8	56	18,5
21 a 30 anos	3	3,4	29	13,6	32	10,6
31 a 40 anos	10	11,2	25	11,7	35	11,6
41 a 50 anos	27	30,3	29	13,6	56	18,5
51 a 60 anos	24	27,0	20	9,5	44	14,6
Mais de 60 anos	24	27,0	25	11,7	49	16,3
Totais	89	100,0	213	100,0	302	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que o assentamento é composto de uma população jovem, onde se destaca a faixa etária de 11 a 20 anos, com 18,5% da população, e a faixa de 0 a 10 anos, com 9,9%, que juntos somam 28,4%. Sendo que 39% da população possuem até 30 anos de idade. Esta característica é muito importante para o futuro do assentamento e aponta a necessidade de políticas públicas que envolvam a participação destes jovens, principalmente para conscientizá-los quanto ao papel deles no desenvolvimento do assentamento (Tabela 7).

Observa-se ainda, de acordo com os dados da Tabela 7, que 18,5% da população tem idade entre 41 e 50 anos e que 30,9% tem mais de 50 anos. Um dado interessante é também o número de idosos no assentamento, sendo que 16,3% dos moradores possuem mais de 60 anos de idade. Neste sentido, verifica-se a necessidade de políticas públicas diferenciadas e direcionadas para estes públicos que incentivem a permanência dessa população, principalmente os mais jovens no assentamento, conforme o enfoque de Guilhoto *et al.* (2006).

Quanto à origem, a maioria dos chefes de família ou cônjuges, (42,7%) nasceram em Mato Grosso do Sul; 15,7% no Paraná; 15,7% em São Paulo e os demais (25,9%), com menor representatividade, em outros oito estados brasileiros. A maioria dos entrevistados são casados (77,5%), e 53,9% não possuem nenhum plano de saúde. As famílias são compostas em média por três membros (30,3%), variando de um a sete, sendo que, a maioria (78,7%), são compostas por até quatro membros.

No que se refere à responsabilidade pelas atividades da propriedade, na maioria das famílias, as atividades são desenvolvidas por um ou dois membros, geralmente o casal e, em algumas tarefas os filhos também participam, conforme consta na Tabela 8. Entre as atividades desenvolvidas pelas mulheres, os afazeres domésticos ainda se sobressaem, com 76,4%, embora elas colaborem em todas as atividades dos lotes.

As mulheres, ainda que modestamente, em 10,5% das famílias, são responsáveis pela comercialização da produção e participam junto com o esposo e filhos em 36% dos lotes. A comercialização executada pela mulher, ocorre, na maioria das vezes, com a venda direta no lote, em Itahum ou em Dourados (principalmente na loja de economia solidária no centro da cidade ou na UFGD), com a produção de queijo, ovos, frutas, doces, artesanatos, entre outros).

Tabela 8 – Responsabilidade dos membros familiares pelas principais atividades desenvolvidas nos lotes do assentamento Lagoa Grande

Atividades	Responsabilidade pelas atividades no lote (em percentual)			
	Mulher	Homem	Casal	Família
Cuidar da casa	76,4	4,5	13,5	5,6
Jardim/horta/pomar	23,9	15,9	42,0	18,2
Tratar os animais	8,0	36,8	40,2	14,9
Cuidar da lavoura	5,3	46,1	38,2	10,5
Vender os produtos	10,5	51,2	36,0	2,3

Fonte: Dados da pesquisa

É importante destacar que muitos entrevistados disseram que o número reduzido de membros para o desenvolvimento das atividades produtivas prejudica uma dedicação maior a certas atividades, o início de novas e as capacitações técnicas, em virtude da falta de tempo.

Grande parcela dos entrevistados (77,5%), não utiliza mão-de-obra externa no lote e dos 22,5% que utilizam, a maioria contrata esporadicamente um diarista ou tratorista do próprio assentamento para o preparo do solo, plantio, limpeza da pastagem ou colheita. Para pagamento destes serviços, eles gastam entre R$ 100,00 e R$ 1.000,00 ao ano, em média R$ 456,00 por assentado, sendo que alguns informaram que pagam com novilhos ou em sacas da produção colhida.

No que se refere à escolaridade no assentamento Lagoa Grande, o nível é baixo, sendo que a maioria dos chefes de família ou responsáveis pelo domicílio (43,9%) possui apenas educação infantil incompleta (1º ao 5º ano), seguidos de 14% com ensino fundamental incompleto (6º ao 9º ano), conforme dados da Tabela 9. Estas faixas também se destacam em

relação aos demais membros familiares, com 30,1% com educação infantil incompleta, seguido do ensino fundamental incompleto, com 24,9%.

Conforme apresentado na Tabela 9, observou-se durante as entrevistas que as famílias incentivam seus filhos a estudarem. Entre os membros menores de 18 anos, em idade escolar, apenas um estava fora da escola. O número de universitários entre a população é pequeno (5,8%), desmotivado pelas dificuldades de transporte, tendo em vista que o ônibus municipal, que conduz os estudantes do assentamento para Itahum, não transporta universitários. Estes jovens, que na maioria estudam no período noturno, se deslocam por conta própria até Itahum, onde um ônibus fretado os leva para as universidades, em Dourados. Este fato pode ser determinante para a saída dos jovens do assentamento no intuito de continuarem estudando e buscarem melhores oportunidades no futuro. Essa realidade vai contra as necessidades da agricultura familiar, que é de manter a família no campo para o desenvolvimento das atividades (BITTENCOURT, 1998).

Tabela 9 – Níveis de escolaridade da população residente no assentamento Lagoa Grande

Níveis de Escolaridade	Chefes ou responsáveis pelo domicílio		Membros familiares		População total	
	Nº de assentados	Percentual (%)	Nº de assentados	Percentual (%)	Nº de assentados	Percentual (%)
Analfabeto	5	5,6	8	4,3	13	4,7
Alfabetizado	7	7,9	12	6,6	19	6,9
Educação infantil incompleta (1º a 5º ano)	39	43,9	56	30,1	95	34,8
Educação infantil completa (1º a 5º ano)	8	9,0	2	1,1	10	3,6
Ensino fundamental incompleto (6º ao 9º ano)	13	14,6	46	24,9	59	21,6
Ensino fundamental completo (6º ao 9º ano)	6	6,7	8	4,3	14	5,1
Ensino médio incompleto	3	3,4	22	11,9	25	9,1
Ensino médio completo	4	4,5	13	7,0	17	6,2
Educação superior incompleta	2	2,2	14	7,6	16	5,8
Educação superior completa	2	2,2	4	2,2	6	2,2
Totais	89	100	185	100	274	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Em termos de tempo de experiência de trabalho no meio rural, antes do assentamento, a maioria (71,9%) trabalhou somente no meio rural durante sua vida e, apenas 8,9% tinha experiência inferior a 15 anos no campo, sendo que o menor tempo de experiência observado foi de 3 anos. As principais ocupações exercidas pelos assentados na atividade rural antes do assentamento constam na Tabela 10.

Tabela 10 – Principais ocupações no meio rural dos chefes de família ou responsáveis pelos domicílios no assentamento Lagoa Grande antes do assentamento

Atividades	Percentual (%)
Nenhuma	4,5
Empregado de fazenda	46,1
Diarista	12,4
Arrendatário	3,4
Meeiro	1,1
Agricultor proprietário	15,6
Outras	16,9

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre as ocupações anteriores ao assentamento, destacam-se as funções de empregado de fazenda, com 46,1% e agricultor proprietário, com 15,6%. Também ganham destaque outras atividades, com 16,9%, que agrupam diversas funções como: empregado de chácara da família, gerente de lavoura de milho/soja, criador de gado, motorista/tratorista da usina, merendeira de escola rural, mecânico, entre outras.

4.2.2 Características dos lotes, atividades produtivas, comercialização e fontes de renda no assentamento Lagoa Grande

Dos entrevistados, 94,4% responderam que são proprietários do lote enquanto que 5,6% responderam que não são. Entre os respondentes, 67,4% são originários do INCRA e 32,6% por aquisição de terceiros. Quanto ao ano de aquisição dos lotes, 50,6% são os primeiros proprietários, desde 1997. Em todos os anos, entre o período de 1998 a 2012 foram registradas aquisições de lotes de terceiros entre os assentados. Verificou-se que nenhum assentado entrevistado possui documento de titularidade do lote. Estes possuem apenas um documento denominado Carta de Anuência, a qual designa o lote em nome do assentado.

A área de cada lote do assentamento varia de 17 a 90 hectares, os quais possuem em média 25,9 ha, sendo que a maioria (21,3%) possui 20 ha. Apenas cinco lotes (5,6%) possuem mais que 30 ha. Esta divergência nos tamanhos deve-se às áreas de preservação permanente que são muito mais extensas em alguns lotes, os quais são compensados em maior área total.

A área média plantada é de 9,9 ha, variando entre 0,5 e 27 ha entre os lotes. A área preservada varia de 0,5 e 15 ha, sendo em média 4,6 ha por lote. A área preservada na maioria dos lotes (19,4%) é de 2 ha, variando de 0,5 a 15 ha nos demais lotes. A área da sede de cada lote tem em média 1,9 ha, variando de 0,5 a 2 ha, sendo que a maioria (67,5%) tem até 0,5 ha.

O número de residências em cada lote varia de 1 a 5, sendo que, em 82,0% dos lotes tem apenas uma e, em 15,7% tem 2. O material predominante nestas casas é a alvenaria

(99,0%). Na maioria dos lotes (42,7%), a água é originada de poço artesiano. Nas demais, 39,3% de rede pública e 18,0% de poço comum.

Em 34,8% dos lotes há nascente ou córrego. A área de preservação permanente (APP) está presente em 44,2% dos lotes. A maioria dos entrevistados não soube responder qual a porcentagem em relação à área necessária de APP. Quando questionados sobre o que vem sendo feito para recuperar a área de APP, a maioria não está fazendo nada e alguns estão protegendo a área para o gado não invadir, reflorestando e plantando eucalipto.

Quanto à reserva legal, está presente em 55,2% dos lotes, sendo que, 44,8% não possuem reserva legal. A maioria não soube responder a porcentagem em relação à área necessária. Dos que responderam, a área média preservada variou de 1% a 40%, ficando em média 17,6 ha, sendo que a maioria disse preservar 20% do lote. Para recuperar a reserva legal, a maioria planta árvores. Foi observado que os lotes mais próximos a Itahum, entre os números 2 e 15, as áreas de reserva legal praticamente não existem ou são inferiores a 20% da propriedade. Alguns lotes possuem apenas duas ou três árvores no entorno da residência.

Questionados sobre as práticas utilizadas para a conservação do meio ambiente, com relação ao solo, biodiversidade, qualidade da água e do ar, as respostas foram variadas, conforme Tabela 11.

Tabela 11 – Práticas utilizadas para conservação do meio ambiente pelos responsáveis pelos domicílios no assentamento Lagoa Grande

Tipo de prática	Percentual
Nenhuma	22,7
Planta árvores e preserva a mata nativa	22,7
Adubação orgânica (esterco, foliar e compostagem)	17,3
Não desmata e não deixa o gado se aproximar na APP	6,7
Não utiliza agrotóxicos	6,8
Adubação com calcário	5,3
Não faz queimadas	4,0
Mantém o entorno do córrego limpo	4,0
Planta eucalipto	2,7
Plantio direto	2,6
Tem sistema agroflorestal	1,3
Formação de pastagem para acabar com erosão	1,3
Descarte de embalagens de agrotóxicos	1,3
Não deixa ocorrer caça de animais silvestres	1,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as respostas, destacam-se o plantio de árvores e preservação da mata nativa, com 22,7% e a adubação orgânica com 17,3%, que varia desde a compostagem com esterco e resíduos de folhas, como a utilização individual destes itens na adubação do solo. Destacam-se ainda, 22,7% dos respondentes que não utilizam nenhuma prática para a conservação do meio ambiente em seus lotes.

Os dados demonstram que a maioria dos assentados entrevistados se preocupa, alguns menos, outros mais, com a preservação do meio ambiente. Neste sentido, o desenvolvimento de projetos e ações sustentáveis no assentamento podem colaborar para o desenvolvimento de atividades agropecuárias com menor impacto ambiental da mudança de atitudes frente a essa questão. A exploração dos recursos naturais sem a preocupação com o meio ambiente foi apontada no estudo de Daniel *et al.* (2008), onde se constatou a existência de poucas áreas de APP em boas condições e reduzidas áreas de reserva legal no assentamento Lagoa Grande.

Com relação à posse de outras áreas, quatro entrevistados (4,5%) responderam que tinham áreas arrendadas, cujo tamanho correspondia de 18 a 25 hectares, sendo um dos lotes no assentamento Lagoa Grande, um no assentamento Amparo e os outros dois não disseram onde ficavam seus lotes.

No que diz respeito aos bens das famílias dos entrevistados, a maioria (55,1%) possui veículo ou motocicleta. Somente 3,4% não possuem televisão e 6,7% não possuem rádio. Todos têm fogão a gás, somente 2,2% não possui geladeira e 11,2% possui telefone fixo. Apenas 12,4% não possuem celular e os que possuem, tem entre 1 e 5 aparelhos, sendo que 66,3% possui apenas um aparelho. A máquina de lavar roupa está presente em 85,4% das residências e a antena parabólica em 86,5%. Somente 13,5% possuem computador, 9% impressora e acesso à internet.

Quanto aos bens e equipamentos agrícolas dos pesquisados, 14,6% possuem trator; 23,6% arado; 12,4% grade; 42,7% carroça; 6,7% adubadeira; 1,1% equipamento de irrigação; 6,7% roçadeira; 19,1% moto serra; 9% plantadeira e 23,6% pulverizador.

As atividades produtivas para geração de renda no assentamento são pouco diversificadas, destacando-se, conforme Figura 7, a criação de gado leiteiro (66%); gado de corte (14,5%); lavoura de soja/milho (5,6%); lavoura de mandioca (4,5%) e o cultivo de eucalipto (4,5%), constituindo-se numa atividade recente em expansão. As demais rendas (4,9%) são compostas da venda de novilhos (1,2%), frangos (1,1%), porcos (1,1%) e ovos, queijo, doces, mel, pães e artesanatos (1,5%), que são vendidos conforme a necessidade.

As atividades produtivas para geração de renda no assentamento são pouco diversificadas, destacando-se, conforme Figura 7, a criação de gado leiteiro (66%), gado de corte (14,5%), lavoura de soja/milho (5,6%), lavoura de mandioca (4,5%) e o cultivo de eucalipto (4,5%), uma atividade recente em expansão. As demais rendas (4,9%) são compostas, da venda de novilhos (1,2%), frangos (1,1%), porcos (1,1%) e ovos, queijo, doces, mel, pães e artesanato (1,5%), que são vendidos conforme a necessidade. O predomínio da pecuária leiteira no assentamento Lagoa Grande também foi identificado no estudo de Castro

et al. (2010). A necessidade de maior diversificação produtiva também foi detectada no estudo de Santos (2009), que destaca a eficiência produtiva para elevar a renda média e reduzir o êxodo rural.

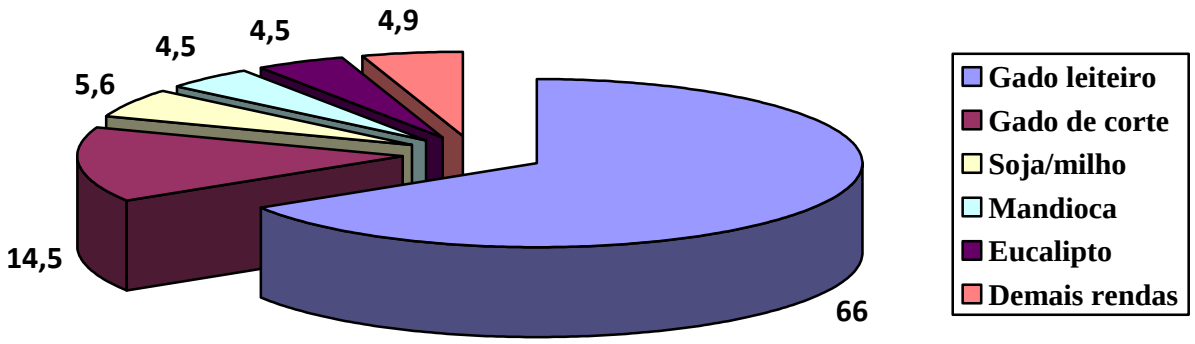

Figura 7 – Representatividade das principais atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias no assentamento Lagoa Grande
Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

Vale salientar, que alguns assentados não possuem nenhuma atividade geradora de renda, como no caso de algumas famílias de aposentados e de pessoas que apenas moram no assentamento, as quais trabalham na vila (Itahum), nas fazendas do entorno ou em Dourados.

Muitos cultivos ou criações são apenas para o consumo familiar, como no caso da criação de frangos e porcos, o cultivo de horta e pomar, produção de ovos e o plantio de mandioca e cana-de-açúcar (esta última especificamente para alimentação do gado).

Nesta ótica, Bittencourt (2008) e Silva (2011) observam o dilema enfrentado nos assentamentos, a fim de converter seus sistemas de produção e torná-los viáveis para o autoconsumo e a geração de renda.

Considere-se, ainda, que foi de grande dificuldade para os entrevistados responder o quanto produzem, o custo da produção e a renda obtida anualmente. E, principalmente, o custo dessa produção pelos produtores de leite, devido à oscilação do produto e à consequente variação do preço no mercado, durante o ano. Neste ponto, observa-se a importância e a necessidade de gestão da propriedade pautada nos enfoques de Crevelin e Scalco (2007).

Entre as atividades produtivas desenvolvidas no assentamento, conforme Tabela 12, destacou-se a produção de leite, com média diária variando entre 10 a 150 litros dia^{-1}. Em média os produtores possuem 21 cabeças de gado leiteiro, que em sua maioria (19,4%) produzem 50 litros dia^{-1}. A produtividade por vaca varia de 0,3 a 5 litros dia^{-1}, sendo mais

frequente de 2 a 3 litros por vaca dia^{-1}, e, em 13,3% a média produtiva foi de 2 litros vaca dia^{-1}, o que representa baxíssima produtividade.

Destaca-se ainda, que apenas cinco produtores de leite (8,5%) souberam responder o custo de produção, que ficou em média R$ 0,15 por litro (25,0% da receita), variando de 10,0% a 50,0%. A produção anual variou de 3.650 a 54.750 litros, em média 15.389 litros, sendo que 55,0% produziram até 7.300 litros ano^{-1}. O preço pago variou de R$ 0,45 a R$ 0,70, em média R$ 0,60 litro^{-1}, ficando uma renda anual entre R$ 2.040,00 e R$ 36.000,00, sendo que, 50,0% obtiveram uma renda de até R$ 4.200,00 ano^{-1}.

Tabela 12 – Principais atividades agropecuárias produtivas geradoras de renda nos lotes do assentamento Lagoa Grande (valores médios anuais)

Culturas/animais	Área ou quantidade	Produção Anual	Renda Bruta Anual	Custo de Produção Anual	Renda Líquida Anual	Renda Líquida Mensal
Gado leiteiro	21 cabeças	16.243 litros	9.745,80	2.436,45 (25,0%)	7.309,35	609,11
Gado de corte	46 cabeças	12 cabeças	12.000,00	2.040,00 (17,0%)	9.960,00	830,00
Milho	16,7 ha	835 sacas	10.020,00	2.505,00 (25,0%)	7.515,00	626,25
Soja		410 sacas	16.400,00	6.560,00 (40,0%)	9.840,00	820,00
Mandioca	17,7 ha	80.712 kg	31.477,68	20.985,12 (66,7%)	10.492,56	874,38
Eucalipto	6,3 ha	1.260 m^3	50.400,00*	18.900,00 (37,5%)	6.300,00	525,00

Fonte: Dados da pesquisa.
* Renda obtida após cinco anos (ciclo produtivo).

A criação de gado de corte é a segunda atividade econômica de maior representação em número de pessoas envolvidas no assentamento e também, a segunda em melhor geração de renda. O número médio de cabeças de gado é de 46, variando entre 20 e 120, sendo que a maioria possuía entre 20 a 30 cabeças. Em média a produção anual é de 12 cabeças, no valor médio de R$ 1.000,00 a um custo de R$ 170,00 por cabeça ou 17,0% da receita bruta (Tabela 12).

O cultivo de lavoura de soja e milho ocupa em média 16,7 ha, variando de 8 a 26 ha. A produção de milho variou de 40 a 2.000 sacas, em média 835 sacas por produtor vendido a R$ 12,00 a saca, gerando uma renda média anual de R$ 42.000,00. O custo médio foi de R$ 3,00 a saca (25,0% da receita) ou R$ 540,00 por ha, conforme informações dos produtores. A produção média da lavoura de soja foi de 410 sacas. O valor médio de venda ficou em R$ 40,00 a saca, com receita que variou entre R$ 7.200,00 a 9.800,00 ao ano. O custo de

produção foi de R$ 16,00 a saca ou 40,0% da receita bruta (R$ 800,00 $ha^{-1)}$, conforme informação dos assentados (Tabela 12).

Entre as atividades produtivas, a lavoura de mandioca foi a que proporcionou melhor renda, conforme os dados da pesquisa, sendo fonte principal de geração de renda de apenas três produtores entrevistados, que a cultivam em áreas entre 15 e 19 ha e obtiveram a média produtiva de 80.712 kg ao ano. A renda gerada foi de R$ 31.477,68, com base no preço médio de R$ 0,39 por Kg. O custo de produção ficou em R$ 0,26 por kg ou 66,7% da receita bruta (Tabela 12).

O cultivo de eucalipto para venda de madeira é uma fonte de renda em processo inicial e que vem crescendo no assentamento. A maioria das plantações ocupa em média 6,3 hectares, variando de 1 a 20 ha e ainda não chegaram ao final do ciclo produtivo (5 anos). A produção média é estimada em 200 m^3 ha^{-1}, com renda de R$ 40,00 m^3. O seu custo de produção é de R$ 3.000,00 ha^{-1}, o que representa 37,5% da receita por ha, conforme os produtores (Tabela 12).

Uma atividade que vem ganhando destaque é a produção de doces e licores de frutos do cerrado. Essa atividade surgiu a partir de projetos da Faculdade de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), visando a conservação do bioma cerrado no assentamento. Em fevereiro de 2012, cinco famílias apoiadas por professores e alunos da UFGD se juntaram para montar uma associação, a qual entrou em funcionamento no fim do ano e denomina-se ‘Associação sabores do cerrado do assentamento Lagoa Grande em Itahum- MS’. Estes assentados produzem doces e licores à base de frutos do cerrado, que são coletados em plantas nativas de áreas protegidas em seus lotes. A comercialização é feita por intermédio da economia solidária no câmpus da UFGD e em eventos e feiras da agricultura familiar, dentro e fora do estado. A maioria dos participantes da associação seguem os princípios da produção agroecológica. São alternativas de sobrevivência fundamentadas por Lazzaretti (2003) que geram rendas extras, necessárias para suprir as necessidades familiares, conforme abordam Guanziroli *et al.* (2001) e Silva (2002).

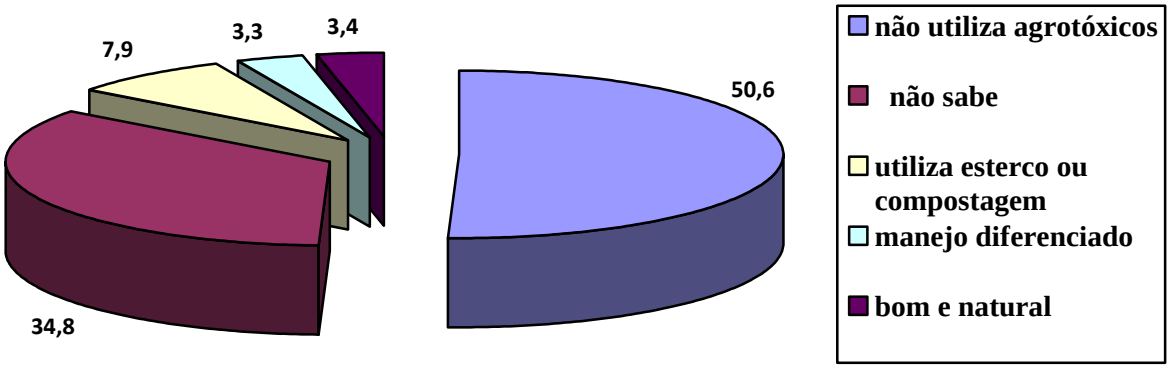

Figura 8 – Entendimento sobre o sistema orgânico de produção pelos moradores do assentamento Lagoa Grande
Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

Dos entrevistados, 59,0% disseram ter produção orgânica no lote, sendo que na sua maioria, esta produção é composta de horta, pomar, mandioca e cana-de-açúcar. Apenas dois produtores (2,2%) se declararam totalmente orgânicos.

Entre os assentados que realizam produção orgânica, os principais motivos da adoção do sistema são: para ter mais saúde, por ser bom para a saúde e para o meio ambiente, por ter menor custo de produção e para utilizar o esterco do gado. Entre os que não adotam o sistema, os motivos são: requer muitos cuidados, necessita de bastante água e no lote é escassa, por falta de conhecimento e porque tentou utilizar o sistema e não deu certo.

Quanto à certificação da produção orgânica, apenas um assentado estava em processo de certificação pela certificadora fomentada pelo SEBRAE e apenas um afirmou interesse em certificar a sua produção. Questionados sobre o interesse pela produção orgânica, 54,8% disseram ter interesse e 45,2% responderam que não. A maioria dos entrevistados (75,0%) disseram não ter incentivo para a produção orgânica no assentamento, contra 25,0% que responderam positivamente. Para estes, o incentivo vem principalmente das instituições (AGRAER, UFGD, SEBRAE e EMBRAPA) e dos consumidores.

Observa-se que apesar de muitos assentados não saberem responder do que se trata a produção orgânica, a maioria tem culturas e/ou criações orgânicas em seus lotes, tanto para consumo familiar quanto para venda. Fato que também ocorre com os sistemas agroflorestais, onde a maioria não sabe do que se trata, mas em muitos lotes constatou-se a presença de quintal agroflorestal.

Quanto ao entendimento sobre sistema agroflorestal, a maioria (65,7%) disse não saber do que se tratava. As demais respostas e percentuais são apresentados na Figura 9.

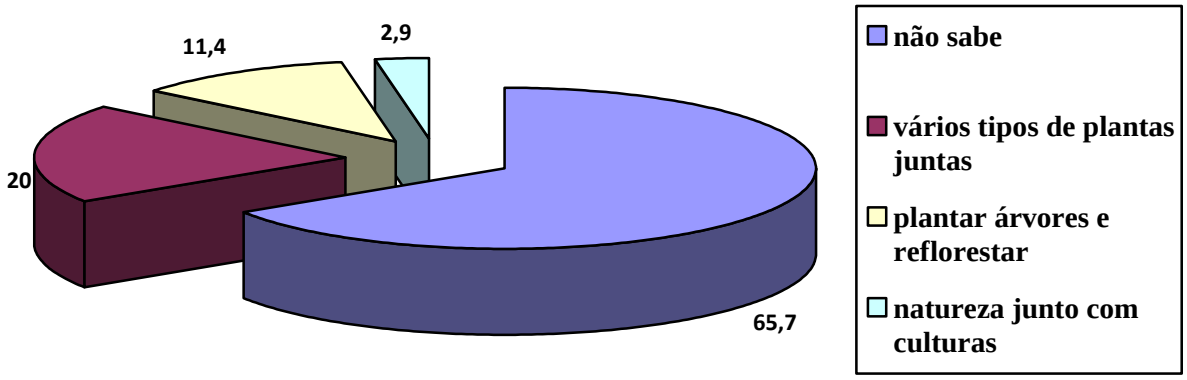

Figura 9 – Entendimento sobre o sistema agroflorestal pelos moradores do assentamento Lagoa Grande
Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

Entre os que conheciam o sistema agroflorestal, 55,6% disseram possuir sistema agroflorestal, do tipo 'quintal agroflorestal', os quais são motivados pelos princípios da agroecologia, saúde e qualidade da produção. A área varia de 0,5 a 20 ha, sendo que 50,0% disseram que pretendem ampliar sua área pelos seguintes motivos: qualidade e aproveitamento da área, aumento do lucro e preservação da natureza. Apenas um assentado possui a área toda do lote em sistema agroflorestal.

No que diz respeito à comercialização, os produtos com maior aceitação no mercado e os locais onde são comercializados, de acordo com os produtores do assentamento Lagoa Grande, constam na Tabela 13. Destaca-se que 6,7% das famílias entrevistadas não comercializam nenhum produto oriundo do lote, os quais servem apenas para consumo da família ou dos animais.

Tabela 13 – Produtos do assentamento Lagoa Grande com maior aceitação no mercado e locais de comercialização

Produto	Percentual de participação (%)	Local de comercialização
Nenhum	6,7	Somente consumo familiar
Leite	43,8	Laticínios de Dourados
Gado de corte	14,6	Frigorífico, açougue e venda no lote
Queijo	7,8	Itahum, Dourados e no lote
Eucalipto	5,6	Intermediário
Milho/Soja	5,0	Armazém ou cooperativa em Itahum
Novilhos	3,3	Propriedade e vizinhos
Doces de leite e frutas	3,3	UFGD, eventos e no lote
Mandioca	2,2	Supermercado em Itahum
Mel	2,2	UFGD, eventos e propriedade
Pão	2,2	Itahum, Dourados e UFGD
Artesanato	2,2	UFGD, eventos e propriedade
Frangos	1,1	Propriedade e vizinhos

Fonte: Dados da pesquisa.

Os produtos que mais se destacam na produção comercial do assentamento são: o leite com 43,8%, o gado de corte com 14,6% e o queijo com 7,8%. A produção de leite é comercializada em dois laticínios da cidade de Dourados. A coleta do produto é realizada nos quatro refrigeradores comunitários distribuídos no assentamento. A comercialização do gado de corte é realizada com frigoríficos, açougue em Itahum e também diretamente no lote entre os assentados. A produção de queijo (tradicional ou mussarela) é comercializada na Vila (Itahum), em Dourados (em residências, bares e lanchonetes) e também no lote vendendo diretamente às pessoas que procuram, como: parentes, conhecidos e vizinhos (Tabela 13).

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) é um local muito importante para a comercialização de produtos do assentamento (alimentícios e artesanato), onde algumas famílias se revezam todos os dias nas suas barracas, próximo ao estacionamento da UFGD, para comercializar a produção com o público da Cidade Universitária, composta pela Universidade Federal e a Estadual.

O escoamento da produção é feito de diversas formas, sendo que a maioria utiliza moto (25,9%) seguido de carro (18,5%), venda direta no lote (18,5%), caminhão de frigorífico ou armazém (14,8%), carroça (11,1%), ônibus (6,2%), resfriador instalado no lote (3,7%) e bicicleta (1,2%). A produção é armazenada principalmente nos resfriadores (63,1%) no caso do leite, 24,6% no lote e 12,3% em armazém ou depósito.

Entre os entrevistados, 24,1% beneficiam a produção no lote, dos quais, apenas 11% possuem cozinha industrial, os demais utilizam as dependências da residência. Os principais produtos beneficiados são: queijo tradicional, queijo mussarela, doces (leite e frutas), licores, pães e bolachas.

Na Tabela 14 são apresentados os principais fatores que seriam necessários, na visão dos moradores do assentamento, para melhorar a produção nos lotes, para a agregação de valor aos produtos e para facilitar a comercialização. Verifica-se, conforme os dados, que em sua maioria os fatores estão interligados e giram em torno da produção de gado leiteiro (atividade principal no assentamento).

Neste sentido, para melhoria da produção destaca-se a adubação e a reforma de pastagem (44,8%) e a correção do solo e maquinários (15,6%). A maioria dos assentados relataram que o solo do assentamento é fraco e que para torná-lo adequadamente produtivo são necessários investimentos para correção, maquinário (principalmente trator) e novas variedades de pastagens. A baixa qualidade do solo nos assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul são destacadas nos estudos de Lamas *et al.* (2000) e Menegat (2009).

Tabela 14 – Fatores necessários para melhorar a produção dos lotes, facilitar a comercialização e a agregação de valor aos produtos no assentamento Lagoa Grande (valores em percentuais)

Melhorar a produção		Facilitar a comercialização		Agregação de valor aos produtos	
Respostas	**(%)**	**Respostas**	**(%)**	**Respostas**	**(%)**
Adubação e reforma de pastagem	44,8	Melhorar o preço do leite	15,0	Preço do leite ser tabelado	26,3
Correção do solo e maquinários	15,6	Melhorar transporte	15,0	Ter uma cozinha industrial equipada	15,7
Financiamentos para correção do solo	8,6	Participação no PNAE	10,0	Beneficiamento do leite no assentamento (laticínio)	10,5
Renda para investimentos	8,6	Formação de associação ou cooperativa	5,0	Melhorar o preço da arroba do gado	5,3
Correção do solo	6,9	Beneficiamento do leite	5,0	Melhorar a produção de leite com melhor pastagem	5,3
Melhorar a qualidade da pastagem e a genética dos animais	6,9	Levar produção de leite em outro resfriador (período de seca)	5,0	Melhorar preço do governo	5,3
Melhorar preço do leite	5,2	Incentivo do governo	5,0	Investimento em genética do gado de corte	5,3
Produção está boa	3,4	Comercialização está boa	40,0	Está bom	26,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os fatores que facilitariam a comercialização, destacam-se a melhoria do preço do leite com 15,0%, a melhoria do transporte com 15,0% e a participação no PNAE com 10,0%. Os assentados que dependem de transporte público no assentamento, para escoar sua produção, tem a opção de usá-lo apenas três vezes na semana, desde que não esteja chovendo, pois neste caso, o ônibus não transita nas estradas do assentamento, fato muito prejudicial para a comercialização da produção para alguns assentados.

Quanto ao valor pago pelo litro de leite pelos laticínios, este oscila bastante durante o ano, ficando em valores muito baixos em determinados períodos. Alguns assentados relataram que uma associação ou cooperativa organizada poderia ter mais poder de barganha para negociar o preço do leite com os laticínios e que a instalação de uma agroindústria de beneficiamento do leite no assentamento poderia amenizar este problema. A participação no PNAE também poderia trazer mais segurança aos produtores de leite, já que nesta modalidade o preço é fixo e melhor remunerado. O PNAE estimula a economia local, possibilita a diversificação produtiva, o aumento de renda e amplia as alternativas de comercialização (HENDGES, 2010).

Neste contexto, entre os fatores que poderiam agregar valor aos produtos do assentamento, na opinião dos assentados, destacam-se: o tabelamento do preço do leite com 26,3%, a possibilidade de ter uma cozinha industrial com 15,7% e o beneficiamento do leite no assentamento, com 10,5%. Estes fatores, aliados a um sistema de transporte adequado, poderiam melhorar o preço pago pelo leite e, consequentemente, a sua comercialização. E,

ainda, o investimento na correção do solo, variedades de pastagens adaptadas ao solo e genética dos animais, interferem diretamente na qualidade do leite, agregando valor a este produto e a seus derivados.

A Tabela 14 também apresenta o percentual dos assentados que estão satisfeitos com a produção e comercialização. Destaque-se que apenas 3,4% estão satisfeitos com a produção em seus lotes, 40,0% com a comercialização e 26,3% com a agregação de valor aos produtos. Ou seja, o grau de insatisfação é muito grande, o que demonstra as deficiências e fragilidades do assentamento, que precisam ser, de alguma forma, sanadas, para se ter um desenvolvimento adequado nos lotes.

Questionados quanto à participação em venda pública para o Ministério do Desenvolvimento Agrário ou para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, apenas 8,2% já participaram de algum programa, no período entre 2008 a 2010. Destes, 50,0%, participaram do PNAE com a venda de leite, doces, queijos e mandioca, e 50% do PAA, com a venda de leite.

A maioria dos assentados (52,9%) conhecem apenas o PRONAF, do qual participaram ou ainda estão vinculados; não conhecem os demais programas governamentais para a agricultura familiar. Os outros programas que os assentados participaram são: PNAE, PAA Leite, PGPAF e bolsa estiagem. Os motivos pelos quais eles não participam destes programas são, principalmente, pela falta de conhecimento (30,2%) ou porque as informações não chegam até eles. Dos entrevistados que já participaram, 68,2% responderam que não há acompanhamento dos órgãos governamentais após o ingresso nos programas ou, em alguns casos, ocorre apenas na fase inicial pela AGRAER ou pelo Banco do Brasil.

As fontes de renda da população do assentamento Lagoa Grande são compostas da renda do lote e da renda complementar (Tabela 15). A maioria dos entrevistados (41,6%) obtém renda do lote inferior a um salário mínimo, que na época da entrevista estava em R$ 622,00. Apenas 6,7% obtém renda do lote superior a três salários mínimos.

Tabela 15 – Fonte de renda mensal das famílias do assentamento Lagoa Grande
(salário mínimo em vigor: R$ 622,00)

N° de salários mínimos	Renda do lote		Renda complementar		Renda Total	
	Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)	Frequência	Percentual (%)
Menos de 1 SM	37	41,6	17	25,4	7	7,9
1 SM	14	15,7	23	34,3	7	7,9
De 1 a 2 SM	25	28,1	20	29,9	43	48,3
De 2 a 3 SM	7	7,9	5	7,5	20	22,5
Mais de 3 SM	6	6,7	2	3,0	12	13,5
Total	89	100,0	67	100,0	89	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

A renda complementar faz parte de 75,3% das famílias do assentamento, que em 34,3% dos casos, gira em torno de um salário mínimo, conforme dados da Tabela 15. Em relação à renda total, conforme a Tabela 15, verifica-se que 48,3% dos entrevistados tem renda familiar de um a dois salários mínimos por mês.

No que se refere especificamente à renda complementar, observa-se, de acordo com a Tabela 16, que a aposentadoria é a principal fonte de renda complementar em 38,8% das famílias e, em alguns casos é a única fonte de renda, já que muitos aposentados que residem no assentamento só desenvolvem atividades produtivas para subsistência.

Destacam-se ainda, como fontes de renda complementar, o salário mensal, obtido com atividades fora da propriedade com 16,4%, o trabalho de diarista com 13,4%, realizado na maioria dos casos no próprio assentamento e o recebimento de pensão por 11,9% dos assentados. Entre os assentados entrevistados no assentamento Lagoa Grande, 25,8% dos chefes de família ou responsáveis trabalham fora do lote e 74,2% dedicam-se somente às atividades no lote.

Tabela 16 – Fonte de renda complementar das famílias do assentamento Lagoa Grande

Tipo de renda	Frequência	Percentual (%)
Salário mensal	11	16,4
Aposentadoria	26	38,8
Pensão	8	11,9
Diarista	9	13,4
Comércio	1	1,5
Aluguel	1	1,5
Bolsa família	7	10,4
Outra bolsa	2	3,0
Autônomo	2	3,0
Total	67	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 17, dos assentados que trabalham fora, a maioria (39,1%) possuem renda entre um e dois salários mínimos, que também se destaca entre os que trabalham somente no lote com 51,5%. O alto grau de dependência de aposentadorias e pensões também foi detectado por Almeida (2008) em pesquisa realizada em outros seis assentamentos de Mato Grosso do Sul.

Comparando a renda familiar total com o fato do(a) responsável pelo lote trabalhar fora ou não, observa-se, de acordo com os dados apresentados na Tabela 17, que entre os que ganham de R$ 1.244,00 a R$ 1.866,00 (dois a três salários mínimos), 65,0% trabalham somente no lote e 35,0% trabalham fora. Entre os que ganham mais de R$ 1.866,00 (mais de três salários mínimos), 58,3% trabalham somente no lote e 41,7% trabalham fora da mesma.

Estes dados indicam que as maiores faixas de renda são possíveis de serem alcançadas a partir da dedicação integral às atividades no lote.

Tabela 17 – Comparativo entre a renda familiar com o fato do(a) responsável pelo lote no assentamento, trabalhar fora ou não do mesmo (valores nominais)

Trabalha fora do lote	Faixas de renda familiar (em salários mínimos em vigor em 2012)					Total
	menos de R$ 622,00	exatamente R$ 622,00	de R$ 622,00 a R$ 1.244,00	de R$ 1.244,00 a R$ 1.866,00	mais de R$ 1.866,00	
Sim	1	1	9	7	5	23
Não	6	6	34	13	7	66
Total	7	7	43	20	12	89

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionados sobre a utilização de financiamentos, 66,3% responderam que já utilizaram ou utilizam e, destes, 28,3% já quitaram os mesmos e 71,7% estão em andamento. Os financiamentos são oriundos do PRONAF (98,3%), nas modalidades: A (82,8%); B (1,7%); C (3,4%); A/C (5,2%) e Outros (6,9%). A maioria dos financiamentos foram contraídos nos primeiros anos de assentamento, para infraestrutura dos lotes (residência, cerca, formação de pastagem e compra de gado).

Em relação ao valor atual da dívida, 47,2% não sabem quanto devem, 34,0% disseram que a dívida está em valor inferior a R$ 10.000,00, para 13,1% está entre R$ 11.000,00 e R$ 20.000,00 e, para 5,7% está entre R$ 20.000,00 e R$ 27.200,00. No que se refere ao tempo que falta para quitação destas dívidas, 55,6% não sabem; 20,4% tem prazo de dois a cinco anos; 14,8% tem de cinco a dez anos de prazo e 9,2% tem até dois anos para pagar. Muitos entrevistados disseram que já prorrogaram as dívidas várias vezes.

4.2.3 Capacitação, assistência técnica e associativismo no assentamento Lagoa Grande

Os assentados foram questionados quanto à sua participação em cursos de capacitação nos últimos doze meses e apenas 30,3% responderam positivamente, dos quais, a maioria fez apenas um curso em uma das seguintes instituições: SENAR (40,0%), AGRAER (33,3%), SEBRAE (13,3%), UFGD (10,1%) e EMBRAPA (3,3%).

A assistência técnica por parte da agência de extensão rural do estado é precária no assentamento Lagoa Grande, apenas 18,8% disseram receber visita de técnicos. Destes, 1,1% recebe assistência particular e o restante da AGRAER, dos quais, 68,7% declaram ser boa, 12,5% consideram a assistência regular, 12,5% ruim e 6,3% ótima.

As visitas, na maioria dos lotes (26,7%) são realizadas uma vez por mês e 20,0% dos entrevistados não lembram quando foi a última vez que receberam visita de um técnico. Essa

assistência é realizada coletivamente na maioria dos lotes (53,3%), sendo destinada para o casal em 93,3% das respostas. Apenas 33,3% executam as atividades de acordo com as informações repassadas pelos técnicos, a maioria (46,7%) executa às vezes e 20,0% não executa as recomendações dos técnicos.

Na Tabela 18 estão relacionados os problemas que poderiam ser solucionados ou amenizados com o acompanhamento de assistência técnica de acordo com a necessidade no assentamento, conforme respostas dos entrevistados. Entre as respostas, destacam-se a melhoria da produtividade, com 30,6% e a orientação para a melhoria do solo e qualidade das pastagens, com 20,4%. Apenas 4,1% dos assentados estão satisfeitos com a assistência técnica recebida.

De acordo com a maioria dos assentados, quando o assentamento foi implantado recebiam com mais frequência visitas dos técnicos da agência de extensão rural do estado (AGRAER). Alguns deles procuraram a agência para reclamar da falta de assistência, que nos últimos anos não tem ocorrido ou acontecem em alguns lotes eventualmente, sendo informados que nos últimos anos o governo do estado cortou as verbas com combustível para as visitas e os veículos são poucos e sucateados.

Tabela 18 – Problemas do assentamento Lagoa Grande que poderiam ser solucionados ou amenizados com o auxílio e acompanhamento de assistência técnica

Respostas	Percentual (%)
Melhoria da produtividade	30,6
Orientação para melhoria do solo e qualidade das pastagens	20,4
Análise e correção do solo	12,2
Aprendizado de novas técnicas	10,2
Financiamentos para a realização de projetos	8,2
Plantio de outras culturas adaptadas ao solo	6,1
Combate às pragas e orientação no plantio	4,1
Veterinário para auxiliar nos problemas de sanidade do gado leiteiro	4,1
Estão satisfeitos com a assistência recebida	4,1

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se que a assistência técnica poderia melhorar consideravelmente a situação de muitos lotes no assentamento, por meio de orientações especializadas (principalmente por agrônomos e veterinários) e informações sobre alternativas adequadas às características do lote, bem como sobre os programas sociais, nos quais os assentados poderiam participar, que em geral desconhecem ou são carentes de informações. Neste sentido, observa-se o enfoque de Tarsitano *et al.* (2011), o qual ressalta a importância da da divulgação de tecnologias por profissionais capacitados, principalmente nas associações e cooperativas. Essas políticas devem ser direcionadas ao atendimento de diferentes realidades nas famílias de assentados, de

acordo com Bergamasco (1997), Carmo e Comitre (2011) e, Bambil e Vilpoux (2011) por meio de transferência de tecnologias de baixo custo, conforme sugerem Crevelin e Scalco (2007) e Coelho (2012).

Em relação ao associativismo, o assentamento Lagoa Grande possui duas associações, sendo a associação de moradores do assentamento, da qual participam 66,3% dos entrevistados e a associação sabores do cerrado, criada em 2012, da qual participam 5,6% dos entrevistados, que também participam da associação de moradores.

A maioria dos associados (30,3%) da associação de moradores do assentamento participam desde o início da sua fundação (15 anos) e, dos entrevistados, 11,9% tem cargo na diretoria ou no conselho fiscal da associação.

Os participantes das associações foram questionados sobre o conhecimento dos direitos e deveres dos associados, sendo que 60,0% afirmaram conhecê-los e 40,0% não. Quanto ao atendimento das expectativas, 41,4% disseram que a associação de moradores atende e 58,6% que não atende suas expectativas, sendo que os principais motivos e o que seria necessário para fortalecê-la estão elencados na Tabela 19. Entre as respostas, destaca-se a falta de ação do presidente, como sendo o principal motivo da falta de atendimento às expectativas dos assentados e a necessidade de união e participação dos associados para fortalecer a associação.

Tabela 19 – Motivos que levam à falta de atendimento às expectativas dos assentados pela associação e o que seria necessário para fortalecer a associação de moradores do assentamento Lagoa Grande (valores em percentuais)

Motivos que levam à falta de atendimento das expectativas dos assentados:		**O que seria necessário para fortalecer a associação?**	
Respostas	**(%)**	**Respostas**	**(%)**
Falta de participação dos associados	11,1	União e participação dos associados	26,5
Falta de iniciativa e ação dos associados	11,1	Ação por parte do presidente e associados	23,0
Falta de ação do presidente da associação	50,0	Empenho do presidente para resolver problemas	24,6
Falta de recursos na associação	11,1	Associados pagarem a mensalidade em dia	9,7
O Presidente não convive no assentamento	5,6	Trocar o presidente	6,5
Falta de incentivos governamentais	11,1	Estão satisfeitos	9,7

Fonte: Dados da pesquisa.

Alguns assentados relataram que o presidente da associação, apesar de estar residindo com sua família no assentamento, na sede da associação, quase não permanece no local, bem como não circula pelos lotes a fim de acompanhar o dia-a-dia do assentamento. Relataram, ainda, que a associação de moradores do assentamento estaria irregular junto à Receita Federal, por falta de declaração de imposto de renda por alguns anos, fato que dificulta a participação dos assentados em programas de venda pública, como o PAA e PNAE. Os

assentados que já participaram destes programas, conseguiram por meio da Associação de Produtores da Agrovila Formosa - AGROFORM. Essa associação localiza-se na Agrovila Formosa, assentamento criado por meio da parceria do município de Dourados com o governo do estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 1990, ficando distante em torno de 120 km do assentamento Lagoa Grande, fato que prejudica a participação efetiva dos assentados nos programas citados. Este fato evidencia a importância das formas de interação entre os pequenos produtores em associações ou cooperativas, a fim de fortalecê-los, pautando-se nos enfoques de Vilpoux e Oliveira (2011) e Silva (2012).

No que diz respeito ao cooperativismo, conforme os assentados, não há cooperativa no assentamento e apenas um assentado participa de cooperativa, há dois anos, a qual está localizada no Distrito de Itahum. Este respondeu não conhecer os direitos e deveres dos cooperados e que a cooperativa não atende as suas expectativas, já que o compromisso com ela é renovável a cada safra e, para fortalecê-la, ele deveria participar mais, no entanto, alegou não ter disponibilidade de tempo.

4.3 Fatores limitantes e propulsores para o desenvolvimento do assentamento Lagoa Grande

São muitas as dificuldades enfrentadas nos lotes do assentamento Lagoa Grande apontadas pelos assentados, as quais estão discriminadas na Tabela 20. Dos entrevistados, 88,1% consideram que não existe apoio no assentamento para diminuir essas dificuldades. Os outros 11,9% consideram que o apoio existe, pela família e, principalmente, por instituições como a AGRAER, UFGD, EMBRAPA e Prefeitura Municipal.

Na Tabela 20, também estão relacionadas ações que as pessoas da comunidade podem fazer para ajudar a minimizar as dificuldades, conforme as respostas dos entrevistados. Salienta-se que a maior dificuldade apontada pelos assentados, com 20,2% das respostas, engloba as péssimas condições das estradas do assentamento, a falta de maquinário para as atividades agrícolas (principalmente trator e colheitadeira) e a quase inexistência de assistência técnica. A baixa qualidade da pastagem é a segunda maior dificuldade dos assentados, com 13,5%, fato que prejudica a produtividade e qualidade do leite e a engorda do gado de corte. Observa-se que, apenas 7,9% dos entrevistados consideram que não há dificuldades nas suas atividades do dia-a-dia no assentamento.

Tabela 20 – Dificuldades enfrentadas nos lotes do assentamento Lagoa Grande e ações que podem ser realizadas pelas pessoas da comunidade para diminuí-las (valores em percentuais)

Dificuldades enfrentadas nos lotes		O que as pessoas da comunidade podem fazer para ajudar a diminuir as dificuldades	
Respostas	**(%)**	**Respostas**	**(%)**
Estradas ruins, falta de maquinário e de assistência técnica	20,2	Moradores se unirem, participarem da associação e terem atitude para resolver os problemas	63,0
Pastagem de baixa qualidade	13,5	Associados pagarem a mensalidade em dia e buscar ajuda no INCRA	14,8
Estradas ruins e falta de transporte municipal para universitários (noturno)	10,1	Ter uma liderança atuante na associação	7,4
Estradas e ponte em péssimas condições	7,9	Montar uma cooperativa	7,4
Falta de recursos financeiros para investir no lote	7,9	A associação ter maquinário para empréstimo	3,7
Necessidade de financiamentos menos burocráticos	5,6	Buscar incentivo e auxílio do governo	3,7
Falta de incentivo do governo para se manter no lote	5,6		
Falta de transporte, assistência técnica e médica	5,6		
Solo necessitando de adubação e baixa produtividade	4,5		
Necessidade de financiamento para correção do solo	3,4		
Falta de uma cooperativa no assentamento	3,4		
Falta de interação entre os assentados	2,2		
Preço do leite muito baixo	2,2		
Não tem dificuldades	7,9		

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as ações que a comunidade poderia fazer para ajudar a diminuir estas dificuldades, destaca-se com 63,0% a união e participação dos moradores na associação e o empenho para resolução dos problemas. As demais respostas envolvem: o pagamento da mensalidade em dia e a busca por auxílio no INCRA, com14,8%; ter uma liderança atuante na associação com 7,4%; montar uma cooperativa no assentamento com 7,4%; a associação ter maquinário disponível para empréstimo entre os assentados com 3,7% e a busca por incentivo e auxílio do governo com 3,7%.

Esses resultados inserem-se nas abordagens de Souza *et al.* (2011) que apontam os obstáculos que limitam o desenvolvimento dos assentamentos e de Valadares *et al.* (2011), que destacam a necessidade da formação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, por meio do acompanhamento e suporte do Estado, a fim de proporcionar perspectiva futura e qualidade de vida nos assentamentos.

Questionados sobre a satisfação com a vida no assentamento, 94,3% responderam estar satisfeitos e apenas 5,7% não estavam satisfeitos. O percentual dos níveis de satisfação dos pesquisados é demonstrado na Figura 10, onde observa-se que a maioria dos agricultores (44,3%) estão satisfeitos e muito satisfeitos (35,2%) com a vida no assentamento.

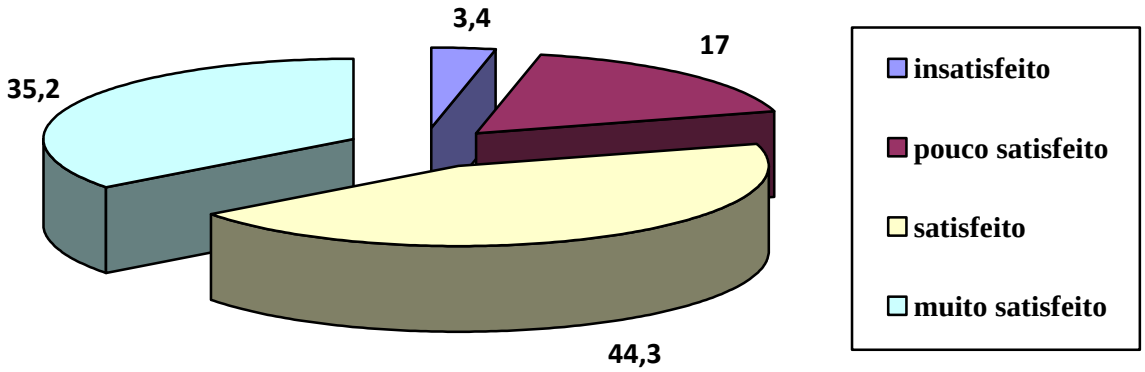

Figura 10 – Níveis de satisfação dos assentados com a vida no assentamento Lagoa Grande
Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

Comparando-se os resultados do nível de satisfação com a renda total dos moradores do assentamento Lagoa Grande, observa-se, conforme a Tabela 21, que dos assentados com renda até um salário mínimo, 71,4% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a vida no assentamento. Dos que possuem renda de um a dois salários mínimos 78,6% estão satisfeitos ou muito satisfeitos. Com renda de dois a três salários mínimos 75% estão satisfeitos ou muito satisfeitos. Também com este nível de satisfação, estão 100% dos assentados que recebem mais de 3 salários mínimos.

Tabela 21 – Comparativo do nível de satisfação com a renda total mensal dos assentados do assentamento Lagoa Grande (valores em percentuais)

Nível de satisfação	Renda Total					Total
	menos de 1 SM	1 SM	De 1 A 2 SM	de 2 a 3 SM	mais de 3 SM	
Insatisfeito	14,3	14,3	0	5,0	0	3,4
Pouco satisfeito	14,3	14,3	21,4	20,0	0	17,0
Satisfeito	28,5	57,1	40,3	50,0	50,0	44,3
Muito satisfeito	42,9	14,3	38,3	25,0	50,0	35,3
Total	100,0	100,0	100,00	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Os assentados também opinaram sobre as condições de vida no assentamento, com críticas e sugestões para a melhoria, as quais estão relacionadas na Tabela 22, por ordem de prioridade. Destaca-se que apenas quatro entrevistados (4,6%) não fizeram nenhuma crítica ou sugestão.

Verifica-se, conforme mostra a Tabela 22, que a melhoria das estradas e a reforma da ponte estão nos primeiros lugares nas críticas e sugestões dos assentados, considerando a importância delas para o escoamento da produção e transporte da população que lá reside. O

acesso para a maioria dos lotes necessita de passagem pela ponte de madeira, a qual está em condições precárias. Conforme os entrevistados, existem promessas políticas de construção de uma ponte de concreto, que já foram renovadas por várias eleições e ainda não se concretizaram.

Tabela 22 – Críticas e sugestões para a melhoria das condições de vida do assentamento Lagoa Grande, apontadas pelos assentados por ordem de prioridade

Ordem de prioridade	Críticas e Sugestões
1.	Melhoria das estradas
2.	Reforma da ponte
3.	Melhoria no atendimento do Posto de Saúde (Itahum) e necessidade de uma ambulância
4.	Incentivo do governo para permanência no lote
5.	Titulação definitiva
6.	Incentivo para participação nos programas PAA , PNAE e outros
7.	Falta de assistência técnica
8.	Ter ônibus diariamente no assentamento
9.	Mais união entre os moradores
10.	Financiamentos para compra de gado
11.	Financiamentos menos burocráticos para correção do solo
12.	Organização da associação e resgate da credibilidade
13.	Reajuste do preço do leite
14.	Recebimento do material de construção (restante ou integral)
15.	Recursos financeiros para manutenção do lote
16.	Incentivo à produção orgânica
17.	Trator com grade niveladora via associação, para atender a todos os moradores
18.	Privilégios de alguns assentados na aplicação de recursos de projetos via associação
19.	Diversificação da produção (incentivo à piscicultura)
20.	Regularização das dívidas dos avalistas
21.	Transporte municipal para universitários do assentamento para Itahum
22.	Cursos de capacitação na área da produção de leite
23.	Que todas as pessoas que tem lotes residissem no assentamento

Fonte: Dados da pesquisa.

Outra grande necessidade para a saúde da população do assentamento é a melhoria das condições de atendimento do único Posto de Saúde da Vila (Itahum). Conforme os entrevistados, muitas vezes não tem médico ou quando tem, fica difícil conseguir atendimento. O Posto só abre de segunda à sexta-feira no período diurno e não tem uma ambulância para o caso de emergências. No período noturno, nos finais de semana e feriados, a população tem que recorrer ao atendimento na cidade de Dourados e quem não tem veículo, solicita auxílio aos vizinhos. Esta é uma situação preocupante para os assentados, tendo em vista o grande número de idosos e crianças residentes no assentamento. Verifica-se a necessidade de políticas não-agrícolas quen impulsionem o desenvolvimento rural no assentamento, destacadas por Silva (2002).

Diante dos dados apresentados, constatam-se alguns fatores que servem de estímulo e outros que limitam ou dificultam a permanência dos assentados em seus lotes, conforme

Tabela 23, os quais interferem diretamente no futuro e no desenvolvimento do assentamento Lagoa Grande.

Ressalta-se, que existem muitos outros fatores atrelados aos descritos na Tabela 23. Entre os fatores propulsores, observou-se que os assentados, embora muito carentes de informações em sua maioria, são receptivos e necessitados de informações técnicas para o melhor desempenho de suas atividades. Destaca-se que os projetos das instituições públicas presentes no assentamento devem observar a experiência dos assentados no meio rural e a população jovem frequentando escolas e universidades, a fim de motivá-los na continuidade em seus lotes. O nível de satisfação é fator muito importante para potencializar o desenvolvimento no assentamento, tendo em vista, a constatação de que a maioria dos assentados, inclusive os que residem em lotes pouco produtivos, mesmo assim estão satisfeitos com a vida no assentamento.

Tabela 23 – Fatores que limitam e que potencializam o desenvolvimento do assentamento Lagoa Grande

Fatores propulsores	Fatores limitantes
População jovem e frequentando escola ou universidade;	Muitos lotes com solos degradados que ocasionam baixa produtividade;
Experiência dos assentados no campo;	Infraestrutura precária (estradas, ponte, saúde e transporte);
Incentivo de instituições públicas e privadas em projetos (UFGD, SEBRAE, EMBRAPA);	Assistência técnica precária ou inexistente por parte do estado;
Adoção de práticas de preservação ambiental (solo, biodiversidade, água e ar);	Pouca participação dos assentados na associação de moradores (descrédito);
Nível de satisfação com a vida no assentamento elevado.	Associação pouco atuante no assentamento;

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os fatores limitantes ao desenvolvimento do assentamento, destaca-se o papel da associação de moradores, cuja falta de atuação da mesma no assentamento foi uma das grandes reclamações apontadas pelos assentados. É importante destacar que a associação deveria ser um elo de ligação, dos assentados com as instituições públicas, fazendo parcerias, informando e motivando os assentados a participarem de projetos e programas de geração de renda, bem como, contribuir para minimizar ou extinguir os demais fatores limitantes destacados na Tabela 23. Por outro lado, alguns assentados se declararam pouco participativos e conscientes de que deveriam ser mais unidos e atuantes em prol da associação.

Diante dos dados apresentados, insere-se a abordagem de Lamas *et al.* (2000), que em pesquisa em outros onze assentamentos do estado, contatou a necessidade de conscientização por parte dos assentados para uma maior organização e atuação em suas associações. Observa-se que o fortalecimento da associação e o resgate da credibilidade pelos assentados nesta entidade podem proporcionar perspectivas futuras de seus lotes e do assentamento como

um todo e assim caminhar para o desenvolvimento econômico e social do assentamento Lagoa Grande.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados empíricos mostram que a reforma agrária brasileira está diretamente relacionada ao avanço e à importância adquirida pela agricultura familiar ao longo dos últimos anos, cuja representatividade foi significativa no último Censo Agropecuário, realizado em 2006, em termos de estabelecimentos e pessoal ocupado, tanto para o Brasil quanto para o estado de Mato Grosso do Sul. No entanto, a área ocupada pelos estabelecimentos familiares ainda continua em proporção muito inferior se comparada à agricultura não familiar, consequência da concentração de terras que ainda persiste no país, especificamente no estado de Mato Grosso do Sul.

No que se refere aos números da reforma agrária, no período de 1994 a 2011 ocorreram muitas oscilações em relação à criação de projetos de assentamentos, áreas a eles destinadas e famílias assentadas, tanto no Brasil, como nas Grandes Regiões e no estado de Mato Grosso do Sul. Destaca-se ainda, o crescimento maior destes números nas regiões Norte e Nordeste do país, consequência de ações políticas, a fim de diminuir a pobreza nestas regiões.

Muitos dos projetos de assentamentos criados nos últimos anos pela reforma agrária apresentam problemas comuns, conforme verificado em vários estudos, os quais poderiam ser minimizados, caso tivessem sido planejados adequadamente, com a preocupação concernente à qualidade de vida das famílias assentadas. Esta preocupação leva em conta as características locais, como a fertilidade do solo, o acesso e proximidade ao mercado consumidor, aos serviços de saúde e de educação. O assentamento Lagoa Grande é um exemplo dessa falta de planejamento, diante do cenário retratado na pesquisa.

Entre as características da configuração demográfica do assentamento Lagoa Grande, pode-se destacar a representatividade da população jovem presente no assentamento e frequentando escolas e universidades, bem como o grande percentual da população em idade produtiva. Diante destes dados, verifica-se que o futuro do assentamento e a manutenção desta população nos seus lotes depende de políticas públicas eficazes.

Outra característica importante é a origem da maioria dos chefes de família, que nasceram no estado de Mato Grosso do Sul e possuem experiência no meio rural, fatos que os tornam mais adaptados às condições predominantes nessa região. No entanto, o número reduzido de membros familiares para o desenvolvimento das atividades nos lotes é preocupante, já que, conforme os dados da pesquisa, a maioria das famílias são compostas por

até quatro membros, sendo que em muitas delas, apenas o chefe de família executa as atividades. Esta sobrecarga acaba por impedir o(a) assentado(a) de participar de cursos de capacitação e, muitas vezes, desmotiva a continuar no lote, principalmente naqueles onde o solo é menos produtivo.

Quanto à escolaridade, chama a atenção o fato de a maioria da população adulta ter escolaridade baixa, tendo apenas a educação infantil incompleta (1º ao 5º ano), bem como a falta de incentivo para os universitários do assentamento a continuarem seus estudos, já que não tem ônibus, via prefeitura, para transportá-los do assentamento para o Distrito de Itahum. Este fato pode ser determinante para a saída dos jovens do assentamento a fim de buscarem melhores condições para estudarem.

No que se refere aos lotes que compõem o assentamento Lagoa Grande, chama a atenção o fato de mais de 30,0% terem sido adquiridos via terceiros, com a anuência do INCRA, bem como o fato de o assentamento ter mais de quinze anos e nenhum assentado possuir titularidade definitiva do lote. Observou-se ainda, que o tamanho e as características dos lotes variam conforme a região em que se encontram. Em alguns lotes, as terras são férteis, principalmente aquelas próximas às áreas mais preservadas e, em outras, o solo é mais degradado, com maior dificuldade para produzir, conforme relato dos assentados.

As atividades produtivas, apesar de serem diversificadas no assentamento como um todo, na maioria dos lotes a renda gira em torno de uma ou duas atividades produtivas, e algumas atividades de produção apenas para o consumo familiar, como a criação de galinhas e porcos, produção de ovos, hortaliças, frutas e mandioca. Esta produção para subsistência é mais acentuada nos lotes de famílias de casais aposentados. Ressalta-se que em muitos lotes, onde não foi possível aplicar questionário, devido à ausência de pessoas no local nos dias das visitas, observou-se que também não havia sinais de atividades agrícolas. Conforme informações de vizinhos, alguns destes lotes servem de residência para descanso da família nos finais de semana e, em outros, verificou-se a presença de gado de corte que, segundo os vizinhos, pessoas de lotes próximos são contratadas para alimentar o gado diariamente.

Dentre as atividades produtivas mais desenvolvidas no assentamento (gado leiteiro, gado de corte, milho, soja, mandioca e eucalipto), a produção de leite é a atividade econômica de maior representatividade e também a que mais sofreu críticas durante as entrevistas. As principais reclamações envolvem o preço baixo pago pelo leite e a baixa produtividade de leite, em virtude da má qualidade da pastagem, do solo e da genética do gado. Essas características também estão presentes na criação de gado de corte: a segunda atividade produtiva mais praticada no assentamento, cuja maior reclamação é a qualidade da pastagem e

a genética do gado, que precisariam ser melhoradas para ter um bovino com carne de melhor qualidade para obter melhor preço no mercado.

O cultivo de eucalipto é a atividade menos representativa no assentamento, sendo que em alguns lotes apresenta-se em sistema agroflorestal. Esta atividade tende a crescer mais, considerando que os agricultores que nela investiram estão satisfeitos com o retorno financeiro e a menor demanda de trabalho desta espécie arbórea.

Um arranjo de grande importância para algumas famílias, porém ainda pouco representativo numericamente, é a parceria com a UFGD que, por meio de projetos na área de sustentabilidade, em desenvolvimento há três anos, motivaram alguns assentados a obterem renda por meio da preservação de espécies do cerrado. Esta atividade tem contribuído para a melhoria da renda dessas famílias e também deve agregar mais assentados com o funcionamento da Associação de Produtos do Cerrado do Assentamento Lagoa Grande, que foi formalizada em 2012 e terá uma cozinha industrial, que encontra-se em construção, em um dos lotes do assentamento, a qual será destinada à produção de doces de leite e frutas, licores, bolachas, pães e artesanatos.

A comercialização da produção é um grande problema para os assentados, pois o principal mercado consumidor (Dourados) localiza-se a 70 km do assentamento e a vila (Distrito de Itahum), a 5 km. Como muitos assentados não possuem veículo, o escoamento da pequena produção é feita de carroça ou moto até Itahum e veículo particular ou de ônibus para Dourados, o qual funciona somente três dias por semana. As famílias que trabalham com os produtos do cerrado se revezam durante os dias de semana, com suas idas para Dourados, a fim de vender seus produtos na feira de economia solidária em funcionamento na UFGD.

Em uma análise ampla dos fatores de produção e de comercialização do assentamento Lagoa Grande, constatou-se que é urgente a correção do solo e a reforma das pastagens, a fim de proporcionar produção satisfatória, bem como a melhoria das condições de transporte. Destaca-se ainda, que a participação em programas como PAA e PNAE seria de grande incentivo à diversificação das atividades produtivas e à melhoria da produtividade e, consequentemente, da renda dos assentados. A falta de conhecimento desses programas por um grande número de assentados, é uma barreira que necessita ser ultrapassada. Merece destaque, também, o fato de um grande número de assentados não terem noção do custo e da rentabilidade de suas atividades produtivas. Esta precariedade na gestão de seus lotes, prejudica-os, tanto na obtenção de renda nas atividades desenvolvidas, como para o início de novas atividades agropecuárias, visando à diversificação de fontes de renda.

A baixa renda obtida nos lotes pela maioria dos assentados é outra grande preocupação para o futuro desta população. Este fato leva muitas famílias a adotarem estratégias para não abandonarem seus lotes, como a prestação de serviços em outros lotes, fazendas da região ou até nas cidades vizinhas. Também são realizados 'bicos' pelos homens no próprio assentamento, como limpeza de pastagem e lavoura, plantio, colheita, serviço de pedreiro e mecânica. Estas estratégias compõem a renda complementar, cuja maior parcela é de aposentadoria, haja vista a representatividade de pessoas aposentadas que residem no assentamento.

Um ponto importante observado, é que a baixa renda gerada nos lotes, ao longo do tempo, ocasionou a inadimplência com os financiamentos bancários (PRONAF) contraídos no início do assentamento para os investimentos em infraestrutura. Estas dívidas, cujo valor total é desconhecido por muitos assentados, impede que façam novos financiamentos para a melhoria de seus lotes. Durante a pesquisa, alguns assentados relataram que quando adquiriram o lote de terceiros, a dívida também foi transferida e que os primeiros ocupantes não aplicaram os recursos adequadamente no lote. Dessa forma, estas famílias, assim como outras que serviram de avalistas para seus vizinhos, possuem pendências bancárias sem nunca terem utilizado os recursos.

A falta de assistência técnica adequada pela agência de extensão rural do estado é também uma das grandes reclamações dos assentados, os quais afirmam que esse apoio seria de grande utilidade para a melhoria das condições de vida dos assentados.

Outra grande problemática observada no assentamento é com relação à Associação de Moradores do Assentamento, a qual, nos relatos dos assentados, não cumpre seu papel no processo de apoio ao desenvolvimento do assentamento.

Os resultados da pesquisa também apontam muitas deficiências que limitam as condições de vida das famílias em seus lotes e, consequentemente, o desenvolvimento do assentamento. Acredita-se que seja preciso romper a barreira do individualismo e da dependência do Estado. Os assentados não se deram conta de que unidos em associações ou cooperativas teriam mais força para sanar as dificuldades vivenciadas (solo fraco, pastagens de baixa qualidade, falta de assistência técnica, estradas e ponte em estado precário, dificuldade de transporte, maquinários e de acesso ao mercado consumidor e a serviços de saúde, financiamentos).

O potencial do assentamento Lagoa Grande está na sua população, que em grande parte é jovem, está na escola e precisa de incentivo (principalmente de infraestrutura) para continuar seus estudos, além de políticas públicas que os motivem a continuarem colaborando

com suas famílias. Neste sentido, os cursos de extensão rural que envolvam o uso de tecnologias no campo, com enfoque nas atividades produtivas do assentamento, poderiam despertar o interesse dos jovens e serem de grande valia para o desenvolvimento das atividades nos lotes.

Destaca-se, também, que a população do assentamento Lagoa Grande tem muita carência de informações, principalmente de programas sociais e de alternativas geradoras de renda, como a piscicultura, a produção orgânica, os sistemas agroflorestais e a agroecologia (muito importante para a preservação das áreas de cerrado ainda presentes no assentamento).

Por fim, sugere-se uma maior presença do Estado no assentamento, principalmente do INCRA, a fim de resolver a problemática da titularidade dos lotes, e da AGRAER, contribuindo com assistência técnica e informações sobre a inserção nos Programas governamentais de produção e comercialização aos assentados. Também se faz necessária, a presença da Prefeitura Municipal, a fim de dar condições mínimas de infraestrutura para locomoção segura no assentamento e ainda a melhoria do transporte da população. Sugere-se ainda, maior participação dos assentados na associação, participando ativamente de assembleias, cobrando efetiva atuação da diretoria e, principalmente do atual presidente da associação de moradores do assentamento.

Outra postura estratégica para os assentados refere-se à diversificação da produção nos lotes, tanto em cultivos como em criações, aliados à conservação e melhoria ambiental, além da agregação de valor à produção, pois a pesquisa identificou que as melhores rendas no assentamento foram obtidas por famílias que adotaram essa postura.

É importante ressaltar as limitações mais evidentes desta pesquisa. Primeiro, o fato de não serem entrevistados todos os moradores do assentamento, em virtude de uma grande parcela não residir ou não estar no lote. Em segundo lugar, por não ser possível realizar a entrevista com o presidente da associação de moradores do assentamento, cujo ponto de vista, poderia contribuir nas análises e discussões deste estudo.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão **Estudos Rurais.** São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: UNICAMP, 1992. 275 p.

ALMEIDA, R. A. Reforma Agrária e produção de autoconsumo em assentamentos rurais no município de Santa Rita do Pardo/MS. **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. 347 p.

ANANIAS, P. O desafio de fazer as pazes com a terra. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura e Abastecimento alimentar: políticas públicas e mercado agrícola**. Brasilia: Conab, 2009.

ANDRADE, T. Construindo o futuro: política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados. **Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Cadernos ITESP** - n. 10, São Paulo, 1998.

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs.). **Razões e Ficções do Desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP e Edusp, 2001. 374 p.

ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Aumentam as verbas do PRONAF**. Semeando o Desenvolvimento Sustentável em todo o Brasil. Balanço Social 2005-2006.

BAMBIL, A. L.; VILPOUX, O. F. Influence of modern technology on small family-owned farms in the Brazilian savannah region: a case study of a settlement in Mato Grosso do Sul State. **Journal of Development and Agricultural Economics**, v. 3, p. 498-503, 2011.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21.** 12 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 159 p.

BARBOSA, G. A. *et al.* Assentamentos rurais na região da franteira Brasil-Paraguai: diagnóstico sócio-econômico e as perspectivas de desenvolvimento local. **Web Revista Discursividade.** 2002, 24 p. Disponível em: < http://www.cepad.net.br/Arquivos/02.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011.

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. B. e ALMEIDA, L. M. Políticas públicas para os assentamentos rurais: recorrências e contrapontos a partir do estudo em duas regiões do estado de São Paulo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, **48 Anais....** Campo Grande: julho/2010. Tecnologia, Desenvolvimento e Integração Social.1 CD-ROM.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são** a**ssentamentos rurais.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos por detrás dos números**. Dossiê Questão Agrária**. Estudos Avançados, São Paulo, v.11, n. 31,1997.

BITTENCOURT, A. G. *et al.* Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. GUANZIROLI, C. (coord.). **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO**. Brasília, agosto/1998. Disponível em: < http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=67>. Acesso em: 7 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006.** Brasília, 2011a. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf> Acesso em: 10 ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! 1.ed. Brasília, DF: MDS, 2011b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/

Biblioteca/secretaria-nacional-de-segurança-alimentar-e-nutricional-sesan/livros> Acesso em: 20 set. 2011

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. **Mapa das unidades avançadas**. 2011c

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.2012a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 06 fev. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980**. Sistema educacional online. Banco de Leis, 2012b. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/bancolegis1.asp?idmodelo=2334>. Acesso em: 27 abr. 2012.

BRASIL. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Estatuto da Terra, 2012c. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104451/estatuto-da-terra-lei-4504-64> Acesso em: 25 abr. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 20 de 28 de maio de 1980**. 2012d. Disponível em: < http://www.mda.incra.gov.br/index.php/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/122 instrucao-especial-n-03-11042005> Acesso em: 25 abr. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Segurança alimentar. **Programa aquisição de alimentos – PAA**, 2012e. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa> Acesso em: 22 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Educação básica. **Programa nacional de alimentação escolar – PNAE**, 2012f. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/> Acesso em: 22 dez. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa de Alimentação Escolar.** 2012g. Disponível em: <http://mda.gov.br/portal/saf/programas/
alimentacaoescolar> Acesso em: 05 jul. 2012.

CARLI, M. A. F. **Dourados e a democratização da terra**: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956). Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. 240 p.

CARMO, M. S.; COMITRE, V. A visão sistêmica na avaliação sócio-ambiental de assentamentos rurais. In.:BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. **Assentamentos rurais no século XXI**: temas recorrentes. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 435-452.

CASTRO, K. N. C. *et al.* **Características da pecuária leiteira no assentamento Fazenda Nova Lagoa Grande, em Dourados, MS**. Embrapa Agropecuária Oeste, Dourados, MS, 2010, 44p. (Embrapa Agropecuária Oeste, Documentos, 106).

CAUME, D. J. Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26, 2009. Disponível em: < http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/846/722>. Acesso em: 24 jun. 2011.

COCA, E. L. F.; FERNANDES; B. M. A territorialização dos assentamentos de reforma agrária e de reforma agrária de mercado no Brasil no período 1998-2006. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. **Anais...**, n. 12, 2009. Montevideo. Disponível em:<http://egal2009.easyplanners.info/area06/6062_Coca_Estevan_Leopoldo_de_Freitas.pdf > Acesso em: 4 jan. 2013.

COELHO, E. F. *et al.* Sistemas de irrigação para a agricultura familiar. Cruz das Almas, BA: Embrapa. 2012. (**Embrapa Cruz das Almas, Circular Técnica 106)**.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Produtos e Serviços. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>. Acesso em: 15 mar. 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296p. Cap.1.

CREVELIN, S. A.; SCALCO, A. R. Projeto "Agricultura familiar gado de leite: melhorias ocorridas em uma propriedade familiar no município de Tupã". In: CONGRESSO DA

SOBER: CONHECIMENTOS PARA A AGRICULTURA DO FUTURO**. 45 Anais...**Londrina, PR, 2007.

DANIEL, O. *et al.* Avaliação do uso da terra por meio de imagens Ikonos: o caso do Assentamento Fazenda Nova Lagoa Grande, MS . **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, RS, v. 3 - suplemento (especial), 2008.

DOURADOS. Prefeitura Municipal. **Agrovila recebe trator para incrementar a produção.** Junho/2012. Disponível em: < http://www.dourados.ms.gov.br/DesktopModules/Noticias/ImprimeNoticias.aspx?tabid=57&mid=377&ItemID=21351&ctl=Print&dnnprintmode=true&SkinSrc=[G]Skins%2F_default%2FNo+Skin&ContainerSrc=[G]Containers%2F_default%2FNo+Container> Acesso em: 02 fev. 2013.

FABRINI, J. E. A posse e concentração de terra no Sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R. A. (org.) **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul**: uma visão multidisciplinar. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

FAO – Organização das nações unidas para a alimentação e agricultura. Representação da FAO no Brasil. O aumento populacional e os desafios da segurança alimentar. **FAO debate produção e demanda mundial por alimentos no Fórum Sebrae de Conhecimento.** Brasília, nov. 2012. Disponível em: <https://www.fao.org.br/apdsa.asp>. Acesso em 01 fev. 2013.

FERNANDES, S. S. L. et al . Fitossociologia do componente arbóreo de um sistema agroflorestal no Assentamento Lagoa Grande, Município de Dourados, MS. **Cadernos de Agroecologia**, Curz Alta, RS, v.5, n.1, 2010.

FERREIRA, B. Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. MEDEIROS, L. *et al.* (Orgs.). **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: UNESP, 1994. p. 29-47.

FRIEDMANN, H. World market, state and family farm: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative studies in Society and History**. Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-586, 1978.

FULLER, A. M. From Part Time Farming to Pluriativity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**. London, v. 6, n. 4, p.361-373, 1990.

FUSCALDI, K. C. Políticas de apoio à agricultura familiar: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). **Sociedade e Desenvolvimento Rural online**, Brasília, DF,v.4, n. 1, 2010. Disponível em: <www. inagrodf.com.br/revista>. Acesso em 05 ago.2012.

GIANOTTEN, V.; WIT, T. **Pesquisa participante em um contexto da economia camponesa**. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1999. 252 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GONÇALVES, E. C.; FERNANDES, B. M. Análise e mapeamento dos tipos de reforma agrária de mercado no Brasil: contribuição para compreensão da diversidade na atualidade da reforma agrária brasileira. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. **Anais...** Montevideo, 2009. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area06/6305_Goncalves_Elienai.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2013.

GUANZIROLI, C. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. FAO/MDA. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

GUEDES, F. V. N. L. Condições, modo de vida e renda no assentamento Liberdade, Periquito, MG. Fundamentação para epidemiologia social, 2006, 70 p. **Dissertação** (Mestrado em Medicina Veterinária) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GUILHOTO, J. J. *et al.* Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul. **Estudos NEAD 9.** Brasília: MDA, 2005. 44 p. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca> Acesso em: 15 jun. 2012.

GUILHOTO, J. J. *et al.* A importância do agronegócio familiar no Brasil. **RER**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 355-382, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n3/a02v44n3.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2011.

GUILHOTO, J. J. M. *et al.* PIB da agricultura familiar: Brasil - estados. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Brasília: **NEAD Estudos 19.** 2007.172 p. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/PIB-AFamiliarxPatronal- 2002-2005.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2011.

HELFENSTEIN, A. M. O programa luz para todos como política de desenvolvimento econômico e social nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul. 2010. 153 p. **Dissertação**. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

HENDGES, A. S. Agricultura familiar e o programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Eco Debate**. 30/08/2010. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/08/30/agricultura-familiar-e-o-programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae-artigo-de-antonio-silvio-hendges/> Acesso em: 07 jul. 2012.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil. Grandes regiões e unidades de federação.** Brasília: MDA, 2010. 108 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar.** Primeiros resultados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em 12 abr. 2012.

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria nº 52** de 06 de novembro de 1997. Cópia do Documento. Serviço Público Federal, Dourados, MS, 2011a.

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Mapa do assentamento rural Lagoa Grande.** Janeiro/2008. Serviço Público Federal, Dourados, MS, 2011b.

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).** 2012a. Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria>. Acesso em: 26 abr. 2012.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT. Coordenação Geral de Implantação – DTI – SIPRA. **Tipos de assentamentos rurais.** 2012b. Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-INCRA/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>. Acesso em 15 dez. 2012.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT. Coordenação Geral de Implantação – DTI – SIPRA. Relação de Projetos de Reforma Agrária. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação.** Período de criação do projeto: 01/01/1900 até 31/12/2011. Rel. 0227 de 23/03/2012c. p. 187-315. Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>. Acesso em: 12 abr. 2012.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT–SIPRA. **Implantação de Projetos. Área incorporada ao programa de reforma agrária.** Março/2012d. Disponível em: < http://www.INCRA.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria >. Acesso em: 12 abr. 2012.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT–SIPRA. Reforma Agrária. **Famílias Assentadas.** Março/2012e. Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas>. Acesso em: 12 abr. 2012.

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Reforma Agrária. **Questão Agrária.** Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>. Acesso em: 26. Abr. 2012f.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Desenvolvimento Rural, n. 5. Brasília: Ipea, 2002.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Desenvolvimento Rural, n. 19, cap. 7. Brasília: Ipea, 2011.

LAMAS, F. M. *et al.* Perfil sócio-econômico dos produtores do assentamento Indaiá, Itaquiraí, MS. Dourados, MS: Embrapa Agropecuária Oeste. 2000a. 31 p. (**Embrapa Agropecuária Oeste, Documentos 17**).

LAMAS, F. M. *et al.* Diagnóstico dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul. Dourados, MS: Embrapa Agropecuária Oeste. 2000b. 32 p. (**Embrapa Agropecuária Oeste, Documentos 18)**.

LAZZARETTI, M. A. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2003. 150 p.

LEITE, S. P. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. **Boletim de Ciências Econômicas,** Coimbra, v. XLX, p.3-38, 2007. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/ > Acesso em: 18 jun. 2011.

LIMA FILHO, S. C. de. Capital social e desenvolvimento sustentável: a experiência de Campo Brito (SE). Documentos Técnico-Científicos. **Revista Econômica do Nordeste – REN**, Natal, RN, v. 42, n.1, 2011.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y politicas de desarrollo rural em Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**. UBA: Argentina, n. 34, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 277 p.

MS - Estado de Mato Grosso do Sul. Federação da agricultura e pecuária de Mato Grosso do Sul- FAMASUL. **Agropecuária no Mato Grosso do Sul.** Unidade técnica econômica. Agosto/2009. Disponível em: <www.famasul.com.br>. Acesso em: 01 fev. 2013.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural-NEAD, 2005. 135 p.

MENEGAT, A. S. **No coração do Pantanal**: assentados na lama e na areia. As contradições entre os projetos do estado e dos assentados no assentamento Taquaral, MS. Dourados: UEMS/UFGD, 2009.196 p.

MENEGAT, A. S.; FARIAS, M. F. L. PRONAF mulher: perspectivas para o empoderamento feminino nos assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. **8. Anais...** Porto de Galinhas, 2010.

MOREIRA, G. D. V. Agricultura familiar e agronegócio na fronteira: o caso do assentamento rural Dorcelina Folador. 2005, 120 p. **Dissertação** (Mestrado em Agronegócios).

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás. Campo Grande, Brasília e Goiânia.

NASCIMENTO, C. A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**: uma análise comparada entre Brasil e União Européia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. (BNB Teses e Dissertações, n. 11) 284 p.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G. *et al.* (Orgs.). **Agricultura Brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010. 298 p.

PACHECO, R. A. S. PACHECO, C. R. Questão Agrária e Regularização Fundiária: a ação do Estado e o conflito de interesses entre trabalhadores rurais sem terra e povos indígenas. **Planejamento e Políticas Públicas- PPP.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, Brasília, n. 34. p. 258-287, 2010.

PORTO. S. I**.** Retomada e perspectiva de uma política de comercialização e abastecimento. **Agricultura e Abastecimento Alimentar: políticas públicas e mercado agrícola.** Brasília: CONAB, 2009.

ROSA, L. A. B.; GUIMARÃES, M. F. Diagnóstico socioeconômico em assentamentos rurais no município de Tamarana- PR**. Semina: Ciências Agrárias,** Londrina, v. 32, n. 3, p. 809-828, jul/set. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php>. Acessso em: 02 dez. 2011.

SANTOS, A. N. Assentamento rural e agricultura: os acertos, impasses e perspectivas no P. A. Corona, Ponta Porã (MS). 2009, 200 p. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS.

SANTOS, J. D. Ocupar, resistir e produzir: velhos e novos paradigmas na configuração de assentamentos rurais como alternativa de sustentabilidade. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia.** v. 8, n.4. Rio de Janeiro, dez./2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia.das Letras, 2000. 409 p.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro.** 2 ed. Campinas, SP: Unicamp - IE, 2002. (Coleção Pesquisas, 1). 151 p.

SILVA, R. P. Modo de produção - assentamentos rurais. **Reforma agrária em debate**. Disponível em: <http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2011/01/modo-de-producao-assentamentos-rurais.html>. Acesso em: 13 Out. 2012.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2009.313 p.

SOUZA, P. M. *et al.* Agricultura familiar *versus* agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009**.** Documentos Técnico-Científicos. **Revista Econômica do Nordeste – REN**, Natal, RN. v. 42, n. 1, 2011. 219 p.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira.** USP/MDA/FAO. São Paulo: Páginas e Letras, 2003. 218 p.

TARSITANO, M. A. A. *et al.* Caracterização das ações de assistência técnica e extensão rural no assentamento Timboré (SP). In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. (Orgs.). **Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 167-186.

TOMICH, T. R. *et al.* Sistemas produtivos de assentamentos rurais no município de Corumbá, MS. In: IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL. 2004, **4 Anais...** Sustentabilidade Regional - Corumbá: SIMPAN/2004, Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos >. Acesso em: 22 fev. 2011.

VALADARES, A. A.; LIMA JUNIOR, A. T.; FERREIRA, B.; ALVES, F. O rural na PNAD 2008. In: CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. (Orgs.). **Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida**. Brasília: IPEA, 2011. 283 p.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000, 197 p.

VIEIRA, S. **Elementos de estatística**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 162 p.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, M. A. C. de. Governanças na agricultura familiar: mercados, contratos, redes e cooperativismo. In:VILPOUX, O. F. (Org.). **Sustentabilidade na agricultura familiar**. Curitiba: CRV, 2011. 289p.

APÊNDICE A - Questionário aplicado no assentamento rural Lagoa Grande

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE D E ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

QUESTIONÁRIO SOCIECONÔMICO DO ASSENTAMENTO RURAL LAGOA GRANDE

I – IDENTIFICAÇÃO Data da Entrevista: _____/____/2012.

1. Nome da propriedade (opcional):_____

2. É proprietário da terra em que produz? ( )Sim ( )Não **(*se negativa, vá para a questão 3*)**

2.1 Como adquiriu o lote: ( ) INCRA ( )Terceiros 2.2 Ano de aquisição do lote:_____

2.3 É o primeiro proprietário: ( )Sim ( )Não 2.4 Tem documento de titularidade do lote: ( )Sim ( )Não
2.4.1 Qual?_____ **(*vá para a questão 4*)**

3. Qual a sua condição de exploração da terra? ( )Arrendatário ( )Ocupante ( )Outra_____

4. Escolaridade: _____

5. Nascimento: _____/_____/_____ 5.1 Cidade/estado: _____

6. Estado Civil: ( )Solteiro(a) ( )Casado(a) ( )Separado(a) ( )Viúvo(a) ( )Junto(a)

7. Há quanto tempo mora no assentamento?_____anos ou desde: _____

8. Há quanto tempo trabalha no meio rural?_____anos ou desde: _____

9. Qual foi sua principal ocupação no meio rural antes do assentamento? ( )nenhuma ( )empregado de fazenda ( )diarista ( )arrendatário ( )meeiro ( )agricultor proprietário ( ) Outra_____

10. Já trabalhou fora do meio rural? ( )Sim ( )Não 10.1 Em que função?_____

11. Comparando a função antes da ocupação do lote com a atual, a situação melhorou? ( )Sim ( )Não
( )melhorou muito ( )melhorou pouco

12. Atualmente trabalha fora da propriedade: ( )Sim ( )Não ***(se negativa, vá para a questão 13)***

12.1 Em qual categoria? ( )Autônomo(a) ( )Assalariado(a) c/carteira assinada
( )Assalariado(a) s/carteira assinada ( )Outra_____

13. Incluindo você, quantas pessoas moram no lote? _____

Sexo (Masculino/ Feminino)	Idade (anos)	Parentesco	Estuda	Escolaridade/ Série
( )M ( )F			( )Sim ( )Não	
( )M ( )F			( )Sim ( )Não	
( )M ( )F			( )Sim ( )Não	
( )M ( )F			( )Sim ( )Não	
( )M ( )F			( )Sim ( )Não	

14. Alguma(s) dessa(s) pessoas trabalha(m) fora da propriedade? ( )Sim ( )Não

14.1 Quem?_____ 14.2 Em que função/atividade? _____

15. Renda da Propriedade:

( )Menos de 1 SM (menos de R$ 622,00) ( )1 SM (R$ 622,00) ( )De 1 a 2 SM (De R$ 622,00 até R$ 1.244,00) ( )De 2 a 3 SM (De R$ 1.244,00 até R$ 1.866,00) ( )Mais de 3 SM (mais de R$ 1.866,00)

16.Complementação de renda?

( )Sim ( )Não

(Se negativa, vá para a questão 17)

( )Salário mensal ( )Aposentadoria ( )Pensão

( )Diarista ( )Comércio ( )Aluguel

Bolsa: ( )Sim ( )Não ( ) Bolsa família ( ) Outra(s)_____

Beneficiário(s)_____

16.1 Renda Complementar:

( )Menos de 1 SM (menos de R$ 622,00) ( )1 SM (R$ 622,00)

( )De 1 a 2 SM (De R$ 622,00 até R$ 1.244,00) ( )De 2 a 3 SM (De R$ 1.244,00 até R$ 1.866,00)

( )Mais de 3 SM (mais de R$ 1.866,00)

17. Total de renda média familiar em SM: R$ _____

18. Utiliza ou utilizou financiamentos relacionados à propriedade? ( )Sim ( )Não **(*se negativa, vá para a questão 19*)** 18.1 ( )Quitado ( )Em andamento

18.2 ( )PRONAF ( )Outro_____ 18.3 Ano(s) do recebimento do recurso:_____

18.4 Modalidade do PRONAF recebido: ( )A ( )B ( )C ( )A/C ( )Outro(s)_____

18.5 Onde foi utilizado o recurso?_____

18.6 Valor atual da dívida: R$_____ 18.7 Período que falta para quitação:_____

II - ÁREA SOCIAL / AMBIENTAL

19. Área (ha):_____ 19.1. Quanto de área plantada: _____

19.2 Quanto de área preservada:_____ 19.3 Área ocupada pela sede: _____

20. Nº de casas no lote:_____ ( )acabada(s) ( )semi-acabada(s) ( )em construção(s)

21. Material predominante na construção: ( )Alvenaria ( )Madeira ( )Lona ( )Outra _____

22. Origem da água: ( )Rede pública ( )Poço comum ( )Poço artesiano ( )Nascente ( )Açude ( )Outra_____

23. Possui Plano de Saúde? ( )Sim ( )Não Qual? _____

24. Há nascente ou córrego no lote? ( )Sim ( )Não

25. Possui área de preservação permanente (APP)? ( )Sim ( )Não 25.1 Porcentagem em relação à área necessártia:_____ 25.2 Se negativa, o que vem sendo feito para recuperar a APP?_____

_____

26. Possui reserva legal (RL)? ( )Sim ( )Não 26.1 Porcentagem em relação à área total do lote:_____
26.2 Se negativa, o que vem sendo feito para recuperar a RL?_____

_____

27. Que tipos de práticas utiliza para a conservação e melhoria do meio ambiente com relação ao solo, biodiversidade, qualidade da água e do ar?_____

_____

28. Tem outra área arrendada? ( )Sim ( )Não 28.1 Neste assentamento? ( )Sim ( )Não
28.2 Nº lote:_____ 28.3 Tamanho da área arrendada:_____

29. BENS DURÁVEIS CONSTANTES NO DOMICÍLIO **(*colocar a quantidade no parêntese, 0 para nenhum item*)**:

( )veículo ( )motocicleta ( )motor diesel ( )televisão ( )rádio ( )fogão

( )telefone fixo ( )celular ( )geladeira ( )máquina de costura ( )máquina de lavar

roupa ( )antena parabólica ( )computador ( )impressora ( )acesso à internet

30. MÁQUINAS-EQUIPAMENTOS NO LOTE **(*colocar a quantidade no parêntese, 0 para nenhum item*)**:

( )adubadeira ( )carroça ( )equipamentos de irrigação ( )arado ( )grade ( )trator ( )roçadeira ( ) moto serra ( )plantadeira ( )pulverizador ( )Outro(s): _____

III - PRODUÇÃO ANUAL DA PROPRIEDADE (**subsistência/comercialização, incluso artesanato**)

31. Culturas/animais	**Área/ quant.**	**Produção Anual**	**Renda Obtida**	**Custo**	**Consumo /Venda**

IV - COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

32. Produtos do lote com maior aceitação no mercado: _____

33. Onde são comercializados?_____

34. Participa ou participou de Programa de venda pública do MDA ou da CONAB? ( )Sim ( )Não **(*se negativa, vá para a questão 35)***
( )Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
( )Programa Aquisição de Alimentos (PAA)
34.1 Qual(is) produto(s)?_____ 34.2 Ano(s) da participação:_____

35. Forma de escoamento da produção?_____

36. Beneficia algum produto no lote? ( )Sim ( )Não **(*se negativa, vá para a questão 37)***
36.1 Qual(is)? _____ 36.2 Como?_____
36.3 O que é necessário para melhorar a agregação de valor aos produtos?_____
_____
36.4 O que é necessário para melhorar ou facilitar a comercialização dos produtos?_____
_____

37. Onde é armazenada a produção? _____

38. O que é necessário para melhorar a produção do seu lote?_____
_____

V - SISTEMA ORGÂNICO

39. O que entende por sistema orgânico de produção? ***(se não entende, vá para a questão 44)***
_____
_____

40. Tem produção orgânica no lote? ( )Sim Quais culturas ou criações?_____
_____ ( )Não 40.1 Por quê?_____
_____

40.1 A produção orgânica está em processo de certificação? ( )Sim ( )Não
40.1.1 Qual a certificadora?_____ 40.1.2 Tem interesse em certificar? ( )Sim ( )Não

41. Tem interesse pela produção orgânica? ( )Sim ( )Não 41.1 Por quê?_____

42. Existe incentivo para a produção orgânica no Assentamento? ( )Sim ( )Não 42.1 Por quem/como?___
_____

43. O que entende por sistema agroflorestal?_____
43.1 Possui quintal agroflorestal ou sistema agroflorestal no lote? ( )Não- Por quê?_____
_____ ( )Sim- Qual a área (m^2 ou ha)?_____
43.1.1 Pretende ampliar? ( )Sim ( )Não 43.1.2 Por quê?_____

VI – CAPACITAÇÃO / ASSISTÊNCIA TÉCNICA

44. Participou de curso de capacitação nos últimos 12 meses? ( )Sim ( )Não Quantos?_____
Instituição Promotora: _____

45. Recebe assistência técnica? ( )Sim ( )Não ***(se negativa, vá para a questão 50)***
45.1 Qual Instituição?_____
45.2 Classifique quanto à utilidade: ( )Ótima ( )Boa ( )Regular ( )Ruim

46. Frequência: ( )Semanal ( )Quinzenal ( )Mensal ( )Semestral ( )Anual ( )Não lembra

47. De que forma é repassada: ( )Coletiva ( )Individual

48. Destinada: ( )Homem ( )Mulher ( )Ambos

49. Você executa as atividades conforme as informações repassadas: ( )Sim ( )Não ( )Às vezes
Justifique:_____
_____

50. Cite alguns problemas que a assistência técnica deveria ajudar a resolver:_____
_____
_____

VII – POLÍTICAS PÚBLICAS

51. Conhece os programas do governo voltados para a agricultura familiar? ( )Sim ( )Não ***(se negativa, vá para a questão 55)*** 51.1 Quais programas (federal, estadual ou municipal)?_____

52. Participa ou participou de algum desses programas? ( ) Sim ( ) Não Quais?_____
_____

53. Por que não participa destes programas?_____

54. No(s) programa(s) que já participou ou participa existe acompanhamento por parte do governo?
( )Sim ( )Não Como?_____

VIII - ASSOCIATIVISMO/ COOPERATIVISMO

55. Participa de Associação ( )Sim ( )Não ***(se negativa, vá para a questão 56)***
55.1 ( )Do assentamento ( )Outra - Qual?_____ 55.2 Quanto tempo? _____
55.3 Exerce cargo/função? ( )Sim ( )Não 55.3.1 Qual?_____

55.4 Conhece os direitos e deveres dos associados? ( )Sim ( )Não 55.5 A Associação atende às suas expectativas? ( )Sim ( )Não 55.5.1 Se não, por quê?_____

55.6 O que seria necessário para fortalecer a Associação?_____

_____

56. Participa de Cooperativa ( )Sim ( )Não ***(se negativa, vá para a questão 57)***

56.1 Qual?_____56.2 Quanto tempo? _____

56.3 Exerce cargo/função? ( )Sim ( )Não 56.3.1 Qual?_____

56.4 Conhece os direitos e deveres dos cooperados? ( )Sim ( )Não 56.5 A Cooperativa atende às suas expectativas? ( )Sim ( )Não 56.5.1 Se não, por quê?_____

56.6 O que seria necessário para fortalecer a Cooperativa?_____

_____

IX - RESPONSABILIDADE PELAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO LOTE (X)

57. Responsável pelas atividades no lote:	Mulher	Homem	Menina	Menino
Cuidar da casa				
Jardim/horta/pomar				
Tratar os animais				
Cuidar da lavoura				
Vender os produtos				
Outros				

58 Utiliza mão de obra externa à família no lote? ( )Sim ( )Não

58.1 Quantas pessoas?_____ 58.2 Funções exercidas:_____

58.3 Despesa com esta mão de obra? R$_____ ( )anual ou ( )mensal

X – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

59. Existe algum planejamento no lote sobre o que, quanto e como produzir?

_____

_____

60. Busca informações sobre a gestão da propriedade nos meios de comunicação? ( )Não

( )Sim - Qual(is): ( )Rádio ( )Televisão ( )Jornal ( )Revista ( )Internet ( )Outro(s)_____

61. Utiliza serviços de contador? ( ) sim ( ) não Quais?_____

62. Você acha importante (ou sente falta) de algum tipo de apoio de profissional contabilista para realizar o controle financeiro da propriedade? ( ) sim ( ) não _____

63.Teria alguma sugestão de incentivo do governo nesse sentido? ( ) sim ( ) não Qual?_____

_____

64. Existe controle de despesas/receitas da propriedade? ( )Sim ( )Não

65. De que forma é feito esse controle? _____

_____

_____

_____

66. Quais as principais dificuldades enfrentadas no lote? _____

_____

_____

_____

67. Existe algum tipo de apoio para diminuir essas dificuldades? ( )Não ( )Sim - De quem?_____

_____

67.1 O que as pessoas da comunidade podem fazer para ajudar a superar essas dificuldades?_____

_____

67.2 Que apoio governamental (federal, estadual ou municipal) é necessário para superar essas dificuldades?

_____

_____

68. Você está satisfeita(o) com a sua vida no assentamento? ( )Sim ( )Não

68.1 Em que nível? ( )insatisfeito ( )pouco satisfeito ( )satisfeito ( )muito satisfeito

69. Você teria alguma sugestão ou crítica para a melhoria das condições de vida no lote/no assentamento?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Observações do(a) entrevistador(a):

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

RESPONSÁVEL PELA ENTREVISTA